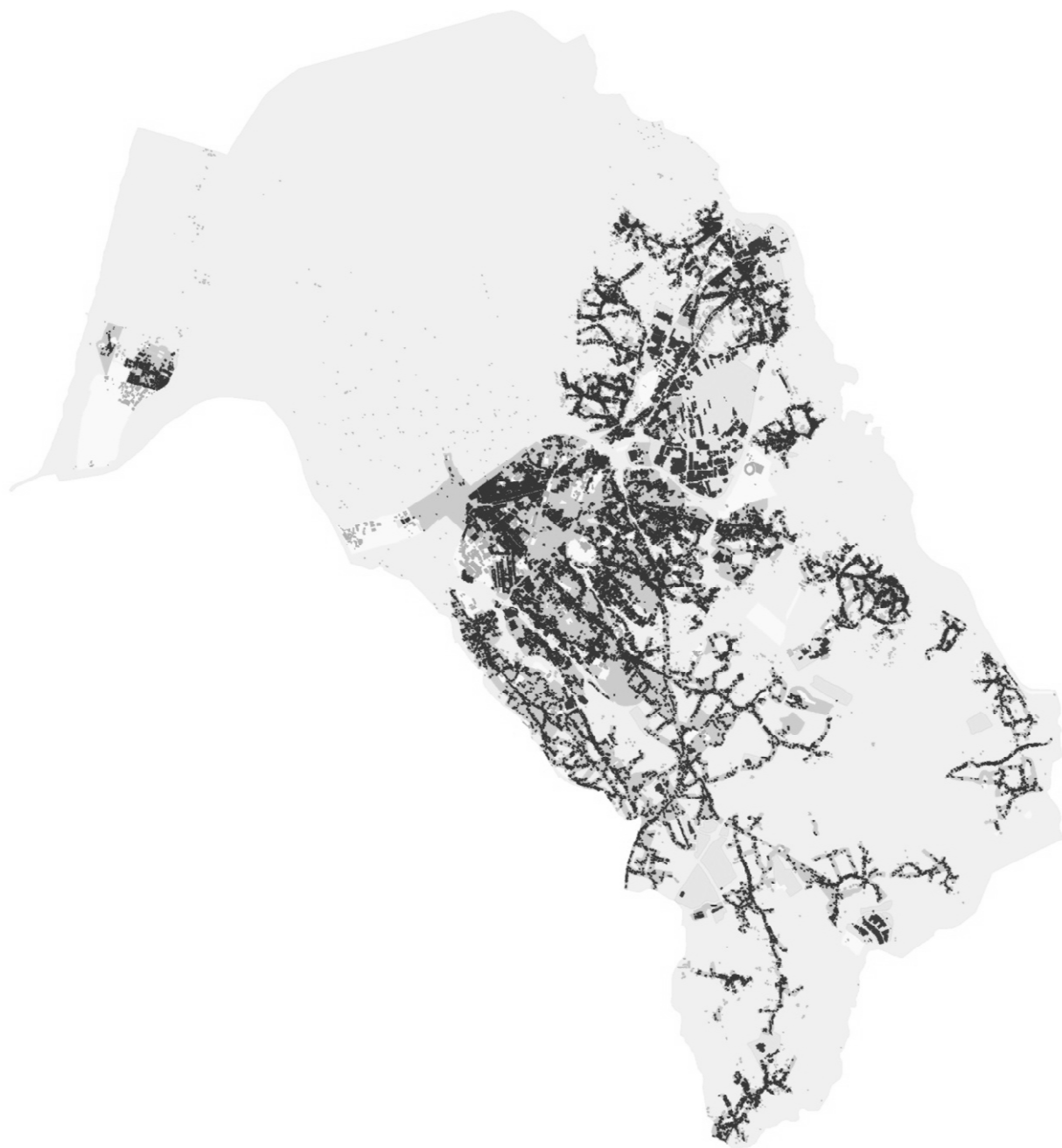




CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO
Divisão de Planeamento e Projetos



REOT 2015

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE AVEIRO

**Índice**

.....	
Índice de Quadros	3
Índice de Gráficos	4
Índice de Figuras	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. METODOLOGIA	7
3. ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO E TERRITORIAL	8
3.1 Enquadramento Territorial Estratégico	8
3.2. Sociodemografia e Habitação	11
3.2.1. Situação Populacional	11
3.2.2. Projeções demográficas	19
3.2.2.1. Projeção	22
3.2.3. Habitação	24
3.2.3.1. Habitação Social	28
3.3. Estrutura socioeconómica	33
3.3.1. Dinâmicas Socioeconómicas	35
3.3.1.1 Tecido Empresarial e Produtivo.....	35
3.3.1.2 Áreas de Especialização Inteligente.....	37
3.3.1.3 Empregabilidade e Recursos Humanos	43
3.3.2. Infraestruturas de Apoio às Atividades Económicas	47
3.3.2.1 Infraestruturas Ferroviárias, Rodoviárias e Marítimas.....	47
3.3.2.2 Áreas de Localização Empresarial e Industrial	49
3.4. Sistema Ambiental	51
3.4.1. Localização e Paisagem	51
3.4.2. Ambiente e Energia.....	54
3.4.3. Ocupação do Solo	55
3.5. Sistema urbano	57
3.5.1. Serviços e Equipamentos	57
3.5.2. Infraestruturas	64
3.5.3. Desenvolvimento Urbano	66
3.5.4. Acessibilidades e Transportes	69
3.6. Sistema de Riscos	74
4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL SUPRAMUNICIPAIS	79
4.1. Articulação dos Instrumentos de Gestão Territorial Supramunicipais com o PDM	79
4.2 Âmbito Nacional	81
4.3 Âmbito Regional	92
4.4 Âmbito Intermunicipal	93
5. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ÂMBITO MUNICIPAL	96
5.1. Síntese dos PMOT do Município de Aveiro	96
5.2. PMOT do Município de Aveiro em vigor	100
5.2.1. Plano Diretor Municipal	100
5.2.1.1 PDM - Dinâmica de concretização	103
5.2.2. Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro.....	105
5.2.2.1. Correções ao Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro.....	106
5.2.2.2 PUCA - Dinâmica de concretização	108
5.2.3. Plano de Urbanização do Programa Polis.....	109
5.2.3.1 PUPPA - Dinâmica de concretização.....	111
5.2.4 Plano de Pormenor do Centro	112
5.2.4.1 PP do Centro - Dinâmica de concretização.....	113
5.2.5. Plano de Pormenor de Rasos	114
5.2.5.1 PP de Rasos - Dinâmica de concretização	115
5.2.6. Plano de Pormenor do Parque (estádio Mário Duarte).....	116
5.2.6.1 PP do Parque - Dinâmica de concretização	117
5.2.7. Plano de Pormenor da Baixa de Santo António (Revisão)	118
5.2.7.1 PP da Baixa de Santo António - Dinâmica de concretização	119



5.2.8. Plano de Pormenor de Parte da Zona industrial de Cacia	120
5.3 Planos em elaboração	122
5.3.1. Plano de Urbanização do Parque Desportivo de Aveiro	122
5.3.2 Plano de Pormenor a Poente da Estação	124
5.4. Planos de cariz estratégico com incidência territorial	125
5.5. Intensidade de programação urbanística	128
6. OCUPAÇÃO DO SOLO E CONCRETIZAÇÃO URBANÍSTICA.....	129
7. DINÂMICA URBANÍSTICA.....	140
8. SÍNTESE	146

Índice de Quadros

QUADRO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, CENSOS (1960; 1970; 1981;1991; 2001; 2011)	11
QUADRO 2 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL POR FREGUESIAS	13
QUADRO 3 - DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA COM ÁREA 'CORRIGIDA'	16
QUADRO 4 - DIMENSÃO FAMÍLIA CLÁSSICA	18
QUADRO 5 - TAXA BRUTA DE NATALIDADE	20
QUADRO 6 - TAXA BRUTA DE MORTALIDADE.....	20
QUADRO 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE AVEIRO 1981; 1991; 2001; 2011	21
QUADRO 8 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE AVEIRO DE 1991 A 2013	21
QUADRO 9 - CENÁRIOS DE PROJEÇÃO.....	22
QUADRO 10 - CENÁRIOS DE PROJEÇÃO.....	23
QUADRO 11 - NÚMERO DE HABITANTES POR ALOJAMENTO.....	25
QUADRO 12 - FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS.....	26
QUADRO 13 - PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS ARRENDADOS OU SUBARRENDADOS (%)	26
QUADRO 14 - EDIFÍCIOS SEGUNDO O N.º DE ALOJAMENTOS POR EDIFÍCIO	27
QUADRO 15 - EDIFÍCIOS SEGUNDO A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	27
QUADRO 16 - HABITAÇÕES SOCIAIS PROPRIEDADE DA AUTARQUIA.....	28
QUADRO 17 - HABITAÇÕES SOCIAIS PROPRIEDADE DO IHRU.....	29
QUADRO 18 - PROCURA HABITAÇÃO SOCIAL POR FREGUESIA	29
QUADRO 19 - REALOJAMENTOS [2010 – 2014]	31
QUADRO 20 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETORES DE ATIVIDADE, 2001 E 2011	43
QUADRO 21 - GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM, SEGUNDO CAE-REV.3 E SEXO, 2011	45
QUADRO 22 - GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM, SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES, 2011.....	46
QUADRO 23 - BALANÇO DAS ÁREAS INDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE AVEIRO.....	49
QUADRO 24 - TIPOS DE RISCOS	74
QUADRO 25 - ÁREA ABRANGIDA PELOS PMOT.....	99
QUADRO 26 - ÁREA MUNICÍPIO CORRIGIDA.....	128
QUADRO 27 - ÁREA AFETA AOS PLANOS	128
QUADRO 28 - PROGRAMAÇÃO URBANÍSTICA	128
QUADRO 29 - IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DO MUNICÍPIO.....	129
QUADRO 30 - ÁREAS DECORRENTES DO PDM ANÁLISE ANO 2005.....	129
QUADRO 31 - ÁREAS POR CLASSES.....	131
QUADRO 32 - VARIAÇÃO DE ÁREAS PMOT	133
QUADRO 33 - CONCRETIZAÇÃO URBANÍSTICA / PMOT	134



Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM AVEIRO 1960-2011	11
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 2001-2011 EM %	11
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL POR FREGUESIAS	13
GRÁFICO 4 - DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA	14
GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA COM ÁREA 'CORRIGIDA'	16
GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO	17
GRÁFICO 7 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO 2011	17
GRÁFICO 8 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO – EVOLUÇÃO	17
GRÁFICO 9 - PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS ATÉ 2031	22
GRÁFICO 10 - CENÁRIOS DE PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA	23
GRÁFICO 11 - NÚMERO DE HABITANTES POR ALOJAMENTO FAMILIAR	25
GRÁFICO 12 - EDIFÍCIOS SEGUNDO A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	27
GRÁFICO 13 - N.º DE EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE AVEIRO, SEGUNDO CAE-REV.3, 2012	35
GRÁFICO 14 - PERCENTAGEM DE EMPRESAS POR SETOR, NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA, 2011	36
GRÁFICO 15 - TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES 2001-2011	37
GRÁFICO 16 - VOLUME DE NEGÓCIOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	39
GRÁFICO 17 - EMPRESAS (DE AVEIRO) DE BASE TECNOLÓGICA E A SUA PERCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPRESAS	40
GRÁFICO 18 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HÓSPEDES, MUNICÍPIO E REGIÃO DE AVEIRO	41
GRÁFICO 19 - TAXA DE CRESCIMENTO NA PROPORÇÃO DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS ENTRE 2001 E 2013	41
GRÁFICO 20 - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO	43
GRÁFICO 21 - POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO E POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO, AVEIRO-2011	44
GRÁFICO 22 - PODER DE COMPRA PER CAPITA	45
GRÁFICO 23 - N.º DE PROCESSOS NOVOS NA ÁREA DO PDM EXCLUINDO PU'S E PP'S	103
GRÁFICO 24 - N.º DE PROCESSOS NOVOS NA ÁREA DO PUCA	108
GRÁFICO 25 - N.º DE PROCESSOS NOVOS NA ÁREA DO PU POLIS	111
GRÁFICO 26- N.º DE PROCESSOS NOVOS NA ÁREA DO PP DO CENTRO	113
GRÁFICO 27 - N.º DE PROCESSOS NOVOS NA ÁREA DO PP DA BAIXA DE SANTO ANTÓNIO	119
GRÁFICO 28 - EVOLUÇÃO DA EMISSÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO POR ANO 2000 E 2014	140
GRÁFICO 29 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PÉRVIA	141
GRÁFICO 30 - COMPARAÇÃO ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO / PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PRÉVIA	141
GRÁFICO 31 - ALVARÁS DE LOTEAMENTO EMITIDOS	142
GRÁFICO 32 - ÁREA COBERTA POR LOTEAMENTOS POR ANO (M ²)	142



Índice de Figuras

FIGURA 1 - AVEIRO/REGIÃO.....	8
FIGURA 2 - CENTROS URBANOS EUROPA	8
FIGURA 3 - CIDADES / HABITANTES	8
FIGURA 4 - REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE AVEIRO	10
FIGURA 5 - ALTERAÇÃO LIMITES DO MUNICÍPIO DE AVEIRO CAOP 2013	10
FIGURA 6 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE AVEIRO POR SUBSECÇÃO (2011).....	12
FIGURA 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE AVEIRO POR FREGUESIAS (2011).....	12
FIGURA 8 - CONFIGURAÇÃO DAS UNIDADES ESTATÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE AVEIRO ANTES DE 2013 E POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991 E 2001.....	19
FIGURA 9 - NOVA CONFIGURAÇÃO DAS UNIDADES ESTATÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE AVEIRO EM 2013	20
FIGURA 10 - NÚMERO DE ALOJAMENTOS NO MUNICÍPIO DE AVEIRO POR SUBSECÇÃO (2011)	24
FIGURA 11 - N.º DE HABITANTES/ALOJAMENTO/FREGUESIAS (2011).....	25
FIGURA 12 - LOCALIZAÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE AVEIRO	32
FIGURA 13 - DISTRIBUIÇÃO DAS 200 MAIORES EMPRESAS, POR VOLUME DE NEGÓCIOS EM 2013.....	50
FIGURA 14 - BAIXO VOUGA LAGUNAR.....	53
FIGURA 15 - ESPAÇOS FLORESTAIS	56
FIGURA 16 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DESDE OS JARDINS DE INFÂNCIA AO ENSINO SUPERIOR	58
FIGURA 17 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE: HOSPITAL, CENTRO DE SAÚDE E EXTENÇÕES DE SAÚDE	59
FIGURA 18 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS PÚBLICOS.....	60
FIGURA 19 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS.....	61
FIGURA 20 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS	62
FIGURA 21 - EDIFÍCIOS IDENTIFICADOS NA CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO	63
FIGURA 22 - UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO-BIOLÓGICO (UTMB)	64
FIGURA 23 - REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (ADRA 2014)	65
FIGURA 24 - REDE DE SANEAMENTO (ADRA 2014).....	65
FIGURA 25 - ACESSIBILIDADE DE AVEIRO NA REDE LOGÍSTICA NACIONAL	69
FIGURA 26 - ACESSIBILIDADE DE AVEIRO NA REDE FERROVIÁRIA NACIONAL.....	69
FIGURA 27 - ACESSIBILIDADE DE AVEIRO NA REDE RODOVIÁRIA NACIONAL; FONTE: PNDES 2000-06	69
FIGURA 28 - REDE RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL.....	71
FIGURA 29 - AVENIDAS URBANAS - SISTEMA DISTRIBUIDOR RODOVIÁRIO URBANO	72
FIGURA 30 - ARTICULAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL.....	80
FIGURA 31 - PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL 2000	82
FIGURA 32 - PLANO DE GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO VOUGA, MONDEGO E LIS	86
FIGURA 33 - POOC	89
FIGURA 34 - PORND SJ PLANTA DE SÍNTESE	90
FIGURA 35 - PMOTS EM VIGOR NO MUNICÍPIO DE AVEIRO	98
FIGURA 36 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL EXCLUINDO PUS EM VIGOR	100
FIGURA 37 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE AVEIRO.....	105
FIGURA 38 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO PROGRAMA POLIS	109
FIGURA 39 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO CENTRO.....	112
FIGURA 40 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE RASOS.....	114
FIGURA 41 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO ESTÁDIO	116
FIGURA 42 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA BAIXA DE SANTO ANTÓNIO.....	118
FIGURA 43 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE PARTE DA ZONA INDUSTRIAL DE CACIA.....	120
FIGURA 44 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO	122
FIGURA 45 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR A POENTE DA ESTAÇÃO	124
FIGURA 46 - CONCRETIZAÇÃO URBANÍSTICA POR CLASSE DE ESPAÇO 2012	135
FIGURA 47 - ALVARÁS DE LOTEAMENTO DESDE 1995 ATÉ 2015 (JUN).....	143
FIGURA 48 - PROCESSOS APROVADOS DESDE 1999 A 2015 (JUN).....	144



1. INTRODUÇÃO

As entidades responsáveis pela concretização da política de ordenamento do território e de urbanismo, no âmbito da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio), devem promover a permanente avaliação da política de ordenamento do território, o que origina, a nível municipal, a necessidade de elaboração de um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) de quatro em quatro anos, ou quando se verifique a necessidade de promover a revisão de planos municipais, decorrente de adequação à evolução, a médio e longo prazo das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração.

Este documento será submetido a um período de discussão pública, através da página da Câmara Municipal, de duração não inferior a 30 dias e, posteriormente, será sujeito à apreciação da Assembleia Municipal. De acordo com o n.º 4 do Artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.”

O REOT de Aveiro 2015 tem como objetivo promover a avaliação e análise da concretização das estratégias de desenvolvimento territorial presentes nos Planos Municipais de Ordenamento do Território com incidência no Município. Para esta análise é ainda fundamental perceber as dinâmicas e a evolução demográfica, económica e da estruturação e ocupação urbana nos últimos anos.



2. METODOLOGIA

Este relatório foi elaborado com recurso a dados estatísticos dos Censos, recolha de informação diversa sobre o território Municipal e através da manipulação de informação geográfica com vista obter um retrato da evolução da ocupação do território. Este trabalho recorre, em alguns casos, a uma abstração da realidade de forma a simplificar a mesma com vista a facilitar a análise.

Embora se entenda que o Município de Aveiro não é um somatório de Freguesias, a análise estatística baseia-se nestes limites já que os dados de que se dispõe, para a mesma, estão agregados a este nível.

Para além de considerar o nível de execução dos instrumentos de planeamento em vigor, este relatório procura fazer uma recolha atualizada dos dados da caracterização social, económica e habitacional no Município para perceber a evolução ocorrida nos últimos anos.

Procura-se, ainda, para identificar o nível de concretização do espaço urbano previsto nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, perceber a dinâmica urbana, nomeadamente as áreas que sofreram maior pressão.

A par desta análise aproveita-se para fazer um ponto de situação dos instrumentos de gestão territorial, de âmbito Nacional, Regional e Intermunicipal, com incidência no Município de Aveiro elencando os Planos de ordenamento do território que se encontram em vigor, em processo de alteração e os que foram revogados.

São, ainda, analisados os dados decorrentes da gestão urbanística dos últimos anos com vista à perceção da evolução da dinâmica associada à mesma.

3. ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO E TERRITORIAL

3.1 Enquadramento Territorial Estratégico

Aveiro constitui-se como centro de uma Região alargada, com relações fortes de dependência e complementaridade a vários níveis, nomeadamente administrativo, socioeconómico e cultural. Beneficia de uma posição geoestratégica de grande centralidade em relação ao país e de um enquadramento natural impar.

A Ria de Aveiro é um elemento natural notável e identitário que tem sido motor de desenvolvimento socioeconómico e cultural e, ao valorizar a região como um todo ecológico e paisagístico proporciona oportunidades de desenvolvimento sustentável.

No contexto europeu, de acordo com o quadro das principais estruturas económicas do território Europeu, Aveiro é identificado como área urbana funcional de carácter transnacional/nacional, sendo evidente a sua importância na estrutura urbana que constitui a denominada Fachada Atlântica Ocidental que, a nível ibérico, é o sistema urbano com maior concentração populacional (cerca de 13 milhões de habitantes).

No Contexto da Frente Atlântica, Aveiro afirma-se como território de elevado potencial, uma vez que possui as infraestruturas de base que permitem explorar diversas oportunidades. O porto de Aveiro, a plataforma logística e o eixo da A25 são elementos fulcrais que potenciam o reforço de Aveiro como uma das portas de entrada e saída do continente europeu.



figura 1 - Aveiro/Região
fonte: PECA Plano Estratégico do Município de Aveiro

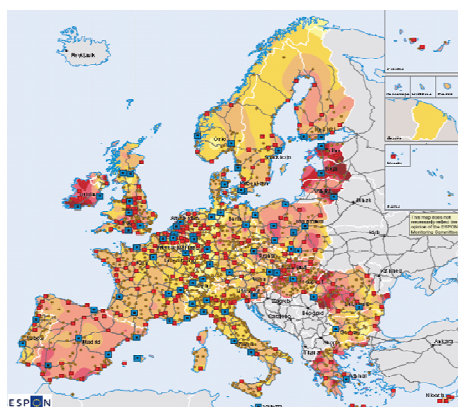


figura 2 - centros urbanos Europa
fonte: ESPON

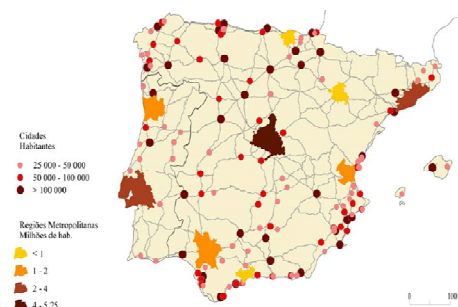


figura 3 - Cidades / Habitantes
Fonte: PROT-Centro



Em termos geográficos, numa escala de proximidade, o Município de Aveiro tem uma localização privilegiada:

- No eixo Atlântico: confina com a Região Metropolitana do Porto, distando cerca de 87 km do aeroporto Francisco Sá Carneiro e cerca de 65 km da Cidade de Coimbra, registando interações fortes (emprego, serviços administrativos, trocas comerciais, etc.) com ambos;
- No eixo ibérico: Aveiro localiza-se no extremo de uma das vias de distribuição mais importantes na ligação Portugal-Espanha, fazendo parte da sub-região atlântica possuindo as infraestruturas portuárias e zonas balneares mais próximas de parte do território de Castela e Leão, nomeadamente Salamanca.

À escala regional, Aveiro integra a NUTIII do Baixo Vouga, onde se encontram também os Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos. *“O subsistema de Aveiro que inclui Ílhavo-Vagos-Oliveira do Bairro-Águeda-Albergaria-Ovar é polarizado pela Cidade de Aveiro que se afirma pela oferta de serviços na área do conhecimento (ensino superior, estruturas de base tecnológica e de investigação), mas também pelas funções administrativas, sociais e de comércio. Constitui uma centralidade com uma forte vocação industrial, com intensa inter-relação com a área metropolitana do Porto e com uma forte componente logística decorrente do Porto de Aveiro, que pode ser potenciado pelos investimentos em plataformas logísticas.”*¹

No contexto sub-regional o Município de Aveiro possui um papel determinante como polo residencial e de emprego, com fortes relações com os Municípios limítrofes de Ílhavo, Oliveira do Bairro, Águeda e Estarreja.

O Município tem uma área total de **197,5km²** (de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2013) e, em 2011, possuía uma população residente, segundo os dados dos Censos, de **78450 habitantes**. As 10 freguesias delimitadas são resultado da mais recente reorganização administrativa ao nível das freguesias (no seguimento da Lei nº 22/2012, de 30 de Maio que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica) sendo que, até então, o Município possuía 14 freguesias.

¹ Fonte: PROT-Centro / CCDRC



figura 4 - Reorganização Administrativa do Município de Aveiro



figura 5 - Alteração limites do Município de Aveiro CAOP 2013



3.2. Sociodemografia e Habitação

O Município de Aveiro possui uma capacidade de polarização acentuada, evidenciada nos valores dos movimentos pendulares que são reflexo das intensas interdependências funcionais com o território envolvente.

Atendendo a que a mudança de 14 para 10 freguesias é recente e a análise demográfica e habitacional se baseia, em grande medida, numa abordagem evolutiva e comparativa com décadas anteriores, decidiu-se, continuar a utilizar na análise as 14 freguesias que integravam o Município de Aveiro aquando da realização dos últimos censos da população e habitação.

3.2.1. Situação Populacional

Resultado da sua forte atração, enquanto cidade de referência, Aveiro foi apresentando, até 2011, uma tendência de crescimento populacional positivo, contudo, notou-se de 2001 para 2011 uma redução na intensidade deste crescimento.

	1960	1970	1981	1991	2001	2011	Var (1991-2001)	Var (2001-2011)
Aveiro	46055	49005	60284	66444	73335	78450	9,40%	6,52%
Baixo Vouga				350424	385724	390822	9,15%	1,30%
Portugal cont.	8292975	8108214	9336760	9375926	9869343	10047621	5,00%	1,77%

Quadro 1 - População Residente, Censos (1960; 1970; 1981;1991; 2001; 2011)
Fontes de Dados: INE - X a XV Recenseamentos Gerais da População
Fonte: PORDATA Última atualização: 2013-09-24

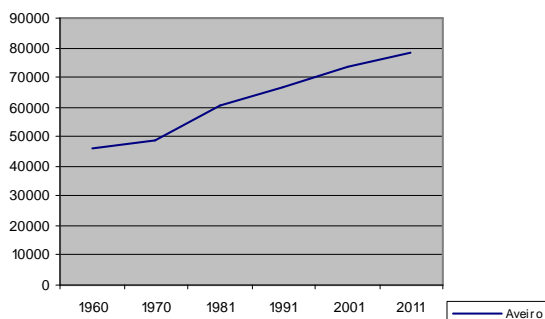


gráfico 1 - evolução da população em Aveiro 1960-2011
Fonte: INE, censos 1981; 1991; 2001; 2011

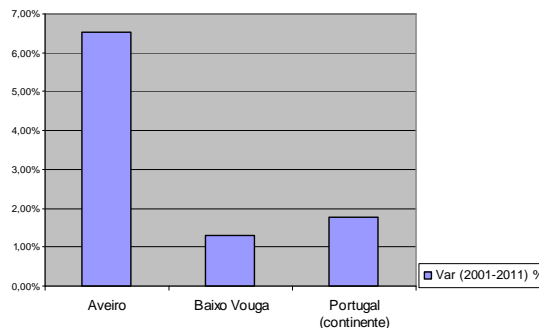


gráfico 2 - evolução da população 2001-2011 em %

Pelos quadros e gráficos acima expostos pode-se verificar que, desde a década de 60, Aveiro apresenta um crescimento contínuo da população. De facto, de acordo com os censos de 2011, o Município de Aveiro, com **78450** habitantes, apresenta uma tendência de crescimento significativa, cerca de 6,5% entre 2001 e 2011, superando, na última década, o crescimento registado para o agrupamento de Municípios do Baixo Vouga (que diminuiu fortemente) e o crescimento verificado em Portugal Continental.

As imagens apresentadas seguidamente permitem ter uma ideia mais concreta da forma de distribuição da população no Município tendo em conta os valores dos censos 2011. Como é de esperar a maior concentração populacional ocorre no centro urbano principal, a cidade de Aveiro e envolvente imediata, perdendo-se população à medida que se progride para o interior – as freguesias mais rurais.

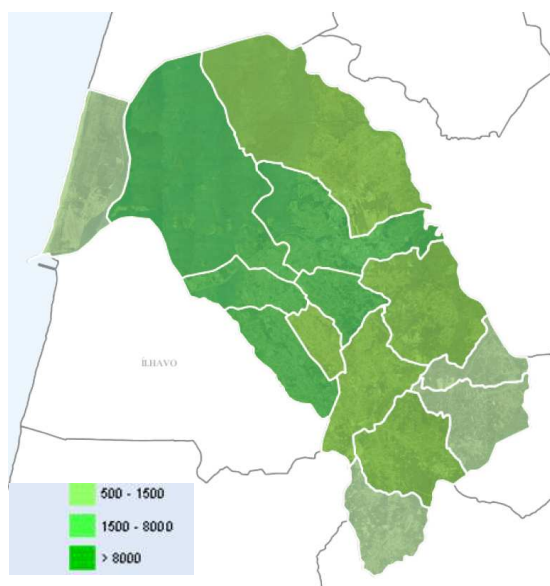


figura 7 - População residente no Município de Aveiro por freguesias (2011)

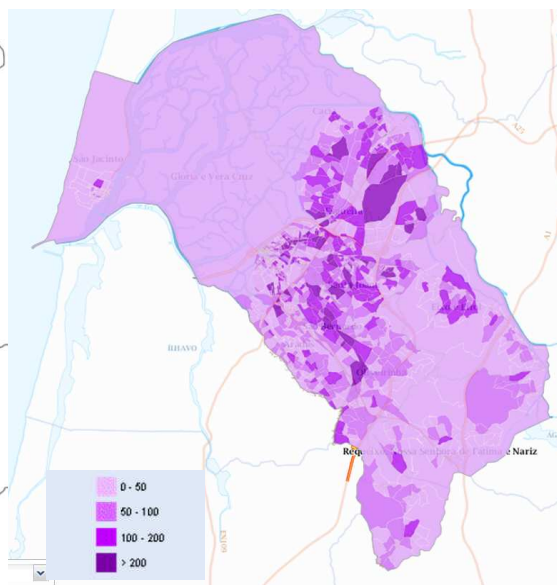


figura 6 - População residente no Município de Aveiro por subsecção (2011)

Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro (a partir de dados do instituto nacional de estatística-INE, Censos de 2011)

De acordo com a nova organização das freguesias verifica-se que a freguesia mais populosa é a União das Freguesias de Gloria e Vera Cruz com 18756 pessoas, seguida da freguesia de Esgueira com 13431. A freguesia com menor número de habitantes é São Jacinto, no total com 993 residentes, seguindo-se a freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz com 4564.



Freguesias	1981	1991	2001	2011	2001/11(%)
Aradas	7970	8602	7628	9157	16,70
Cacia	5642	6527	7006	7354	4,73
Eirol	653	635	781	753	-3,72
Eixo	3773	3749	5253	5571	5,71
Esgueira	11720*	10930	12262	13431	8,70
Glória	9235	9105	9917	9099	-8,99
Nariz	1164	1293	1467	1418	-3,46
Oliveirinha	4437	4268	4780	4817	0,77
Requeixo	2770**	1187	1198	1222	1,96
S. Bernardo	2970	3314	4079	4960	17,76
S. Jacinto	1024	983	1016	993	-2,32
Vera Cruz	8926	7059	8652	9657	10,41
Stª Joana		6983	7426	8094	8,25
Nª Srª de Fátima		1809	1870	1924	2,81
Município	60284	66444	73335	78450	6,52
Esgueira + Stª Joana	11720	17913	19688	21525	8,53
Requeixo + Nª Srª de Fátima	2770	2996	3068	3146	2,48

Quadro 2 - Evolução populacional por freguesias

Fontes: Estudos Complementares - vol. 2 – PDM de Aveiro; INE Censos 2001, 2011

* o valor populacional apresentado refere-se à freguesia de Esgueira e St.ª Joana uma vez que só se dissociaram a partir de 1981.

**o valor populacional apresentado refere-se à freguesia de Requeixo e Na Sra de Fátima uma vez que só se dissociaram a partir de 1981.

Na década de 81 para 91 ocorreu um decréscimo de população nas freguesias da Glória e Vera Cruz, o que poderá ser explicado pelo surgimento da freguesia de Stª Joana, bem como, pela procura preferencial de espaços habitacionais nas então freguesias periurbanas, como resultado da especulação fundiária. Este facto refletiu-se num incentivo da procura de habitação na envolvente à cidade 'velha' e, a avaliar pelos crescimentos verificados, este aconteceu sobretudo, em S. Bernardo, Aradas, Esgueira e Santa Joana.

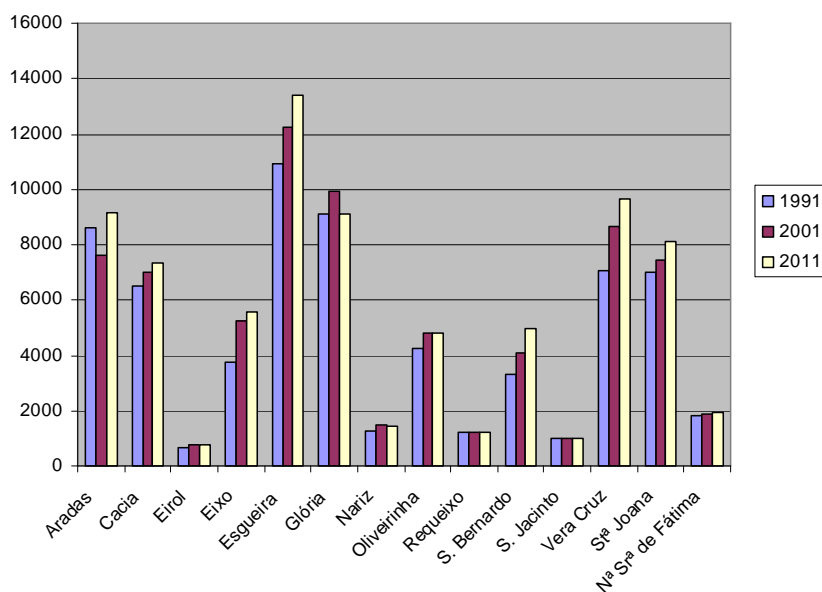


gráfico 3 - Evolução populacional por freguesias



A década 91/01 seguiu a mesma tendência de crescimento, refletindo-se num aumento populacional dominante em todas as freguesias, com exceção da freguesia de Aradas. Na década entre 2001 e 2011 verifica-se um decréscimo na população das freguesias de Eiol, Gloria, Nariz e São Jacinto e, em termos de aumento populacional, as freguesias que apresentaram maior crescimento foram São Bernardo, Aradas e Vera Cruz.

Em síntese, em 2011 as freguesias da Gloria e Vera Cruz concentravam cerca de 41% da população total do Município, 35% dos restantes 59% da população encontrava-se concentrada nas freguesias de Aradas, S. Bernardo, St.ª Joana e Eixo.

– DENSIDADE POPULACIONAL

De acordo com os conceitos apresentados pelo INE pode-se definir densidade populacional como sendo a “Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).”²

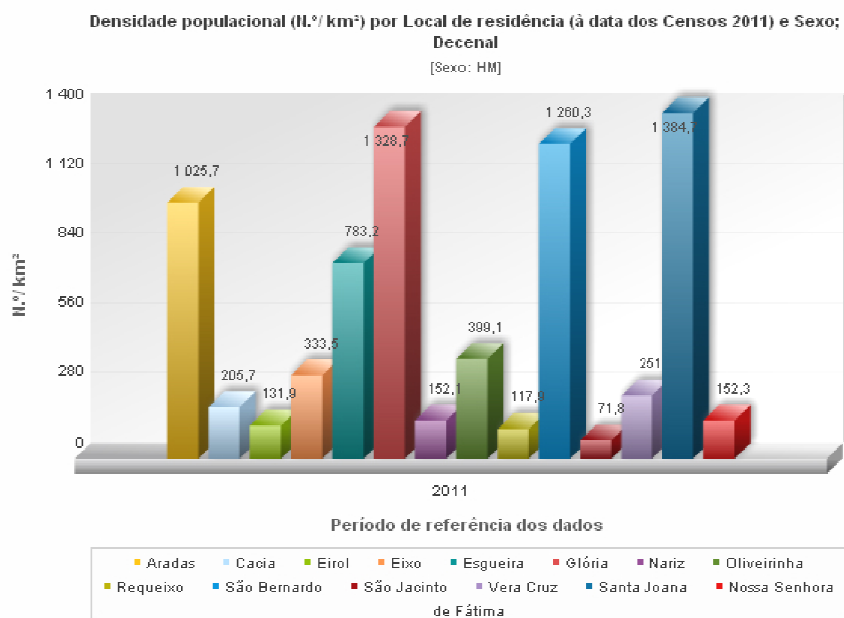


gráfico 4 - Densidade populacional por freguesia
Fonte: INE <http://censos.ine.pt/>

² INE, http://metaweb.ine.pt/sim/CONCEITOS/Detail.aspx?cnc_cod=166&cnc_ini=24-05-1994



Através análise do gráfico verifica-se que a distribuição demográfica pelas freguesias, associada à área das mesmas conduz a erros de perceção uma vez que no Município de Aveiro as áreas alagadas e, conseqüentemente, não passíveis de ser habitadas, ocupam uma percentagem significativa do território (33%). Deste modo, com o intuito de se obter uma leitura clara do grau de concentração das pessoas elaborou-se um quadro com dados de densidade ‘corrigida’ face à área territorial não alagada das diversas freguesias.

Para efeitos da delimitação das áreas húmidas, considerou-se a seguinte informação:

- as “definições e critérios de delimitação de cada uma das áreas referidas no artigo 4º “– Anexo I do Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto, nomeadamente, as correspondentes a lagunas e zonas húmidas adjacentes (águas de transição e respetivos leitos) e a lagos, lagoas e respetivos leitos, margens e faixas de proteção;
- a materialização da LMPAVE, estabelecida pelo Despacho Normativo nº32/2008 de 20 de Junho, para efeitos de demarcação do Domínio Público Marítimo, no âmbito da revisão do PDM ;
- a proposta para classificação a sítio RAMSAR da Pateira de Fermentelos e rios Cértima e Águeda;
- o conhecimento empírico do território, apoiado pela informação disponibilizada no sistema SIG municipal (planos de água) e pelas imagens de ortofotomapas (ADRA 2010)

Pela sua importância e abrangência territorial, consideraram-se apenas as áreas húmidas com dimensão superior a 1 km²:

- a ria, entre a frente de S. Jacinto e a foz do rio Vouga (63,67 Km²)
- a pateira em Requeixo (1,18 Km²)

Tendo por base esta informação elaborou-se um quadro de densidade populacional por freguesia que parte da noção de área corrigida para obtenção de dados mais fiáveis e comparáveis entre si.

O quadro e respetivo gráfico apresentados seguidamente refletem a elevada concentração populacional das freguesias da Vera Cruz e da Glória, que, em 2011 registavam densidades de 3863 hab/km² e 1784 hab/km² respetivamente, sendo que S. Bernardo, Santa Joana e Aradas apresentavam valores superiores a 1000 habitantes por Km².



Freguesias	área cor. km ² *	1991	2001	2011	91/01 %	01/11 %
Aradas	9,03	953	845	1014	11.3	19,9
Cacia	13	175	539	566	208	5,6
Eirol	4,4	144	177	171	22.9	-3,4
Eixo	15,84	237	332	352	40	5,2
Esgueira		615	690	783	12.2	13,5
Glória	5,1	1339	1944	1784	45	-8,7
Nariz	10,67	138	137	133	-0.7	-2,8
Oliveirinha	14,87	312	321	324	2.9	0,9
Requeixo		101	115	118	13.9	2,5
S. Bernardo	3,98	833	1024	1246	22.9	23,1
S. Jacinto	11,75	91	86	85	-5.5	-1,4
Vera Cruz	2,5	2824	3460	3863	22.5	11,5
Stª Joana		1203	1280	1385	6.4	8,2
Nª Srª de Fátima		143	148	152	3.5	2,9

Quadro 3 - Densidade populacional por Freguesia com área 'corrigida'

* valores de densidade corrigidos retirando a área alagada (consequentemente não habitável) que pertence a cada freguesia.
Fontes: relatório PDM; INE, censos 1991, 2001, 2011

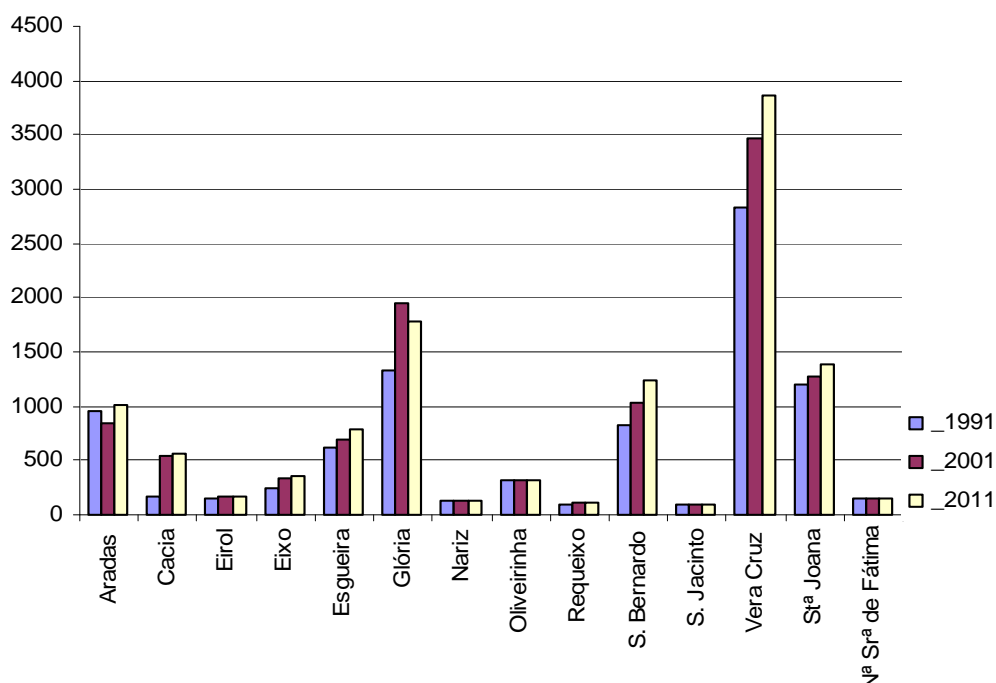


Gráfico 5 - Evolução da densidade populacional por Freguesia com área 'corrigida'



Pela análise à densidade populacional do Município verifica-se que a população se encontra distribuída de forma irregular, atingindo, em determinadas freguesias, valores bastante superiores à média do Município que é de 392 hab/km². Na década de 2001/2011 as freguesias cujas densidades sofreram decréscimos foram: Eirol, Gloria, Nariz e São Jacinto.

A análise da composição da população por idades, comumente designada por estrutura etária, é importante para a compreensão e estudo da população de um dado território, na medida em que poderá revelar as tendências para o envelhecimento ou juventude desta.

Grandes grupos etários

Total				0-14				15-64				65+			
1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011
46055	60284	73335	78450	13840	15389	11899	11431	28691	38951	50855	53753	3524	5944	10581	13266

Gráfico 6 - Evolução da estrutura etária da população do Município de Aveiro
Fonte: INE, Censos 1981, 2001, 2011

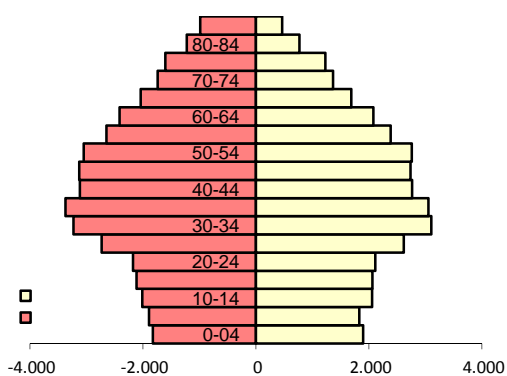


Gráfico 7 - pirâmide etária da população 2011

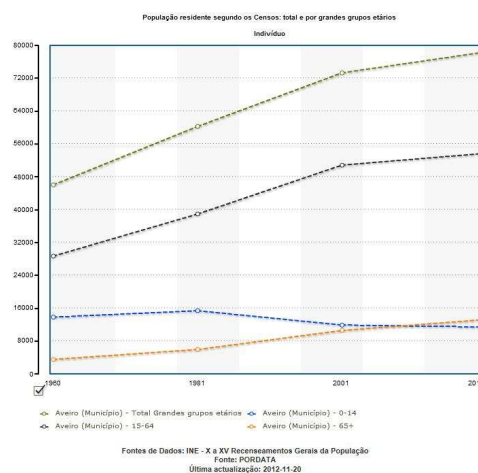


Gráfico 8 - Estrutura etária da população – evolução

Relativamente à estrutura etária da população do Município, em 2011, sobressai o significativo envelhecimento da população, pelo peso do grupo etário com 65 ou mais anos, face ao grupo populacional das classes mais jovens. Ao analisar os dados expressos no quadro da evolução da estrutura etária da população do Município, verifica-se que o fenómeno de envelhecimento da população acentuou-se depois de 1981, sendo que têm vindo a decrescer as classes populacionais mais jovens e a aumentar a percentagem do grupo etário com mais de 65 anos.



No que respeita às famílias clássicas residentes no Município de Aveiro verifica-se que, de um total de 31010 famílias, o tipo de agregado familiar mais frequente é composto por duas pessoas (32%) seguido por famílias de três pessoas (24%). As famílias de média e grande dimensão (5 e mais pessoas) representam cerca de 6% do total. A percentagem de famílias unipessoais (22%) suplanta o valor do Baixo Vouga (18%) e é próximo do de Portugal Continental (21%). Estes números denunciam um padrão cada vez mais frequente de famílias pequenas, constituídas, por exemplo, por uma única pessoa, um casal, famílias monoparentais, um casal e um filho e um casal e dois filhos.

	Total		1 pessoa		2 pessoas		3 pessoas		4 pessoas		5 p.		6 p.		7 p.		8 p.		9 ou + p.	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Continente	3859004		792932	21	1227485	32	925567	24	644122	17	179546	5	59452	2	17759	0,46	6721	0,17	5420	0,14
Centro	902643		187556	21	298555	33	208523	23	151022	17	39398	4	12118	1	3444	0,38	1111	0,12	916	0,10
B Vouga	144792		25927	18	45196	31	36070	25	25821	18	7830	5	2646	2	814	0,56	280	0,19	208	0,14
Aveiro	31010		6707	22	9996	32	7444	24	4899	16	1320	4	426	1	133	0,43	54	0,17	31	0,10

Quadro 4 - dimensão família clássica
Fonte: INE censos definitivos 2011



3.2.2. Projeções demográficas

A observação das várias projeções que foram sendo feitas ao longo dos anos para o Município de Aveiro permitiu perceber que estas se tornam mais assertivas quando o universo da projeção se amplia para a população do Município - pois os desvios positivos de algumas freguesias são compensados pelos desvios negativos de outras.

Foram observadas também algumas dificuldades de projeção ao nível da freguesia, resultantes das recorrentes alterações à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), a qual também registou nova alteração significativa após os censos de 2011, nomeadamente com a aglutinação de sete freguesias em apenas três freguesias no município de Aveiro em 2013 (Lei n.º 11-A/2013), na sequência da reorganização administrativa do território das freguesias. As alterações à CAOP, se tivessem repercussões de cálculo meramente cumulativas das suas subunidades, não constituiriam um problema. Contudo, como parece acontecer, as alterações em causa alteraram limites de forma não comparável entre censos.

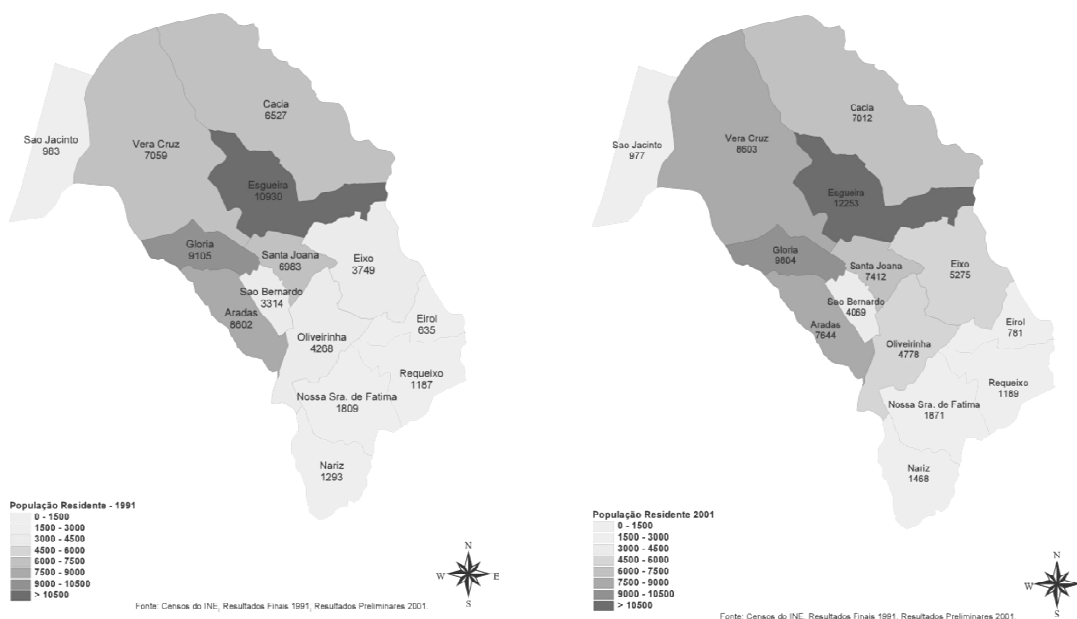


Figura 8 - Configuração das unidades estatísticas do Município de Aveiro antes de 2013 e população residente em 1991 e 2001.



Figura 9 - Nova configuração das unidades estatísticas no Município de Aveiro em 2013

Independentemente da dimensão do universo estatístico em estudo, a validade de uma projeção depende da verificação ou não de um conjunto de hipóteses previamente estabelecidas que se podem tornar ou não realidade.

Nessas hipóteses procuram-se fixar comportamentos para a fecundidade, mortalidade e migrações, sendo elas mais ou menos simplistas em função de projetarem, apenas, os comportamentos passados ou de os tentarem adivinhar em função de previsíveis comportamentos conjunturais e socioeconómicos futuros, devidamente fundamentados.

Taxa - ‰

Territórios	Taxa bruta de natalidade								
	Anos	1981	1995	2001	2009	2010	2011	2012	2013
Aveiro		16,4	11,9	11,2	10,5	10,2	9,7	9,1	9,1

Taxa bruta de natalidade

Fontes de Dados: INE - Estatísticas de Nados-Vivos
INE - X e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1981) | Estimativas Anuais da População Residente (a partir de 1982)
Fonte: PORDATA
Última actualização: 2015-05-07

Quadro 5 - Taxa Bruta de Natalidade

Taxa - ‰

Territórios	Taxa bruta de mortalidade								
	Anos	1981	1996	2001	2009	2010	2011	2012	2013
Aveiro		↓ 8,0	8,4	8,6	8,5	8,9	8,3	8,7	9,1

Taxa bruta de mortalidade

Fontes de Dados: INE - Estatísticas de Óbitos
INE - X e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1981) | Estimativas Anuais da População Residente (a partir de 1982)
Fonte: PORDATA
Última actualização: 2015-05-07

Quadro 6 - Taxa Bruta de mortalidade



Para a definição das projeções demográficas optou-se por encarar alguns cenários que começam no menos complexo – onde se entenderão os comportamentos estatísticos dos nados vivos, dos óbitos, e dos imigrantes e emigrantes, como aproximados aos da última décadas, ao Moderado que extrapola para a projeção um período temporal que integra crescimentos populacionais. A utilização dos dados censitários decenais, sem entrar em linha de conta os saldos migratórios negativos registados nos anos mais recentes, nem a perspetiva dos saldos fisiológicos negativos se virem a acentuar, conduzirá ao cenário mais otimista de todos.

Assim sendo os dados base sobre os quais se apoiam as projeções aqui efetuadas são os seguintes:

Período de referência dos dados / Censos	População residente
1981	60 284
1991	66 444
2001	73 335
2011	78 450

Quadro 7 - População residente no Município de Aveiro 1981; 1991; 2001; 2011
Fonte: INE; População censitária resultados definitivos

Período de referência dos dados	População residente para o município de Aveiro
1991	67 437
1992	67 830
1993	68 252
1994	68 863
1995	69 468
1996	70 190
1997	70 845
1998	71 507
1999	72 237
2000	73 122
2001	73 947
2002	74 649
2003	75 206
2004	75 712
2005	76 213
2006	76 681
2007	77 150
2008	77 584
2009	78 084
2010	78 463
2011	78 093
2012	77 675
2013	77 229

Quadro 8 - População residente no Município de Aveiro de 1991 a 2013
Fonte: INE.pt População anual / recurso a dados intercensitários (dados atualizados em 16 de junho de 2014)



3.2.2.1. Projeção

O crescimento demográfico português tem sido francamente influenciado por comportamentos migratórios – tais fenómenos também se refletiram nas últimas décadas na evolução demográfica do Município de Aveiro. Apesar da importância da componente das migrações nas projeções demográficas, a sua previsão reveste-se de uma dificuldade elevada motivada pela fragilidade da informação e pela reduzida cobertura do fenómeno nas fontes de dados disponíveis. A acrescentar, tem-se, ainda, um considerável grau de incerteza do comportamento dos fluxos migratórios nacionais e internacionais, influenciados em tempos pelo êxodo rural, depois por fenómeno de atração do litoral e das cidades médias do interior, e ultimamente por acontecimentos de natureza económica e política que motivam desequilíbrios demográficos e sociais entre países de origem e de destino.

Tendo, assim, em linha de conta as dificuldades associadas à previsão de fluxos migratórios, adotou-se uma forma menos intrincada de previsão, utilizando para o efeito o modelo de regressão linear.

Com base em diferentes séries de base, procedeu-se às projeções que resultaram em três cenários:

Dados de base utilizados:	Tipo de cenário resultante:
Série decenal dos censos 1981-2011 (INE)	Muito otimista
Série anual intercensitária 1991-2013 (INE)	Otimista
Série anual intercensitária 2003-2013 (INE)	Moderado

Quadro 9 - Cenários de projeção

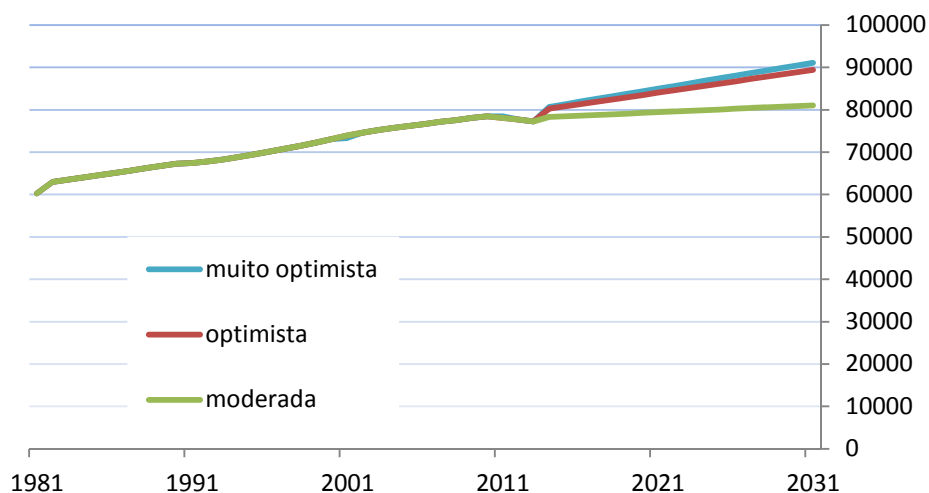


Gráfico 9 - Projeções Demográficas até 2031



O **cenário moderado** – Ao partir de um período entre 2003-2013 este cenário extrapola para a projeção um período temporal que integra crescimentos populacionais (2003- 2008) e decréscimos (2011- 2013) pelo que poderá ser um dos cenários mais equilibrados.

O **cenário otimista** – a contemplação de um cenário otimista, obriga a considerar a possibilidade de recuperação dos saldos migratórios internacionais anuais para valores positivos, implicando assim a introdução (na série de cálculo) de anos não muito longínquos em que a população do município de Aveiro francamente cresceu (nomeadamente entre 1991-2011). Aqui é considerado genericamente que apesar de, na última meia dúzia de anos as imigrações terem sido pesadas e acompanhadas de taxas de natalidade reduzidas, estas voltarão a traduzir fenómenos expansionistas da população (imigrações e aumento da natalidade para níveis das duas últimas décadas do século passado).

O **cenário muito otimista** – difere do anterior por integrar na base de cálculo os valores dos censos de 1981, a partir dos quais se observaram dez anos adicionais de crescimento populacional.

Cenários de projeção – Município de Aveiro			
Ano	Muito otimista	Otimista	Moderado
1981	60.284	60.284	60.284
1991	67.437	67.437	67.437
2001	73.335	73.947	73.947
2011	78.450	78.093	78.093
2021	84.976	84.024	79.426
2031	91.114	89.427	81.061

Quadro 10 - Cenários de projeção

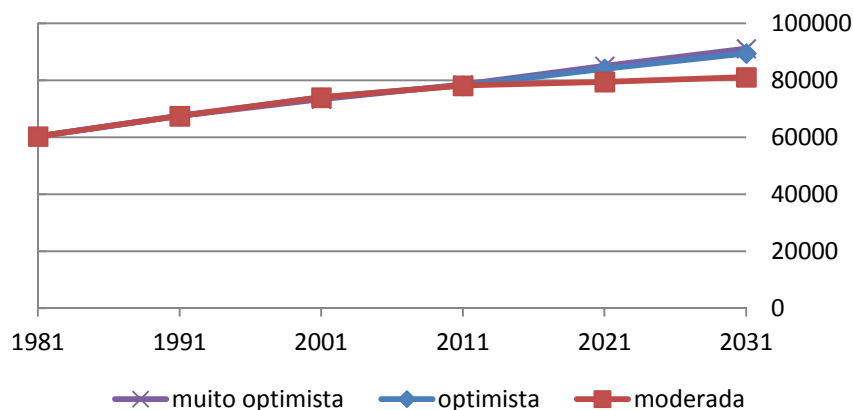


Gráfico 10 - Cenários de projeção demográfica

3.2.3. Habitação

Com a presente análise procura-se perceber quais as dinâmicas do sector da habitação no Município de Aveiro de forma a servir de apoio à perspetivação de futuras intervenções no âmbito do ordenamento do território. Para tal recorreu-se aos dados dos Censos de 1991, 2001 e 2011, assim como à informação sobre habitação constante do Diagnóstico Social de Aveiro 2014. Este estudo visa ainda caracterizar de forma sumária o edificado, nomeadamente, ao nível de tipo de utilização, época de construção e número de pisos.

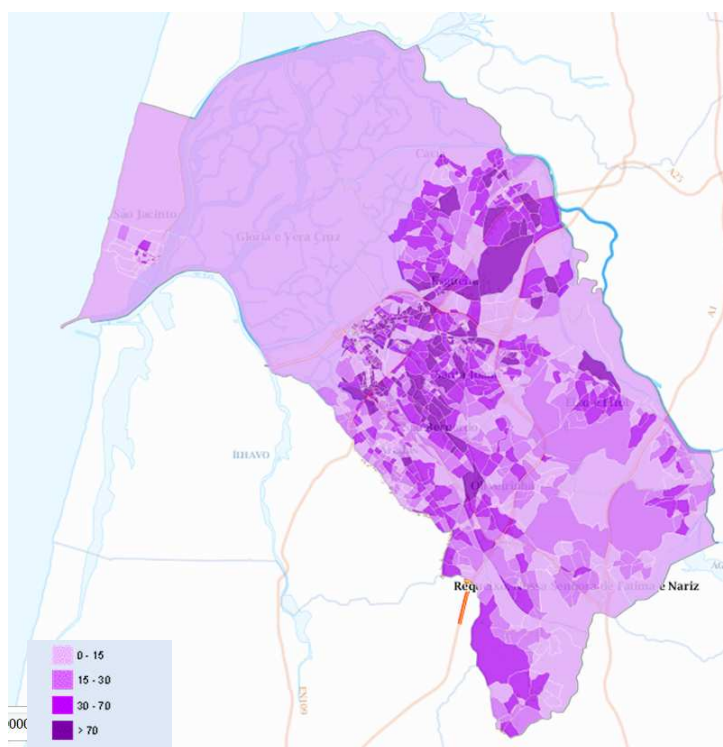


figura 10 - Número de Alojamentos no Município de Aveiro por subsecção (2011)

Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro (a partir de dados do instituto nacional de estatística-INE, Censos de 2011)

Para o cálculo do número de habitantes por alojamento consideraram-se, unicamente, os alojamentos utilizados como residência habitual, excluindo-se, assim, os alojamentos vagos e os alojamentos utilizados como segunda habitação. Pela análise da tabela verifica-se que o número de habitantes por alojamento familiar no Município de Aveiro tem vindo a decrescer sendo em 2011 de 2,57 habitantes por alojamento. Na última década o número de habitantes por alojamento no Município de Aveiro ficou abaixo do valor do continente de 2,63.



	Aloj. Residência Habitual			População residente			número de habitantes por alojamento familiar		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Aveiro	20486	25428	30518	66444	73335	78450	3,2	2,9	2,57
Baixo Vouga	104348	127190	143345	350424	385724	390822	3,4	3	2,73
Centro	741209	832036	893857	2258768	2348397	2327580	3	2,8	2,60
Continente	2956664	3436799	3818574	9375926	9869343	10047621	3,2	2,9	2,63

Quadro 11 - Número de habitantes por alojamento
Fonte: INE, censos definitivos 1991, 2001, 2011

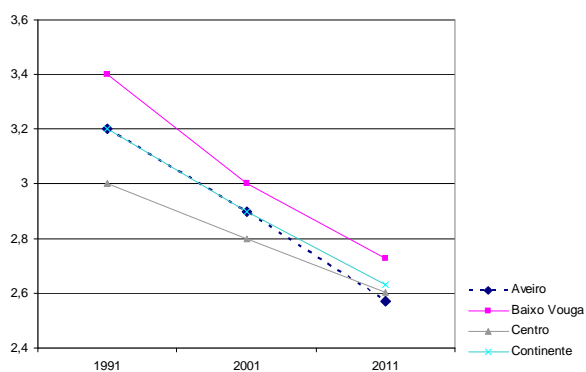


Gráfico 11 - Número de habitantes por alojamento familiar

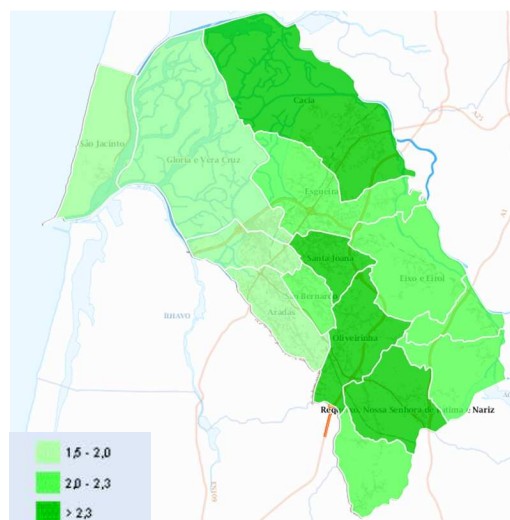


figura 11 - n.º de habitantes/alojamento/freguesias (2011)

Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro (a partir de dados do instituto nacional de estatística-INE, Censos de 2011)

Em 1991 o Município de Aveiro apresentava cerca de 9% de fogos de uso sazonal ou secundário, em 2001 estes já representavam cerca de 12% do total de alojamentos. De 2001 para 2011 o valor estabilizou, sendo, este uso, 12,35% do total dos alojamentos familiares clássicos. No mesmo período, o número de fogos desocupados aumentou passando a representar 12,25% do total de alojamentos clássicos. Ao analisar os dados estatísticos de 2011 constata-se que uma grande parte dos alojamentos vagos se encontram para venda concentrando-se, sobretudo, na área da antiga freguesia da Vera Cruz (450 de um total de 1097).



AVEIRO	Número de Alojamentos Familiares	Forma de ocupação			Forma de ocupação (%)		
		Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário	Vagos	Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário	Vagos
1991	25926	20486	2384	3056	79,02%	9,20%	11,79%
2001	32741	25428	3924	3389	77,66%	11,98%	10,35%
2011	40475	30518	5000	4957	75,40%	12,35%	12,25%

Quadro 12 - forma de ocupação dos alojamentos
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 1991, 2001, 2011

Em termos de regime de ocupação dos alojamentos, pela observação do quadro seguinte, pode-se verificar o impacto do alojamento associado aos estudantes universitários, de facto, as freguesias da Gloria (39%) e Vera Cruz (31,99%) apresentam valores para o arrendamento muito superiores às percentagens, do Continente (20,16%), Região Centro (12,52%) e Baixo Vouga (13,51%). Em termos gerais o Município apresenta valores muito aproximados do Continente para o arrendamento (21%).

	%	1991	2001	2011
Continente		27,98	21,17	20,16
Centro		15,14	12,22	12,52
Baixo Vouga		15,72	12,96	13,51
Aveiro		26,95	21,86	22,10
Aradas		25,88	20,24	23,59
Cacia		14,40	12,32	10,79
Eirol		2,48	4,60	4,80
Eixo		13,85	10,69	12,91
Esgueira		26,86	18,61	20,18
Glória		43,58	38,74	39,22
Nariz		4,10	8,37	9,48
Oliveirinha		20,29	17,36	15,02
Requeixo		10,79	12,76	8,96
São Bernardo		17,74	15,38	15,87
São Jacinto		26,12	25,62	22,66
Vera Cruz		46,59	31,78	31,99
Santa Joana		22,79	19,99	17,72
Nossa Senhora de Fátima		10,83	12,21	12,81

Quadro 13 - Proporção de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados (%)
Fonte: INE, censos 2011

No Município de Aveiro, em 2011, foram registados um total de 40475 edifícios, a freguesia que apresenta maior número de edifícios é Esgueira e, por oposição, Eirol é a freguesia com menor número de edifícios. A menor prevalência de edifícios unifamiliares dá-se nas Freguesias da Gloria e Vera Cruz, e é nestas que se encontram maior número de edifícios com mais de 5 alojamentos.



2011	Dimensão de alojamentos							
	Total	1 aloj.	2 aloj.	3 aloj.	4 aloj.	5 - 9 aloj.	10 - 15 aloj.	16 ou + aloj.
Aveiro	40475	19385	2020	985	1435	6639	5076	4935
Aradas	4887	2553	262	87	112	621	544	708
Cacia	3139	2570	186	54	67	240	22	0
Eirol	341	334	4	3	0	0	0	0
Eixo	2519	1667	99	9	24	105	177	438
Esgueira	6414	2699	307	102	268	1269	953	816
Glória	6207	872	247	269	284	1874	1037	1624
Nariz	656	620	14	12	0	0	10	0
Oliveirinha	2127	1839	112	36	40	80	20	0
Requeixo	560	527	20	9	4	0	0	0
São Bernardo	2268	1307	85	27	172	549	110	18
São Jacinto	637	461	58	27	60	31	0	0
Vera Cruz	6390	949	426	270	264	1351	2109	1021
Santa Joana	3495	2226	164	62	136	503	94	310
Nossa Senhora de Fátima	835	761	36	18	4	16	0	0

Quadro 14 - Edifícios segundo o n.º de alojamentos por edifício
Fonte: INE, censos definitivos 2011

A análise da época de construção dos edifícios de um Município é um elemento importante para o conhecimento do estado atual dos mesmos, nomeadamente, da necessidade ou não de renovação ou reabilitação do edificado. Em termos de parque edificado verifica-se que no Município de Aveiro houve um pico de construção entre 1971 e 1990 e, depois, entre 1995 e 2005, voltou a haver um ligeiro crescimento na construção tendo esta, nos últimos anos, seguido uma tendência decrescente. Uma vez que a maioria das edificações no Município foi construída a partir de 1971 poderá dizer-se que o parque habitacional de Aveiro é relativamente recente.

2011	Total	Até 1919	1919 - 1945	1946 - 1960	1961 - 1970	1971 - 1980	1981 - 1990	1991 - 1995	1996 - 2000	2001 - 2005	2006 - 2011
Aveiro	22817	1210	1485	2408	2617	3893	3850	1921	1945	2143	1345

Quadro 15 - Edifícios segundo a época de construção
Fonte: INE, censos 2011

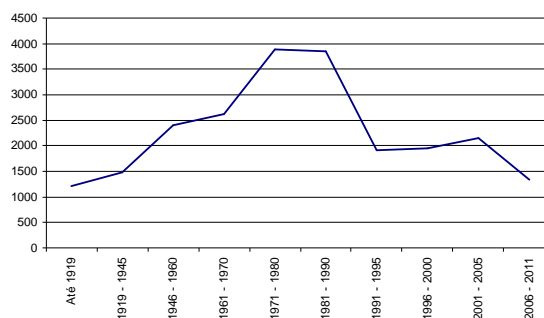


Gráfico 12 - Edifícios segundo a época de construção



3.2.3.1. Habitação Social

A informação constante deste subcapítulo foi retirada integralmente do “diagnóstico social do Município de Aveiro – outubro 2014”. Entende-se como importante estes dados figurarem, também, no REOT uma vez que esta é uma das principais formas de intervenção Municipal no âmbito da Habitação.

“O parque de habitação social implantado no Município é atualmente constituído por 1 102 fogos, número que integra as habitações sociais propriedade da Câmara Municipal de Aveiro (586) e do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (516).

Estes imóveis estão disseminados por 8 freguesias do Município e integram 21 bairros, estando patentes quer habitações multifamiliares, quer unifamiliares. A maior concentração de habitações sociais observa-se na União de Freguesias Glória e Vera Cruz, onde estão implantados o Bairro Social de Santiago e a Urbanização de Santiago que integram 705 habitações sociais. De seguida apresentam-se as habitações sociais propriedade da Câmara Municipal de Aveiro.

Urbanizações Sociais / Freguesia	Tipologia				N.º fogos
	T1	T2	T3	T4	Total
Aradas		1	1		2
Urbanização da Quinta do Canha		1	1		2
Cacia	2	5	11	2	20
Urbanização de Cacia	2	5	11	2	20
Esgueira	3	12	9	8	32
Bairro Social da Bela Vista	1	3		4	8
Bairro Social do Paço	1				1
Pré-fabricado Agrads do Norte		1		2	3
Urbanização de Mataduços	1	4	3	2	10
Urbanização de Taboeira		4	6		10
Oliveirinha	1	3	3	1	8
Pré-fabricado Quintãs	1	1			2
Urbanização de Quintãs		2	3	1	6
Santa Joana	2	14	8	2	26
Bairro Social da Cova do Ouro		2	3		5
Bairro Social da Quinta do Griné		5			5
Bairro Social do Caião	2	2	3		7
Novo Empreendimento do Caião		5	2	2	9
São Jacinto		18	7	1	26
Bairro Social de São Jacinto				1	1
Urbanização de São Jacinto		18	7		25
Eixo e Eirol		16	7	7	30
Bairro Social de Eixo		3	1	1	5
Urbanização de Eirol		2	3		5
Urbanização de Eixo		11	3	6	20
União de Freguesias Glória e Vera Cruz	46	148	200	48	442
Bairro Social da Misericórdia		2		3	5
Bairro Social de Santiago		3		1	4
Urbanização de Santiago	46	143	200	44	433
Total	54	217	246	69	586

Quadro 16 - Habitações sociais propriedade da autarquia

Fonte: Câmara Municipal Aveiro - Divisão Ação Social e Saúde – Subunidade Habitação Social (13.10.2014)



As habitações sociais propriedade do IHRU distribuem-se pelas freguesias de Santa Joana e pela União das Freguesias da Glória e Vera Cruz conforme quadro apresentado de seguida.

Bairros Sociais / freguesia	N.º fogos
Santa Joana	
Bairro Social da Quinta do Griné	168
Bairro Social do Caião	80
União de freguesias Glória e Vera Cruz	
Bairro Social de Santiago	268
Total	516

Quadro 17 - Habitações sociais propriedade do IHRU

Fonte: Câmara Municipal Aveiro - Divisão Ação Social e Saúde, Subunidade Habitação Social, (13.10.2014)

Relativamente às dinâmicas e carências habitacionais, entre janeiro de 2010 e outubro de 2014, foi registada na autarquia a procura de atribuição de habitação social que a seguir se apresenta.

Freguesias	Novos pedidos (N.º)	Pedidos reforçados (N.º)
Aradas	53	34
Cacia	35	14
Esgueira	101	42
Oliveirinha	14	9
Santa Joana	43	26
São Bernardo	14	11
São Jacinto	9	0
Eixo e Eirol	35	23
União de Freguesias Glória e Vera Cruz	134	76
Requeixo, N. Sra. Fátima e Nariz	14	3
Outros Municípios	19	5
Total	471	243

Quadro 18 - Procura habitação social por freguesia

Fonte: Câmara Municipal Aveiro - Divisão Ação Social e Saúde – Subunidade Habitação Social (13.10.2014)

Da análise qualitativa das dinâmicas e carências habitacionais das famílias do Município é possível observar o aumento da dificuldade de acesso ou manutenção da habitação, situação frequentemente associada à precarização e instabilidade das condições laborais das famílias.

Neste âmbito, o que se encarava como um problema dos segmentos da população mais desfavorecidos, abrange atualmente uma população mais heterogénea, que integra indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados, famílias que anteriormente detinham uma situação financeira estável e que, por redução de rendimentos e/ou situação de sobre endividamento não conseguem fazer face ao encargo mensal de uma renda ou prestação bancária e famílias jovens com poucas condições para se autonomizarem.

Em causa não está a ausência de oferta de habitação, mas sim a sua inadequação à procura protagonizada pelas famílias, constatando-se a imutabilidade dos valores de arrendamento, em



oposição à deterioração da situação financeira das famílias que, com a diminuição do seu poder de compra, veem dificultadas as suas condições de subsistência e de manutenção dos contratos de arrendamento ou do cumprimento de prestações de crédito à habitação que, cada vez mais resultam na perda do acesso aos imóveis.

Neste contexto, tem-se observado a crescente procura da atribuição de habitação social, apoio através do qual as famílias procuram garantir o acesso a uma habitação condigna, cujo valor da renda seja compatível com os seus rendimentos.

Da análise dos pedidos formalizados, verifica-se a expressividade do número de pedidos complementares de famílias já identificadas, mas que não tiveram resposta habitacional, os quais decorrem de fatores de agravamento da situação familiar, habitacional e/ou socioeconómica.

A principal razão para a procura de atribuição de habitação social assenta em fatores de insuficiência económica, em que as famílias ocupam habitações com todas as condições de habitabilidade, mas cujos valores das rendas são incompatíveis com os seus rendimentos. De ressaltar que nesta matéria, é frequente que as famílias apresentem, cumulativamente, mais que um fator de vulnerabilidade social, tais como baixos rendimentos decorrentes de desemprego, deterioração das condições económicas decorrentes de processo de divórcio, entre outros.

Importa referir que, apesar da representatividade do número de fogos que constituem o parque de habitação social do Município, a sua taxa de ocupação situa-se acima dos 90%, o que, face à expressiva procura de habitação evidencia a necessidade de reformulação de apoios nesta matéria, uma vez que se constata a incapacidade de resolução da maioria das situações, através da atribuição de habitação social.

Em suma, a capacidade de resolução das carências habitacionais através da atribuição de habitação social, fica aquém das necessidades identificadas.

No que diz respeito aos realojamentos operados entre janeiro de 2010 e outubro de 2014, procedeu-se ao realojamento de 62 agregados familiares residentes em 10 freguesias do Município. Destes realojamentos, 47 foram executados em habitações propriedade da Câmara Municipal de Aveiro e 15 em imóveis propriedade do IHRU.



Realojamento por freguesia	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Aradas	1	1	1			3
União Freguesias Glória e Vera Cruz	6	12	3	11		32
Cacia				2		2
Santa Joana		2	2	2		6
Esgueira		3	2	4	2	11
Eixo e Eirol		1		3		4
Requeixo, N. Sra. Fátima e Nariz			1			1
S. Bernardo			1			1
Oliveirinha				1		1
S. Jacinto				1		1

Quadro 19 - Realojamentos [2010 – 2014]

Fonte: Câmara Municipal Aveiro - Divisão Ação Social e Saúde – Subunidade Habitação Social (13.10.2014)

A atribuição de habitação social, apesar de representar o primeiro passo para a melhoria da qualidade de vida e estabilização da situação habitacional e financeira das famílias, deixa evidenciar a necessidade de uma intervenção sistemática e abrangente junto destas famílias, designadamente no que reporta às áreas de educação/formação, saúde, emprego, entre outras.

Ainda no que concerne à habitação, é de referenciar a iniciativa Mercado Social de Arrendamento (MSA), que tal como as cantinas sociais, surgiu no âmbito do Programa de Emergência Social (PES), decorrente do reconhecimento da asseveração de um novo paradigma para os mercados do imobiliário assente, sobretudo, na Reabilitação Urbana e no Arrendamento Habitacional. Neste contexto, o Governo, juntamente com entidades do setor público e privado, constituíram uma bolsa de imóveis para arrendamento, com valores de renda 20% a 30% inferiores aos valores médios praticados no mercado regular, onde são integrados imóveis disponibilizados pelos Bancos, IHRU e IGFSS - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social I.P.

A Câmara Municipal de Aveiro é parceira local desta medida, tendo registado de 2 de julho 2012 a 10 de outubro de 2014 a formalização de 137 candidaturas aos imóveis disponibilizados no Município, 36 das quais foram aprovadas. De referenciar que, um dos requisitos para aprovação das candidaturas é a verificação de uma taxa de esforço mínima de 10% e máxima de 30%, face ao rendimento mensal do agregado familiar, pelo que esta iniciativa, apesar de direcionada a agregados familiares em situação de vulnerabilidade económica, não responde às necessidades das famílias mais desfavorecidas, cujo rendimento mensal não permite a taxa de esforço exigida para acesso aos imóveis integrados no Mercado Social de Arrendamento.

O Município dispõe ainda ao nível da habitação, de 2 centros de alojamento temporário (CAT), resposta social que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

O CAT da Fundação CESDA, situado na freguesia de Esgueira, tem capacidade para 16 utentes, homens e mulheres. Disponibiliza, igualmente, alojamento noturno, atendimento social e psicológico, alimentação, higiene pessoal, lavagem e tratamento de roupa, promoção do acesso aos serviços de saúde, apoio em medicação, em casos de comprovada insuficiência económica, apoio no tratamento de documentação, incentivo e apoio na procura de emprego.

O CAT da Cáritas Diocesana de Aveiro, situado na União de Freguesias da Glória e Vera Cruz tem capacidade para 10 utentes do sexo masculino, e disponibiliza serviços ao nível do alojamento noturno, atendimento social e psicológico, alimentação, higiene pessoal, lavagem e tratamento de roupa, promoção do acesso aos serviços de saúde, apoio em medicação, apoio no tratamento de documentação, incentivo e apoio na procura de emprego.”

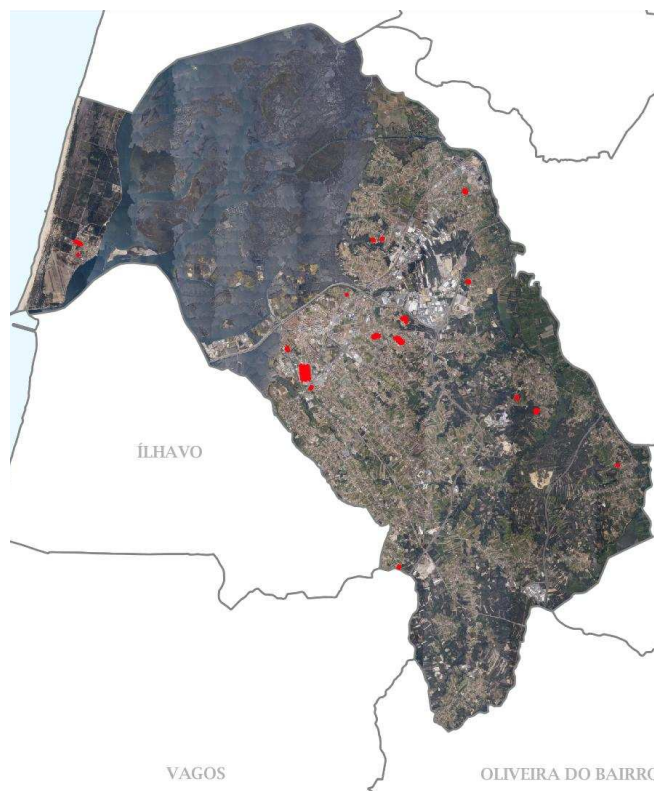


Figura 12 - localização da habitação social no Município de Aveiro



3.3. Estrutura socioeconómica

Aveiro beneficia de um excelente enquadramento territorial e oferece uma qualidade de vida e um ambiente urbano de referência. O potencial da sua posição geoestratégica na rede principal de acessibilidades e de infraestruturas logísticas e a diversidade e qualidade dos recursos naturais e humanos que o Município apresenta, constituem fatores indispensáveis e fundamentais de atração e promoção de investimento.

O Município de Aveiro destaca-se positivamente no contexto regional, sendo um território com recursos humanos qualificados, fator indutor para a competitividade da base económica local, com uma população empregada com grau de ensino superior significativamente relevante face à média nacional. Sobressai ainda, pela inovação e empreendedorismo, com instituições e empresas de referência em alguns setores, onde se salientam os materiais cerâmicos, as telecomunicações, as novas tecnologias, a indústria automóvel, entre outras. As suas características e especificidades, conferem a Aveiro vantagens e favorecem a consolidação de um “sistema produtivo” que aposte e privilegie os setores com maior potencial e se possa assumir como um polo consolidado nas áreas de especialização inteligente da região, nomeadamente ao nível das TICE.

A dinâmica empresarial assume uma forte tradição industrial, fruto do empreendedorismo das suas gentes. Ao longo dos últimos anos tem-se assistido ao crescimento da indústria do turismo e à consolidação da indústria associada às novas tecnologias. No que diz respeito à rede de apoio ao desenvolvimento económico local, as instituições, associações empresariais ou representativas de setores económicos presentes no Município e na Região, têm sido, na sua maioria, impulsionadoras do desenvolvimento de um tecido económico regional coeso e estruturado numa lógica de clusters, evidenciando uma aposta concertada na inovação.

Beneficiando da presença de um pólo de conhecimento e investigação, desenvolvimento e inovação (IDI), “Aveiro deverá reforçar a sua posição na economia do conhecimento com uma aposta clara no fortalecimento de sinergias entre ensino/IDI, tecido empresarial e administração pública”. A sua operacionalização assenta na criação de uma “rede de espaços produtivos multifuncionais, na requalificação das áreas industriais existentes e na refuncionalização de espaços centrais da cidade



com funções produtivas”³, baseada na economia do conhecimento, conferindo novas dinâmicas urbanas.

Por outro lado, pelo enorme potencial de recursos naturais, ambientais e culturais e pela qualidade das paisagens urbanas, o “desenvolvimento turístico” assume, também, um papel determinante no sistema produtivo, pelo que, importará ao nível do ordenamento do território salvaguardar os recursos existente. O turismo é uma atividade emergente, carecendo ainda de uma organização e oferta adequadas que a torne reconhecida, sobretudo, internacionalmente.

³ PECA – Plano Estratégico do Município de Aveiro



3.3.1. Dinâmicas Socioeconómicas

O presente subcapítulo tem por objeto a apresentação de alguns dados estatísticos de suporte à caracterização das dinâmicas socioeconómicas do território.

3.3.1.1 Tecido Empresarial e Produtivo

Segundo dados do INE, em 2011, estavam sediadas em Aveiro 9133 empresas. Em termos de variação percentual, entre 2001 e 2011, verifica-se um decréscimo de 8% no número de empresas, ainda que no contexto sub-regional do Baixo Vouga, Aveiro represente cerca de 22% do número total de empresas. De acordo com os mesmos dados, de 2011, 96% das empresas sediadas em Aveiro tinham menos de 10 pessoas ao serviço, caracterizando a maioria do tecido empresarial como micro, pequenas e médias empresas. Note-se que este indicador representava em 2006, cerca de 87% das empresas.

Conforme se poderá constatar da análise do Gráfico seguinte, dessas empresas ganha particular destaque o comércio por grosso e a retalho, seguido das atividades administrativas e serviços de apoio e das atividades de consultoria, científicas e técnicas que assumem aqui algum peso devido à Universidade de Aveiro, enquanto polo de investigação e inovação.

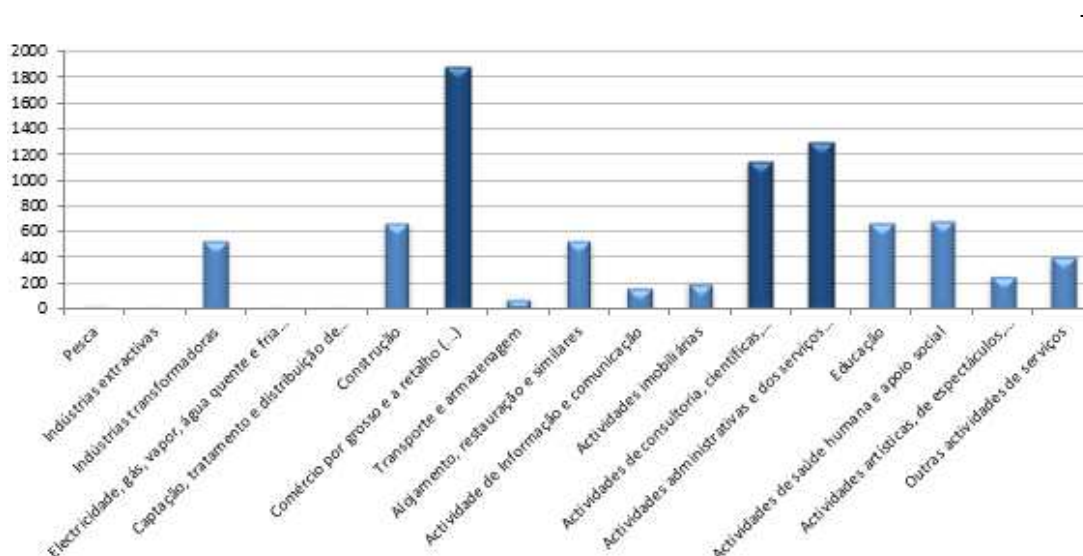


Gráfico 13 - N.º de empresas no Município de Aveiro, segundo CAE-Rev.3, 2012
Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas / PORDATA



Importa ainda referir a queda, em 2011, do setor associado à construção, o qual representava o segundo setor com maior incidência em Aveiro em 2006 (em 2011 era quinto). Relativamente à Agricultura e Pescas, atividades que integram o setor primário, é de salientar o seu peso pouco significativo no total das atividades (4%). No entanto, entre 2006 e 2011, este valor aumentou, dado que em 2006 representava 2%. Este setor pode vir a registar aumentos bastante significativos, nos próximos anos, tendo em conta a crescente importância que o mesmo tem vindo assumir na região de Aveiro.

Relativamente à Indústria Transformadora apesar de predominarem as indústrias mais tradicionais como a fabricação de produtos metálicos e as indústrias alimentares, na proporção de 32% e 21%, respetivamente, verifica-se a diversificação das restantes atividades industriais.

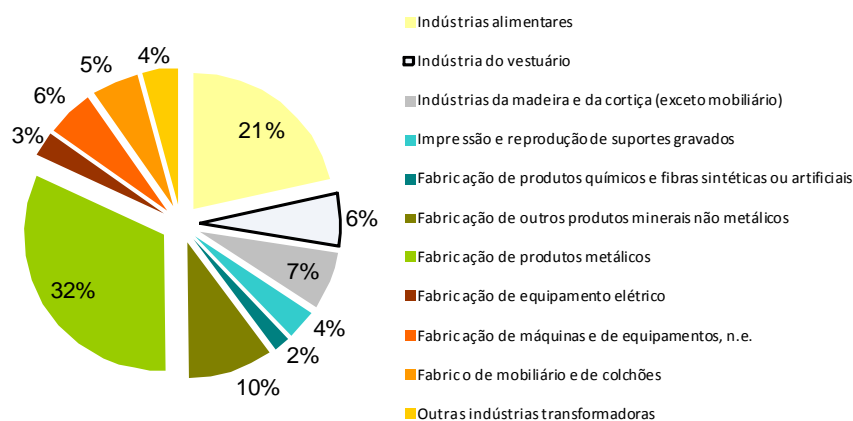


Gráfico 14 - Percentagem de empresas por setor, na Indústria Transformadora, 2011
Fonte: INE

Este tecido empresarial, de acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro de 2012 (INE, 2013), apresentava um volume de negócio na ordem dos 2.687.532 milhões de euros, representando cerca de 5% e 24% do volume de negócios da região Centro e da sub-região Baixo Vouga.

Segundo a mesma fonte, as empresas do Município de Aveiro exportam mais do que importam, sendo que em termos absolutos, em 2012, as empresas com sede em Aveiro foram responsáveis por exportações de mercadorias num montante global de 733 milhões de euros e importações no valor de 476 milhões de euros, valores que representam cerca de 8,5% das exportações da região Centro e 23,8% das exportações da sub-região Baixo Vouga.



No que diz respeito às exportações, verifica-se que entre 2001 e 2011, as empresas do Município de Aveiro aumentaram cerca de 71% o valor dos bens exportados, valor bastante superior à média nacional (54%), o que dá conta de uma forte aposta do tecido empresarial municipal na prospeção de mercados externos.

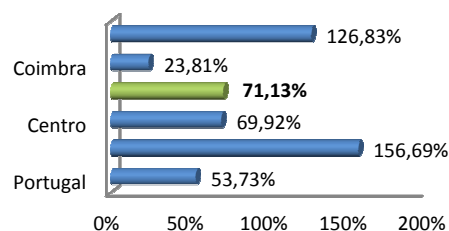


Gráfico 15 - Taxa de variação das Exportações 2001-2011
Fonte: PORDATA

3.3.1.2 Áreas de Especialização Inteligente

Reconhecendo que a promoção de um crescimento económico equilibrado, coeso e, ao mesmo tempo, ambientalmente sustentável, não deverá surgir desarticulado com as capacidades e recursos endógenos de cada território, impõe-se a estes, cada vez mais, a capacidade de maximizar e potenciar os seus setores de especialização.

Através da análise e conhecimento dos seus recursos endógenos, do seu ecossistema empresarial e empreendedor, do seu capital social e das suas principais oportunidades económicas, Aveiro apresenta 5 áreas de especialização inteligente, das quais 4 surgem integradas na Estratégia Integrada de Intervenção Territorial da Região de Aveiro para o horizonte 2014-2020.



– Economia do Mar e Ria

Esta área de especialização inteligente encontra-se intimamente associada às características singulares do nosso território, que se assume como um importante recurso e marca identitária da nossa cidade e Região, a Ria de Aveiro. De facto a Ria, bem como o mar, constituem um recurso de especialização incontornável pelo *“relevante contributo para o setor turístico, a sua articulação com a atividade industrial e das pescas, o potencial de desenvolvimento com a incorporação de conhecimento e inovação, a estreita interdependência com o equilíbrio ambiental, a eco-eficiência*



da região e o potencial associado ao setor da energia” (Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2014-2020, QCIRA: 41).

Esta área de especialização inteligente integra um conjunto de setores económicos que se assumem como oportunidades de investimento ao nível da cidade e região de Aveiro, tais como: Construção e Manutenção Naval; Pesca, Aquacultura e Indústria do Pescado; Transportes Marítimos e Logística; Entretenimento, Desporto, Cultura e Turismo e Formação e Emprego Marítimo. Em todos esses setores, a Inovação e a aplicação das TICE podem ser fatores indutores do sucesso que se pretende alcançar.

– Agroalimentar e Florestal

O setor Agroalimentar e Florestal apresenta nesta Região condições extremamente favoráveis ao seu desenvolvimento. O território da Região de Aveiro é particularmente diverso, apesar da sua escala, e é, numa parte significativa, constituído por terrenos com elevado potencial agroalimentar. O conjunto de atividades económicas desenvolvidas neste setor, o reconhecimento de um conjunto de produtos alimentares distintos, com a certificação de alguns deles, a importância de algumas fileiras como a dos frutos vermelhos, e as condições naturais e diferenciadas que a proximidade ao Mar e à Ria possibilitam, criam um conjunto de desafios significativos.

Quanto ao setor Florestal, reconhecendo as competências instaladas no Sistema de C&T em termos de investigação e desenvolvimento, bem como o seu potencial de articulação com a atividade turística e de empreendedorismo, não é difícil encontrar, na região, evidências de especialização. Salienta-se, ainda: o facto de quase metade do território da Região de Aveiro ser florestal; a presença de setores industriais relevantes, como o das indústrias de base florestal, altamente exportadoras, de elevado valor acrescentado nacional e responsável por elevado volume de emprego; o potencial de inovação associado à fileira florestal e da biomassa, a experiência e as vantagens regionais já existentes no domínio da investigação florestal.

In: *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2014-2020, QCIRA*

No território de Aveiro destaca-se a importância da área do Baixo Vouga Lagunar, cujos terrenos têm uma importante capacidade de produção agrícola que importa preservar, através das intervenções de beneficiação ambiental que garantam a não invasão da água salgada da ria nestes terrenos.

A nível florestal, destaque para a presença de indústrias de base florestal (Portucel-Soporcel), altamente exportadoras, de elevado valor acrescentado a nível nacional e responsável por um



elevado volume de emprego, bem como o potencial de inovação associado à fileira florestal e da biomassa, com especial destaque para a presença do Instituto de Investigação da Floresta e Papel - RAIZ.

– Materiais

A área dos Materiais, entendida não só na sua expressão industrial, mas também na sua articulação com outros setores: da saúde à construção, da energia à qualidade de vida. Na sua expressão industrial, com o impacto mais relevante em termos de atividade económica nesta região (particularmente no que diz respeito à Indústria Transformadora), este tem sido, de forma mais significativa, o setor com maior reconfiguração do tecido produtivo com a incorporação do conhecimento e da inovação na sua cadeia de valor. Quer na sua fileira mais dinâmica, quer na fileira mais tradicional, as indústrias cerâmicas, metalúrgicas, químicas e de equipamentos apresentam condições privilegiadas de, em estreita articulação com o potencial de investigação e desenvolvimento disponível no Sistema de C&T, continuar o processo de reconfiguração e de internacionalização. Na área dos materiais encontram-se, ainda, por explorar um conjunto significativo de mercados novos associados, por exemplo aos setores biomédico, energético e das TICE, essencialmente decorrentes da incorporação de conhecimento e inovação.

In: *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2014-2020, QCIRA*

Em Aveiro, não obstante a importância de outras empresas associadas à área dos Materiais, importa destacar a particular importância da indústria cerâmica. De acordo com dados da APICER de 2011, a importância do distrito de Aveiro, no panorama nacional da indústria cerâmica encontra-se refletida no gráfico em baixo.

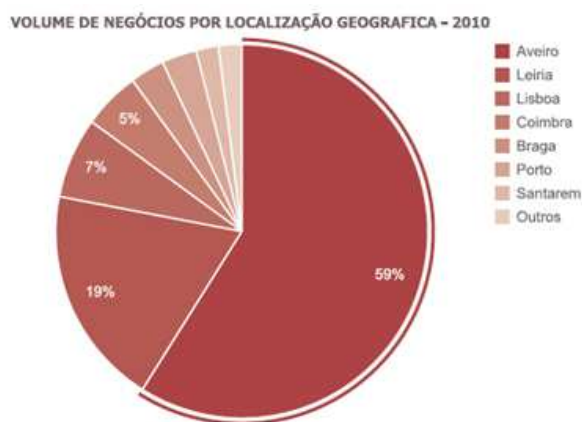


Gráfico 16 - Volume de Negócios por localização geográfica
Fonte: APICER



Conforme se pode verificar o Volume de Negócios no Distrito de Aveiro, representa 59% do Volume Nacional, sendo seguido pelo Distrito de Leiria que representa 19%. Se olharmos o Baixo Vouga, com dados de 2010, então das 123 empresas na área da cerâmica, 25% são do Município de Aveiro, o que também permite aferir da importância das empresas de Aveiro no contexto nacional.

– Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica

As TICE têm assumido elevada importância no tecido empresarial e produtivo de Aveiro, muito devido à presença da Universidade de Aveiro mas, também, devido à presença no nosso território de importantes empresas e entidades com peso neste setor, como é o caso da PT Inovação e Serviços, Inovaria, Instituto das Telecomunicações, Nokia, entre outras.

Esta representatividade das TICE em Aveiro é realçada num estudo da RACIUS onde se constata que, em 2015, o número de empresas de base tecnológica em Aveiro tem crescido ao longo dos últimos anos representando perto de 3% do número total de empresas. Valor superior ao número de empresas de base tecnológica registadas a nível sub-regional, regional e nacional conforme se pode verificar no gráfico em baixo.

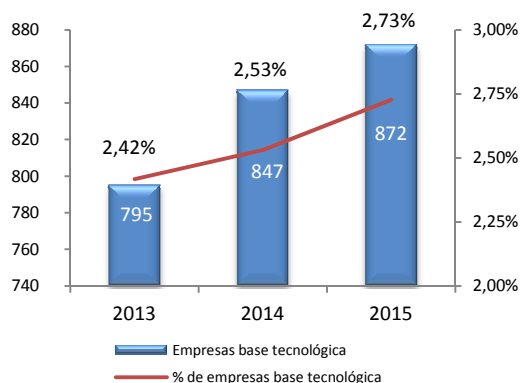


Gráfico 17 - Empresas (de Aveiro) de base tecnológica e a sua percentagem em relação ao total de empresas
Fonte: RACIUS

Outro indicador relevante, sobretudo na ligação entre o sistema de ensino e esta área de especialização, é o facto de 43% dos alunos do município que terminam o secundário, inscrevem-se em áreas de conhecimento e tecnologia para prosseguir os estudos no ensino superior. Aveiro (em 2012/2013) é a cidade com a taxa mais elevada do país de inscritos em áreas de ciência e tecnologia no ensino superior, o que reforça, a excelência do ensino nessas áreas da Universidade de Aveiro, bem como a elevada procura de jovens licenciados nessas áreas por empresas da região.



– Turismo

O turismo assume, também, um papel determinante no sistema produtivo, quer do Município, quer da Região de Aveiro. De facto, de acordo com dados do INE relativos a 2011, o número de hóspedes no Município totalizava os 107.449 turistas e na Região de Aveiro os 269.109 turistas, conferindo assim ao Município uma representatividade de cerca de 40% do número total de hóspedes da Região.

Em termos de evolução da procura turística, face a valores de 2013, podemos concluir que o Município de Aveiro registou um aumento de 11% no número de hóspedes (119.308 turistas), crescimento similar ao da Região de Aveiro que rondou os 10% (296.742 turistas) (Gráfico 18).

Relativamente aos hóspedes estrangeiros, entre 2011 a 2013, o Município de Aveiro registou uma taxa de crescimento na ordem dos 15,21%, superior à média nacional e superior ao Porto, Braga, Coimbra ou Lisboa (Gráfico 19).

Esta representatividade do setor turístico, assume expressão territorial mais evidente no núcleo do Centro Histórico do Município, quer ao nível da oferta de estabelecimentos hoteleiros (hotéis e alojamentos locais), quer ao nível da oferta de comércio dirigido ao turista.

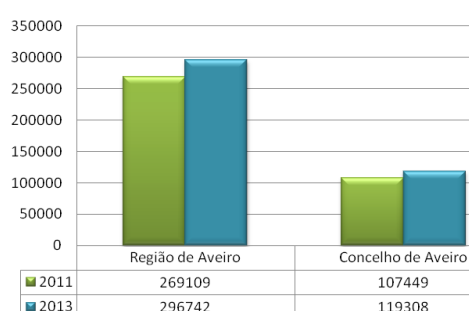


Gráfico 18 - Evolução do número de hóspedes, Município e Região de Aveiro

Fonte: INE, 2011 e 2013

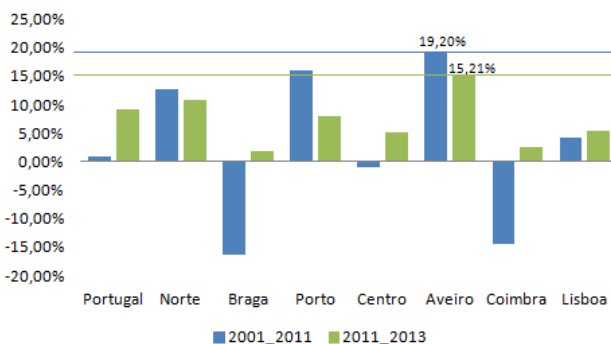


Gráfico 19 - Taxa de Crescimento na Proporção de hóspedes estrangeiros entre 2001 e 2013

Fonte: INE/PORDATA

O turismo é uma atividade económica complexa que exige uma abordagem inovadora. Porém, Aveiro tem-se apoiado em termos de recursos turísticos na cidade e nos canais urbanos da Ria e mais recentemente na realização de eventos desportivos e no turismo de negócios, não explorando outros recursos naturais e territórios rurais do Município. Aveiro reúne condições para a valorização



e potenciação de um destino turístico multitemático que exigirá, também, a criação de um produto turístico complementar à cidade, integrando redes turísticas temáticas e articuladas, reduzindo a sua sazonalidade.

Conforme referido anteriormente destas 5 áreas de especialização, 4 (exceto o Turismo) surgem integradas na ITI da Região de Aveiro para o horizonte 2014-2020, bem como nas áreas de atuação do futuro Parque de Ciência e Inovação (PCI).

Este Parque é um espaço de inovação e de criatividade que possibilitará a interação entre recursos humanos com competências distintas e de diferentes setores, visando a dinamização de novos projetos empresariais, ou investigação aplicada, que potenciem novas formas de criação de valor. O *Creative Science Park* estará orientado para a produção científica, tecnológica e educativa, e para a disseminação do conhecimento em áreas de apostas nacionais e regionais como TICE, Materiais, Mar, Agroindustrial e Energia, pretendendo beneficiar das dinâmicas e sinergias decorrentes das competências existentes, nomeadamente em formação e I&D, e das redes regionais, nacionais e internacionais estabelecidas, nomeadamente pela Universidade de Aveiro, bem como dos Pólos de Competitividade e Clusters criados ou em desenvolvimento.

As áreas de aposta estratégica do PCI refletem assim a vontade conjunta dos parceiros, incluindo o Município de Aveiro, em assumir a especialização inteligente como um conceito central para as políticas de inovação, promovendo o uso eficiente dos recursos, a identificação clara das prioridades e o eficaz acompanhamento dos resultados.



3.3.1.3 Empregabilidade e Recursos Humanos

Em 2011, a população em idade ativa no Município de Aveiro totalizava as 40.063 pessoas (cerca de 51,1% da população residente). Estes dados absolutos representam um crescimento de aproximadamente 6% face a dados de 2001, o que representa um crescimento bastante superior ao registado no País (0,7%) e na região Centro (-1%).

Em 2011, aproximadamente 90% da população ativa do Município de Aveiro estava empregada (35.791 pessoas empregadas), o que permite conjurar que o Município de Aveiro tem elevado potencial ao nível da empregabilidade dos seus residentes ativos.



Gráfico 20 - População em idade ativa e situação face ao emprego

Fonte: INE, 2011

Da análise da proporção da população empregada por setor de atividade, verifica-se que em 2011 o setor terciário empregava o maior número de pessoas (71%), seguido do setor secundário (29%) e do setor primário com apenas 1%. Comparativamente a 2001 e seguindo a mesma tendência registada em 1991, verificou-se um crescimento significativo do setor terciário, em detrimento do setor secundário e primário. Conforme se pode verificar no quadro seguinte o setor terciário empregava cerca de 63% da população ativa, o setor secundário não ultrapassou os 32% e o primário 2%.

Unidade Territorial	Total	Primário		Secundário		Terciário	
	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	4.361.187	231.646	133.386	1.632.638	1.154.709	2.786.663	3.073.092
Continente	4.150.252	211.603	121.055	1.581.676	1.115.357	2.657.432	2.913.840
Baixo Vouga	168.834	8.325	4.398	83.915	63.596	87.379	100.840
Aveiro	35.791	741	383	12.390	10.189	22.723	25.219

Quadro 20 - População Empregada por setores de atividade, 2001 e 2011

Fonte INE Censos 2001 e 2011



Numa abordagem às atividades dos vários setores, verifica-se que no setor terciário, as atividades que mais contribuem para o emprego das pessoas correspondem a atividades relacionadas com educação, saúde e apoio social (20,7%), seguidas das atividades associadas ao comércio por grosso e a retalho e/ou reparação de veículos automóveis e motociclos (18,1%) e com menor expressão, as atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços (10,7%). No setor secundário, as atividades associadas à indústria extrativa e transformadora e aquelas associadas à energia, água e gás, representam as que mais empregam pessoas, registando 23,6%, contrapondo com os 4,9% verificados nas atividades inerentes à construção.

Relativamente ao nível de instrução da população residente empregada no Município, em 2011, mais de metade (58,2%) possui o ensino básico completo e 23,5% possui o ensino superior completo o que se traduz num fator indutor para a competitividade económica local.

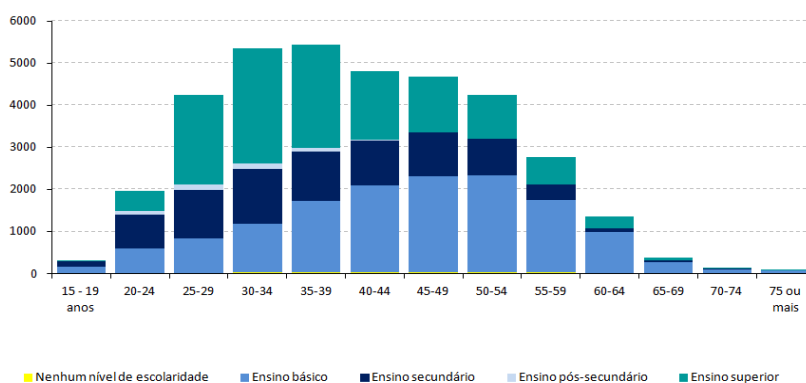


Gráfico 21 - População residente empregada segundo o grupo etário e por nível de instrução, Aveiro-2011

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

O Município de Aveiro apresentava em 2011 um poder de compra per capita equivalente a 126,70, superior à média nacional e à média da região Centro e sub-região Baixo Vouga. Verifica-se, no entanto, que este indicador registou uma tendência de crescimento até 2009 e que, após esse período, inverteu essa tendência, começando a diminuir gradualmente até aos dias de hoje. A esse facto está, certamente, associada a crise económica que se verificou a nível mundial e que teve os seus reflexos, também, em Portugal.

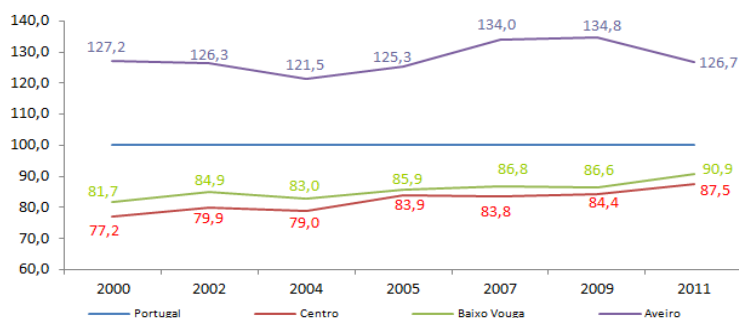


Gráfico 22 - Poder de compra per capita

Fonte: Data Centro/CCDR Centro

De acordo com dados do INE, referentes a 2011, o rendimento médio mensal por trabalhador, por conta de outrem, no Município de Aveiro rondava os 1.093,30€. Entre 2001 e 2011, verificou-se um aumento de 20,52%, passando de 907,12€ para o valor anteriormente referido. No que diz respeito ao rendimento médio mensal por setor de atividade, o setor secundário é aquele que atribui um maior vencimento (1.202,70€). Quando comparamos os rendimentos médios do Município de Aveiro com a média nacional e regional, verificamos que estes são muito similares, sendo, em alguns casos, como por exemplo no setor secundário, superiores à média nacional que ronda os 997,37€.

	Total			Primário CAE: A			Secundário CAE: B - F			Terciário CAE: G - U		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Continente	1 084,55	1 196,16	946,69	810,43	866,73	688,32	997,37	1 076,18	822,36	1 135,73	1 295,46	988,29
Centro	931,09	1 027,86	808,69	761,54	819,44	648,97	959,13	1 029,16	790,52	917,84	1 038,54	819,47
Baixo Vouga	969,71	1 079,90	824,96	796,36	879,74	624,71	1 000,30	1 098,77	807,74	941,02	1 057,58	838,95
Aveiro	1 093,30	1 221,27	922,71	818,54	939,03	566,08	1 202,70	1 300,07	949,92	1 032,69	1 156,84	915,38

Quadro 21 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo CAE-Rev.3 e sexo, 2011

Fonte: INE 2011

Importa ainda salientar que, apesar do rendimento médio mensal ter aumentado em quase todos os níveis de habilitações, relativamente ao público licenciado, registou-se uma diminuição na ordem dos 5,70% face a valores de 2006, passando de 1.801,31€ para 1.698,60€.



	Total	Nível de habilitações								
		Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Continente	1 084,55	672,27	766,76	785,98	867,60	1 116,15	1 850,81	1 929,53	1 999,86	2 589,23
Centro	931,09	666,26	756,29	787,83	825,41	951,66	1 480,37	1 522,35	1 678,78	2 289,06
Baixo Vouga	969,71	653,54	775,65	791,21	835,82	994,14	1 566,77	1 618,11	1 634,91	2 370,42
Aveiro	1 093,30	654,48	844,40	832,61	888,03	1 061,54	1 631,31	1 669,78	1 656,45	2 616,39

Quadro 22 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações, 2011
Fonte: INE 2011

No que diz respeito à população desempregada, em 2011, o Município de Aveiro totalizava os 4.302 desempregados (o dobro face aos 2.027 desempregados registados em 2001). A grande maioria dos indivíduos desempregados (79,08%), encontrava-se em situação de procura de novo emprego, sendo que 18,3% (20,92% em 2001) estava à procura do primeiro emprego.

Atualmente, e segundo dados do IEFP, verifica-se uma tendência de descida do número de desempregados, cerca de 3.879 desempregados em Agosto 2015, ou seja, uma descida na ordem dos 11%. No geral, a taxa de desemprego global no Município de Aveiro, situa-se, atualmente, nos 9,7%. A taxa de desemprego da população jovem (<25 anos) atual é de 14% e a taxa de desemprego na população com menos de 35 anos é cerca de 10%.



3.3.2. Infraestruturas de Apoio às Atividades Económicas

A definição de estratégias de territorialização do desenvolvimento das atividades económicas integrada na organização espacial global de todo o território municipal é fundamental para a criação de um modelo de planeamento coerente, equilibrado, adequado e eficaz. Neste subcapítulo pretende-se apresentar, de forma resumida, as principais infraestruturas de apoio às atividades económicas.

3.3.2.1 Infraestruturas Ferroviárias, Rodoviárias e Marítimas

Situado no litoral da Região Centro e com características geomorfológicas singulares, o Município de Aveiro usufrui de uma localização geoestratégica privilegiada no contexto nacional que o tornam único. A presença de infraestruturas de suporte a diferentes modos de mobilidade, com destaque para o porto comercial e de pescas de Aveiro, para a linha ferroviária do Norte e para as vias de distribuição principal A1, A25 e A17, contribui para a afirmação de Aveiro enquanto território privilegiado na promoção de dinâmicas socioeconómicas a escalas supramunicipais, permitindo uma ligação ímpar com a Europa e o resto do mundo.

A rede de infraestruturas de mobilidade existente determina o potencial deste território enquanto ponto nevrálgico nos fluxos comerciais a nível nacional e como um dos centros urbanos do litoral nacional com maior potencial multifuncional. A confluência de meios de transporte e infraestruturas de suporte, de ligação supralocal, nos modos ferroviário, rodoviário, marítimo e fluvial, aéreo e à microescala, pedonal e ciclável, mostra o elevado potencial como plataforma intermodal à escala nacional, com especial relevo para as ligações Portugal-Espanha e Intercontinentais (via marítima).

– Aérea

Aveiro é servida pelo aeroporto internacional Francisco Sá Carneiro (OPO) que dista 45 minutos da cidade e que tem apresentado uma evolução muito positiva no número de passageiros e volume de carga. O Aeródromo Municipal de São Jacinto, apresenta uma pista com uma extensão de 1,372m e para além dos fins militares pode servir a aviação comercial.



– Rodoviária

Aveiro é servida por excelente infraestruturas rodoviárias, com destaque para as principais vias de distribuição a servirem a cidade, nomeadamente: A1, A17 e A25 potenciando as ligações a norte e sul, e também ao hinterland ibérico.

– Ferroviária

Excelentes ligações ferroviárias para o transporte de passageiros e carga, sendo de destacar a excelência dos serviços oferecidos (Alfa Pendular, Intercidade e Regional). Para além da funcional e moderna Estação de Comboios, importa salientar a existência de uma plataforma multimodal logística de Cacia, que funciona como interface entre o ramal ferroviário de ligação ao Porto de Aveiro e a Linha do Norte, de forma a escoar e regular o movimento de mercadorias de e para o Porto de Aveiro.

– Marítimo-Portuária

Considerada a maior infraestrutura de movimentos de carga geral convencional do Centro de Portugal, a partir de Aveiro é possível a ligação a múltiplos destinos e mercados. Com um tráfego anual de perto de 4,5 milhões de toneladas, Aveiro é um Porto multifuncional que desempenha um papel primordial no apoio à atividade económica e à capacidade de exportação de muitas indústrias portuguesas e que se assume como um nó logístico vital do Centro da Península Ibérica. A plataforma multimodal de Cacia é a ligação ferroviária compatível com a bitola europeia e dista cerca de 8.8 Km de distância dos terminais portuários de Aveiro. Encontra-se em exploração o serviço de parceria entre o operador ferroviário CP CARGA e a Renfe: serviço IBERIAN LINK com uma oferta regular semanal, que liga os Portos portugueses a Madrid e aos principais centros logísticos de Espanha: Zaragoza, Barcelona, Tarragona e Valencia.



3.3.2.2 Áreas de Localização Empresarial e Industrial

No âmbito do PDM, publicado em 1995, foram preconizados vários espaços destinados à ocupação industrial e de armazenagem, a concretizar, preferencialmente, através de unidades operativas de planeamento. Os critérios e princípios orientadores da sua localização e programação foram, essencialmente, localização próxima das principais acessibilidades e assegurar a possibilidade de cada freguesia de responder no seu território a uma eventual oportunidade de investimento e ocupação desta natureza. Contudo, decorridos cerca de 20 anos, não existem planos de pormenor eficazes ou loteamentos globais para as zonas industriais, verificando-se, para além das Zonas Industriais já consolidadas, de uma forma geral, uma ocupação isolada e casuística, sendo que, algumas zonas ainda se encontram sem ocupação.

O PUCA, publicado em 2009, reflete já uma avaliação e atualização deste modelo, procedendo aos adequados ajustamentos, que resultaram na proposta de novas opções. O quadro apresentado de seguida pretende, neste âmbito, traduzir o balanço de execução dos instrumentos em vigor.

	Área	PDM (95)	PUCA (2009)	Análise
Z I Taboeira existente	182 ha	Delimitada	Delimitada	. Quase totalmente ocupada . Carece qualificação e melhoria espaço e infraestruturas públicas
Z I Taboeira ampliação		-	Delimitada	. Integrou as ZI Monte Chão e da Rua da Paz . Parcialmente ocupada e carece infraestruturização
Z I Oliveirinha	18 ha	Delimitada	-	. Praticamente desocupada
Z I Eixo	27 ha	Delimitada	-	. Quase totalmente ocupada . Carece de qualificação e melhoria espaço
ZI S. Bernardo	10 ha	Delimitada	Delimitada	. Sem ocupação
ZI Eirol	12 ha	Delimitada	-	. Sem ocupação
Z I Mamodeiro	42 ha	Delimitada	-	. Quase totalmente ocupada . Carece de qualificação e melhoria espaço pública e infraestruturas
Z I Póvoa Valado	20 ha	Delimitada	-	. Sem ocupação
ZI Póvoa	102 ha	-	Delimitada	. Praticamente sem ocupação
Z I Nariz	27 ha	Delimitada	-	. Praticamente sem ocupação
ZI Aradas		Delimitada	-	. Foi eliminada pelo PUCA, ficando confinada às duas unidades existentes, uma das quais já desativada
Z I Monte do Chão		Delimitada	-	. Sem ocupação . Foi integrada na ZI Taboeira ampliação preconizada pelo PUCA
ZI Rua da Paz		Delimitada	-	. Parcialmente ocupada . Foi integrada na ZI Taboeira ampliação do PUCA

Quadro 23 - Balanço das áreas industriais no Município de Aveiro

Para além das áreas de localização empresarial e industrial definidas em planos, importa que seja analisada a distribuição espacial e territorial do tecido empresarial e produtivo do Município de Aveiro, traduzido nas 200 maiores empresas, por volume de negócios, esta distribuição está patente na imagem seguinte.

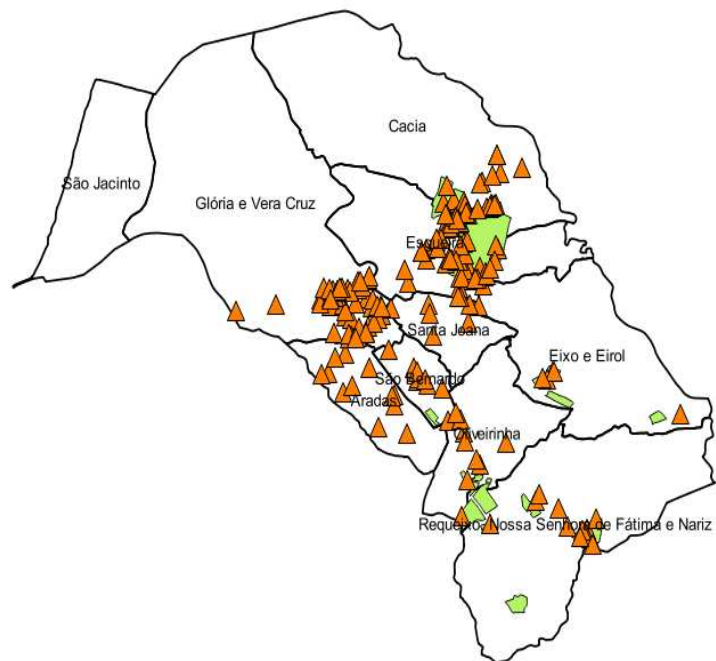


figura 13 - Distribuição das 200 maiores empresas, por volume de negócios em 2013
Fonte: CMA 2015

Como se pode verificar, muitas destas empresas, para além de não se localizarem nas zonas industriais delimitadas, tendem a distribuir-se maioritariamente ao longo dos eixos rodoviários N235 e N109. A importância destes dois eixos é ainda reforçada pela proximidade a diversos centros comerciais (Aveiro Center, Retail Park, C.C. Glícinias), bem como pela criação, ao longo dos últimos 10 anos, de diversos centros empresariais privados, nomeadamente o Centro Empresarial de Aveiro da ANJE (Mamodeiro), o Aveiro Business Centre (N. Sr.^a de Fátima) e o Mirador Business Center adjacente à N109.



3.4. Sistema Ambiental

3.4.1. Localização e Paisagem

A Região de Aveiro é dominada pela bacia hidrográfica do rio Vouga que desagua no acidente geográfico, a Ria de Aveiro. A intrincada rede de afluentes que confluem no Vouga é responsável pela grande riqueza em água desta região e tem um forte efeito quer na agricultura quer na paisagem.

A água é sem dúvida o elemento estruturante e marcante em todo o território Municipal, pelo desempenho que assume na estruturação do território e nas formas do desenho urbano, ou no tipo de povoamento e nas atividades que se instalaram e que se verificam no Município.

O Vale de Aradas, o Esteiro de S. Pedro, o Parque Urbano (baixa de Vilar) e o Vale de Esgueira constituem elementos estruturantes ao nível do desenho e do enquadramento do construído, são também os canais de ligação e o suporte de percursos e de atividades de recreio e lazer, mas também da agricultura.

A cidade de Aveiro, por se encontrar próxima da foz, regista ainda uma situação ribeirinha, favorecida pela rede de canais que penetram na malha urbana, conferindo-lhe uma singularidade que a torna distinta de qualquer outra cidade nacional.

A valorização ambiental, cultural e paisagística da Ria advém da ancestralidade de algumas das atividades ligadas à exploração dos recursos naturais intrínsecos, nomeadamente a salicultura, a apanha do moliço, a exploração de bivalves, a pesca lagunar e a produção forrageira. A atual configuração da Ria deve-se, em grande parte, precisamente à ação humana que, ao longo do tempo, foi criando as salinas, drenando a área de sapal, abrindo esteiros e efetuando dragagens nos canais, de modo a facilitar a navegação.

A Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, tem por objeto a gestão, a coordenação e a execução do investimento a realizar na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, de dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e, de outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.



A estratégia de Intervenção do Plano Estratégico do Polis da Ria, assume três grandes objetivos para a Ria. Partindo destes foram estabelecidos quatro eixos que, por sua vez, se ramificam em tipologias de intervenção:

- Preservação ambiental
 - Eixo 1: Proteção e defesa da zona costeira e lagunar visando a prevenção de riscos;
 - Eixo 2: Proteção e valorização do património natural e paisagístico
- Dinamização económica
 - Eixo 3: Valorização dos recursos como fator de competitividade e económica e social
- Promoção da vivência da Ria
 - Eixo 4: Promoção e dinamização da vivência da Ria⁴

O Município de Aveiro possui uma faixa costeira com características particulares que o diferencia das restantes zonas costeiras da Região. Em primeiro lugar, trata-se de uma área de elevado valor ambiental, classificada como Reserva Natural (Reserva Natural das Dunas de São Jacinto) e que, por via dessa classificação, é alvo de uma gestão autónoma (DL n.º 47/79 de 6 de Março e da reclassificação pelo Decreto Regulamentar n.º 46/97 de 17 de Novembro). Em segundo lugar trata-se de uma zona balnear que está separada do restante território Municipal pela Ria, tornando-a numa área preservada de todas as pressões tradicionalmente associadas a esta tipologia de espaços.

Outra notável unidade paisagística de características ímpares é sem dúvida a pateira, lagoa de grandes dimensões, que atualmente carece de uma intervenção, de desassoreamento, limpeza e requalificação. O Programa Polis Litoral Ria de Aveiro inclui, na proposta de plano estratégico, a requalificação e valorização da Pateira de Requeixo/Fermentelos.

O Baixo Vouga Lagunar faz parte de um vasto ecossistema sendo considerado uma das mais notáveis zonas húmidas portuguesas e integra a Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro. O Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar reúne os chamados campos agrícolas do Baixo Vouga que se caracterizam e distinguem-se pela diversidade e especificidade. Estas

⁴ In “Ria de Aveiro - Intervenção de requalificação e valorização” Relatório Final do grupo de trabalho criado pelo despacho n.º 5290/2008 de 27 de Fevereiro



resultam da interação do homem com o clima, da intensa relação terra/água, dos terrenos suaves de formação recente, da fertilidade dos solos e da água em abundância. Trata-se de um agroecossistema recente, gerido de acordo com objetivos de produção e sustentação económica, sob a permanente ameaça das cheias e da intrusão salina.



figura 14 - Baixo Vouga Lagunar



3.4.2. Ambiente e Energia

O Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética de Aveiro (PASEA), é o documento que reflete o compromisso da redução das emissões de CO₂ em 20%, até 2020, assumindo-se como o ano de referência o ano 2005.

Após ter sido efetuado o diagnóstico da situação atual e uma análise prospetiva, em que se aponta para aumentos de consumo de energia e conseqüente aumento de emissões de CO₂, foi elaborada uma estratégia municipal, com medidas de ação para a redução das referidas emissões e que se consideram fundamentais. As medidas de ação propostas baseiam-se nos seguintes vetores: mobilidade, edifícios, eficiência energética, energias renováveis, governação.

No que se refere à recolha e tratamento de resíduos, a concretização, pela ERSUC, de uma Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico (UTMB) de resíduos sólidos de Aveiro, concretizou uma importante solução de gestão de resíduos, enquadrada nos objetivos fundamentais da política nacional e comunitária nesta matéria. A importância da implementação deste projeto é reforçada pela abrangência territorial dos vários Municípios que veio servir.



3.4.3. Ocupação do Solo

Aveiro possui solos de excelente qualidade para a prática agrícola e, apesar de ser um Município eminentemente urbano, um terço do seu território está afeto a esta atividade. Contudo, nas décadas mais recentes, a região na sua globalidade, à semelhança do país, assistiu a um acentuado declínio da importância e peso dos sectores de atividade que até então tinham dominado a economia, principalmente a agricultura, pescas e silvicultura.

Por outro lado, e apesar da elevada capacidade dos solos para as práticas agrícolas, a agricultura representa muito pouco para a economia da região. As condições que explicam esta fraca produtividade relacionam-se com as condições sociais e fundiárias existentes, nomeadamente a idade avançada dos agricultores, o seu baixo nível de instrução, bem como a existência de um grande parcelamento de prédios agrícolas. Um dos projetos mais importantes a este nível: O Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga já conta com mais de três décadas de existência, desde que em 1972 a Comissão de Planeamento da Região Centro apresentou uma proposta de aproveitamento do Rio Vouga. Sucederam-se vários planos e projetos e a criação do Gabinete de Estudos do Baixo Vouga em 1984. Data de então o “Esquema Geral do Aproveitamento do Baixo Vouga Lagunar” que contemplou obras de drenagem, redes de rega e viária associadas a projetos de reestruturação fundiária, com vista à redução da fragmentação e dispersão da propriedade, como forma de permitir um melhor aproveitamento das potencialidades agrícolas da região. Nos últimos anos, estes solos têm sido invadidos pela água salgada, com a conseqüente erosão dos mesmos, tornando-os inadequados para a prática agrícola, contribuindo, assim, para uma degradação que de ano para ano se agrava.

A Floresta constitui, também, um recurso natural importante, quer do ponto de vista da preservação do equilíbrio ecológico quer do ponto de vista do aproveitamento económico. Tem, ainda, um papel preponderante na organização do espaço rural e da paisagem e é um fator determinante na economia e na qualidade de vida das populações. As manchas florestais mais importantes no Município de Aveiro, encontram-se em S. Jacinto, correspondendo à área do Plano de Ordenamento da Reserva Natural Dunas de S. Jacinto.

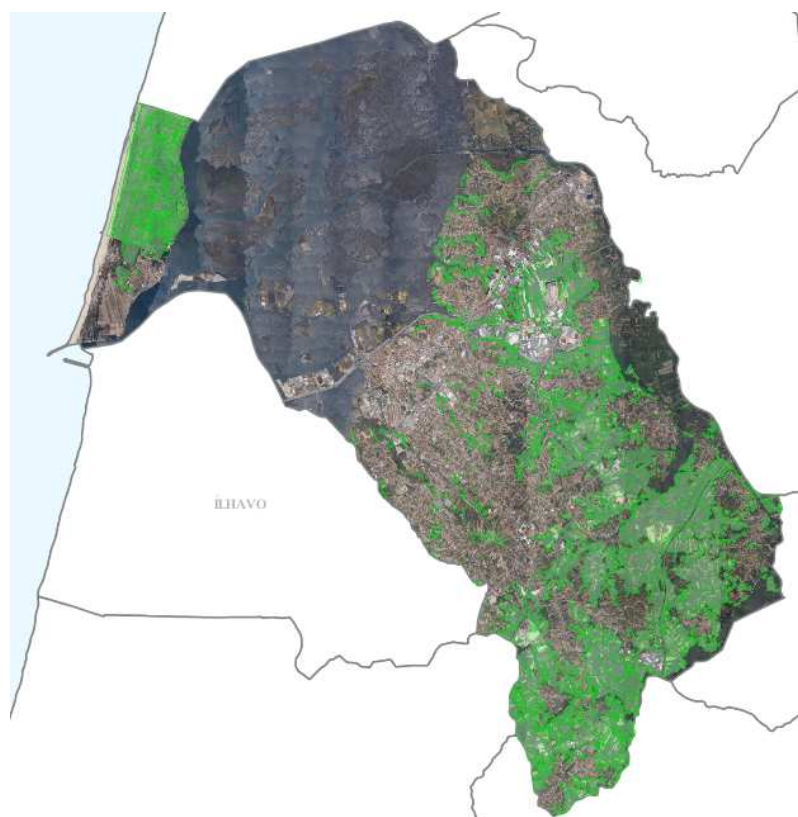


Figura 15 - Espaços Florestais

A qualidade urbana e ambiental é, simultaneamente, uma condição da melhoria da qualidade de vida da população e um fator de competitividade externa, a qual passa pelo aproveitamento da diversidade de recursos paisagísticos, ambientais e culturais de que a cidade e a região dispõem, bem como o aproveitamento e valorização das qualidades e singularidades de Aveiro e adoção de um modelo urbano que corrija assimetrias, disfuncionalidades e carências, e oriente o seu crescimento e renovação urbana tendo em conta as exigências e expectativas da sociedade.



3.5. Sistema urbano

3.5.1. Serviços e Equipamentos

O Município de Aveiro dispõe de um número elevado de serviços e equipamentos ao nível da governança, administração e apoio ao cidadão, que lhe conferem uma posição demarcada na hierarquia das redes urbanas como centro urbano de nível superior. Todas as freguesias dispõem de edifício próprio para sede da Junta de Freguesia. O Município dispõe de serviços de Cartórios Notariais, Repartição de Finanças, Conservatórias do Registo Civil e Predial e Loja do Cidadão que integra diversas entidades e empresas públicas.

Ao Tribunal da Comarca do Baixo Vouga que, para além de Aveiro, integra outros 10 Municípios, através da reorganização judiciária das comarcas, foram atribuídas competências especializadas no âmbito do trabalho, família e menores, comércio, instrução criminal e execução.

A Polícia de Segurança Pública tem o seu comando distrital em edifício próprio no lugar da Quinta do Griné e uma esquadra instalada na Praça Marques de Pombal.

No que se refere aos níveis de ensino, encontram-se no Município todas as ofertas educativas, realçando-se a Universidade de Aveiro, como referência nacional e internacional. Destacam-se as ações no âmbito da cooperação e prestação de serviços entre as unidades de investigação da Universidade de Aveiro e o tecido empresarial e económico, com incidência no desenvolvimento de produtos e soluções inovadoras nas áreas das tecnologias da informação e comunicação e dos materiais. Segundo os dados do Anuário Estatístico da Região Centro (AERC) referentes a 2013/2014, existiam 13 028 alunos inscritos no ensino superior. Em termos de taxa bruta de escolarização (Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo⁵) verifica-se que no Município era de 152.8% no ensino superior, 124,1% para o ensino básico e 180,2% para o ensino secundário, sendo que os valores respeitantes ao Baixo Vouga são, respetivamente, 31.2%, 110.4% e 108.8%.

⁵ Idade normal de frequência por ciclo de estudo: Educação Pré-Escolar 3 – 5; Ensino Básico – 1º Ciclo 6 – 9; Ensino Básico – 2º Ciclo 10 – 11; Ensino Básico – 3º Ciclo 12 – 14; Ensino Secundário 15 – 17.

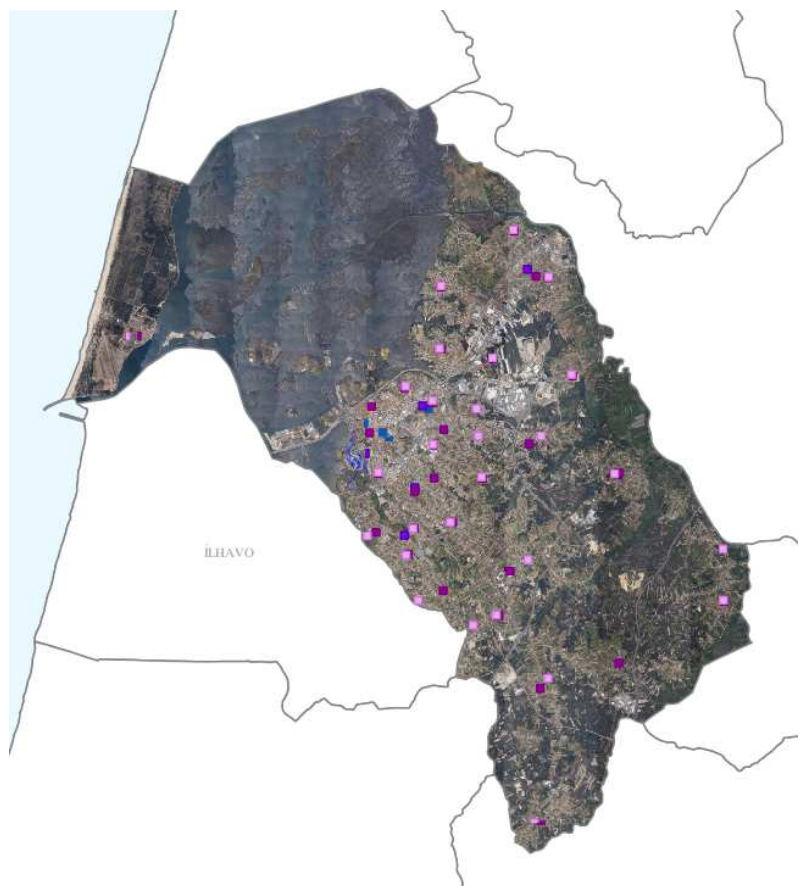


Figura 16 - Estabelecimentos de ensino desde os Jardins de Infância ao Ensino Superior

Neste domínio verifica-se que a atualização da Carta Educativa é bastante importante já que é o instrumento por excelência para a ponderação da rede de equipamentos escolares.

Estatisticamente é na freguesia da Glória-Vera Cruz, que se verifica uma maior concentração dos recursos humanos com nível de escolaridade mais elevado. Nas freguesias mais rurais, os níveis de escolaridade são mais baixos, com uma elevada percentagem da população apenas com o 1.º ciclo ou sem qualquer nível de ensino. Dados do INE de 2014 mostram para a freguesia de Nariz uma taxa de analfabetismo de 6.20%, Oliveirinha com 5.5 % e São Jacinto com 4.3%, valores bastante superiores aos registados no Município (2.93%) e, também, na região do Baixo Vouga (4.19%).

Na área da saúde, o hospital de referência para o Município é o Hospital Infante D. Pedro - Aveiro (Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE), cuja área de influência abrange os Municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Ílhavo, Oliveira do Bairro, Murtoza, Vagos, Estarreja e Sever do Vouga, e dispõe de 428 camas de internamento.

O Centro de Saúde localiza-se no centro da cidade existindo extensões em todas as freguesias, das quais Aradas e Santa Joana dispõem de edifício próprio. Nas freguesias de Cacia e Esgueira estão em execução as edificações para albergar as respetivas Extensões de Saúde, visando uma melhoria na oferta e prestação do serviço a todos os utentes.

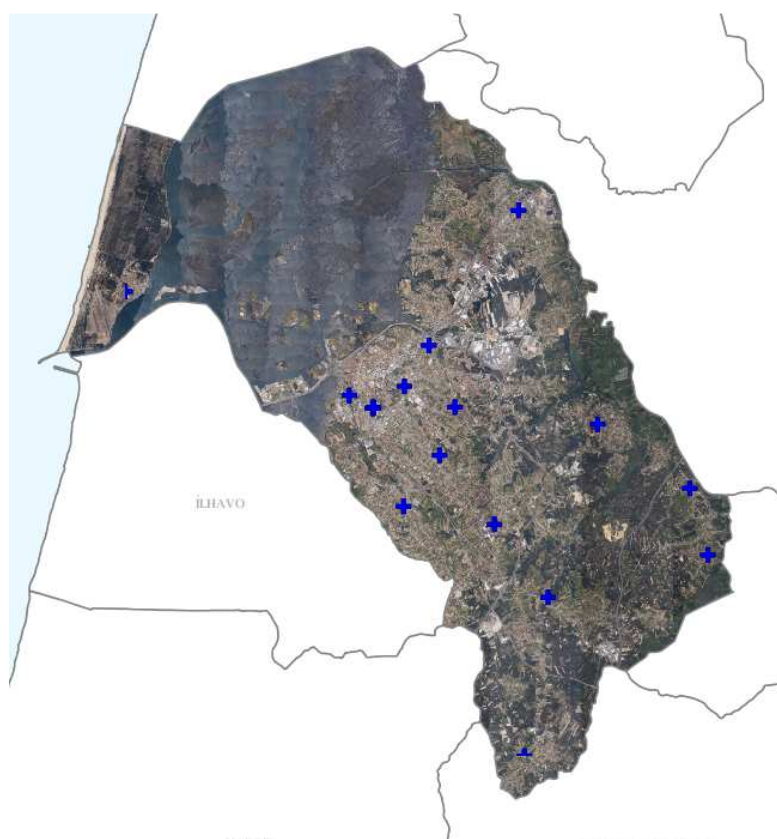


Figura 17 - Equipamentos de Saúde: Hospital, Centro de Saúde e Extensões de Saúde

Ainda segundo o Anuário Estatístico da Região Centro (2013), os indicadores de saúde para o Município apontam para um rácio de 5.2 médicos / 1000 habitantes e 8,4 enfermeiros / 1000 habitantes, valores que se pautam acima dos do Baixo Vouga, respetivamente, 2.8 e 4.4. Quanto às farmácias e postos farmacêuticos, existem 21 no total, o que determina um rácio de 0.3 unidades/ 1000 habitantes.



A intervenção social do Município, com abordagens assentes na Rede Social e nas parcerias institucionais, foca-se em seis áreas temáticas: Infância e juventude, Idosos, Deficiência, Migração e minorias étnicas, Pessoas sem abrigo e Educação, formação e emprego. Do Diagnóstico Social, referenciado a outubro de 2014 e face aos dados dos Censos 2011, no que respeita ao subgrupo populacional crianças e jovens, é nas freguesias de Glória e Vera Cruz, Esgueira e Aradas que os valores registados são mais significativos (4791 indivíduos). Em oposição, as freguesias de Requeixo, N. Sr.ª Fátima e Nariz não atingem um milhar de indivíduos jovens. Um dos principais problemas apontados é o aumento do insucesso e abandono escolar associado à situação social, económica e ideológica das famílias e da comunidade escolar.

O número de indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos tem vindo a crescer de forma sistemática. O índice de envelhecimento da população, em 2007, ultrapassou a barreira dos 100 pontos, atingindo nas estimativas de 2013 os 123%. Relativamente ao grupo dos Idosos os principais problemas identificados são o isolamento social, a carência socioeconómica e as más condições habitacionais.

O diagnóstico de 2013 indicava a existência de 68 pessoas em situação de sem abrigo, com idades entre os 30 e os 50 anos que ocupavam alojamentos não convencionais, temporários e outras situações sem teto.

A localização dos equipamentos sociais e, conseqüentemente, da distribuição das respostas sociais, corresponde à densidade demográfica, pelo que ocorrem mais concentradas na área da cidade e depois, nas áreas centrais dos aglomerados.

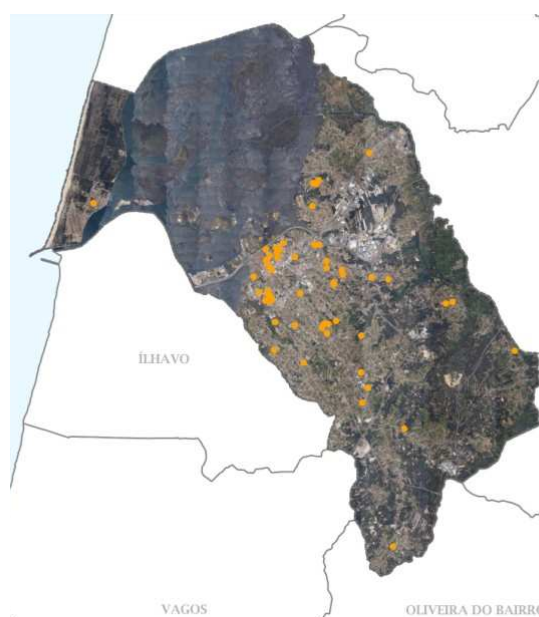


Figura 18 - Equipamentos Sociais Públicos



No que respeita aos equipamentos desportivos, de uma forma geral, a programação é equilibrada face à população que servem, pese embora se constate carência quanto à dotação de piscinas, polidesportivos e campos de pequenas dimensões (ténis, basquete), bem como, a existência de alguns equipamentos/instalações em mau estado, a necessitar de intervenção, sobretudo no que respeita à qualidade do pavimento, balizas, bancadas e falta de iluminação que limitam a sua utilização plena. Da distribuição dos equipamentos desportivos no território ressaltam as diferenças entre as freguesias urbanas e as rurais, que acentuam os diferentes comportamentos de consumo e mobilidade.

Realça-se como equipamento de referência do Município e da região, pela possibilidade de albergar eventos de grande escala face à sua capacidade acima dos 30 000 lugares, o Estádio Municipal de Aveiro, integrado na área do Parque Desportivo de Aveiro, com localização privilegiada a partir da A25/A17, construído para acolher os jogos de futebol do Euro 2004.

De referir ainda, na freguesia de S. Jacinto, junto ao complexo desportivo existente, a localização do Centro de Alto Rendimento (CAR) de Surf, projeto conjunto entre a Câmara de Aveiro, a Federação Portuguesa de Surf e o Instituto de Desporto de Portugal (IDP), que irá permitir a realização de eventos e estágios nacionais e internacionais e a formação inicial e avançada de praticantes e de técnicos da modalidade.

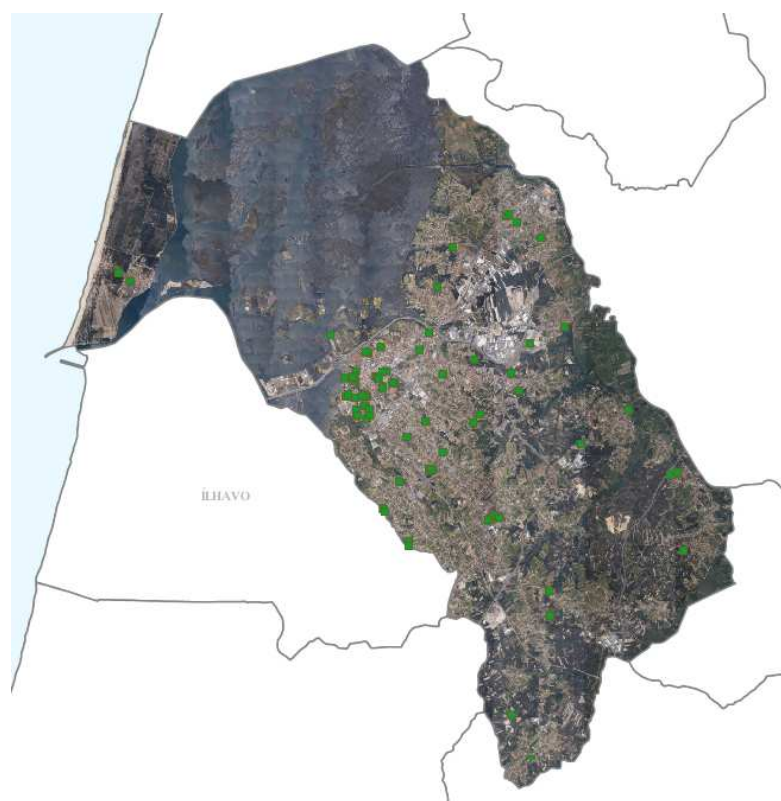


Figura 19 - Equipamentos Desportivos



Na área cultural a cidade dispõe de grandes estruturas de serviço público, das quais se salientam espaços/edifícios, com valor arquitetónico e patrimonial e de referência histórica na cidade como o Teatro Aveirense, o Museu de Aveiro, o Museu da Cidade de Aveiro, o Museu Arte Nova (Casa Major Pessoa), o Centro Cultural e de Congressos (Fábrica Jerónimo Pereira Campos), a Fábrica da Ciência Viva, o Arquivo Distrital, a Biblioteca Municipal.

Conforme se pode observar na figura em baixo, nas diversas povoações existem, ainda, centros cívicos e culturais que permitem a dinamização cultural em proximidade com a respetiva população. Alguns destes espaços acolhem associações e/ou grupos culturais que têm sido agentes dinamizadores e determinantes da atividade cultural, promovendo vivências coletivas.



Figura 20 - Equipamentos Culturais



No âmbito do património edificado, no Município estão classificados 22 imóveis - 4 monumentos nacionais, 15 imóveis/monumentos de interesse público e 3 imóveis/monumentos de interesse municipal. Existe, ainda, a proposta de classificação, como de interesse municipal, das 21 edificações integradas no “circuito Arte Nova” e já identificadas, em cada local, por placa alusiva.

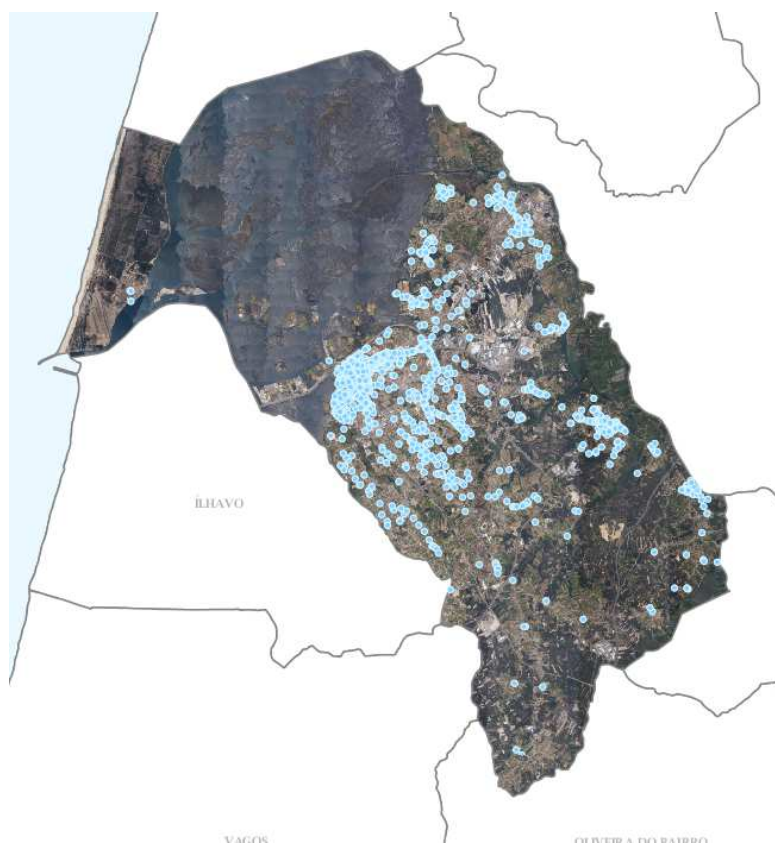


Figura 21 - Edifícios identificados na Carta Municipal do Património Edificado

3.5.2. Infraestruturas

Na abordagem às infraestruturas no Município, destaca-se a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico (UTMB), onde, num contexto de racionalização e otimização dos sistemas de gestão de RSU, tendo em vista ganhos de eficiência, de capacidade tecnológica e de sustentabilidade, irão ser recebidos resíduos de 16 Municípios. Através do processo biológico (digestão anaeróbica) prevê-se uma capacidade de tratamento de 180 mil toneladas de RSU por ano, com um aproveitamento de 40% dos resíduos, produzindo-se, para além de composto para a agricultura, cerca de 131 mil toneladas de combustível (biogás).

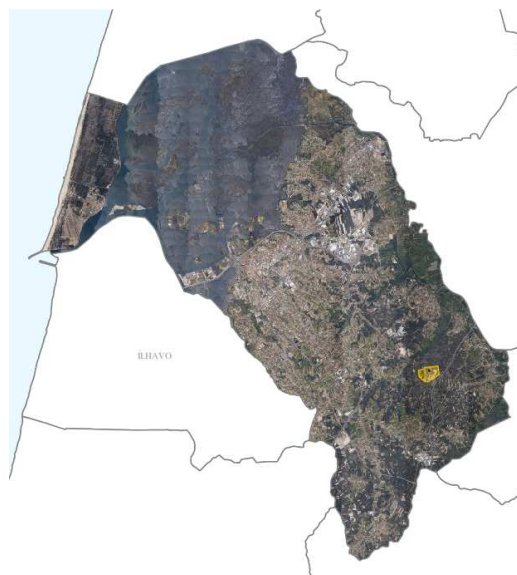


Figura 22 - Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico (UTMB)

Os valores do Anuário estatístico de 2013 apontam para a recolha indiferenciada de 34 785 toneladas de RSU (24 225 t para aterro e 10 541 t para valorização orgânica). Para a recolha seletiva o valor é de 4 511 toneladas.

As redes de abastecimento de água possibilitam o total fornecimento e a rede de drenagem de águas residuais tem uma cobertura do território a 99%. Em 2012 a AdRA (Águas da Região de Aveiro) forneceu 3 995 470 m³ de água ao Município de Aveiro e recolheu 3 445 078 m³ de águas residuais.

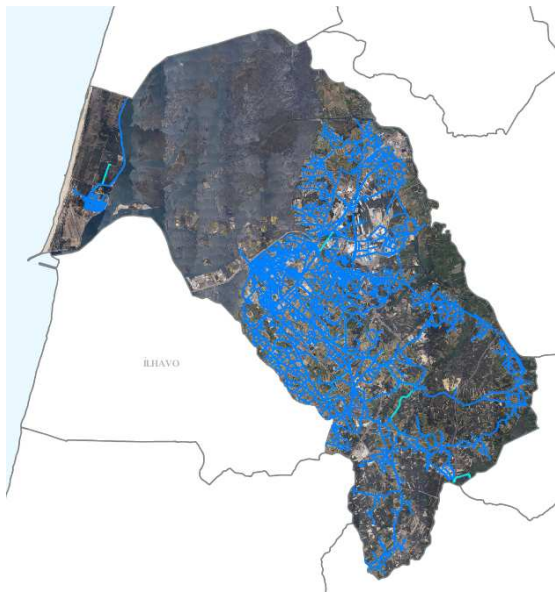


Figura 23- Rede de Abastecimento de água (AdRA 2014)

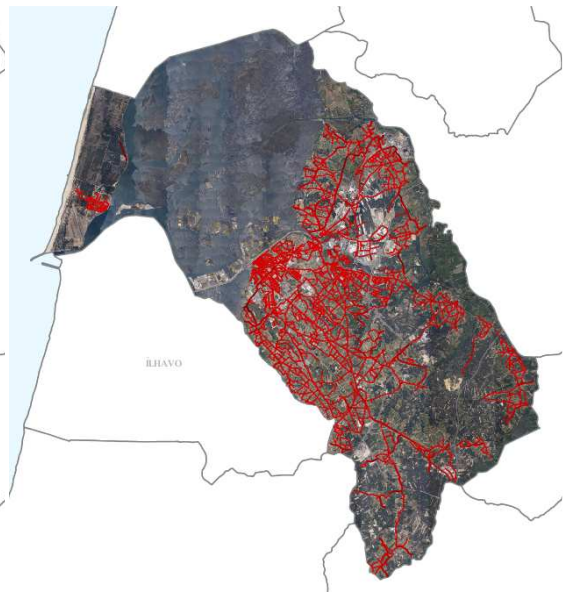


Figura 24 - Rede de Saneamento (AdRA 2014)



3.5.3. Desenvolvimento Urbano

Da análise do território, referenciada ao PDM, poder-se-á referir o enquadramento do Município num modelo rádio - concêntrico, baseado na influência do centro - a cidade - onde as principais funções urbanas se concentram, determinando um efeito polarizador decrescente nos territórios envolventes, face à redução da acessibilidade a esse mesmo centro, por força do carácter radial da rede viária.

Este modelo define-se por três coroas ou anéis periféricos ao núcleo da cidade, apresentando, sucessivamente, menores dinâmicas dos fatores de desenvolvimento:

- na proximidade da cidade (1.º anel), onde, simultaneamente, o crescimento demográfico e a densidade são claramente superiores à media do Município, o tecido urbano é misto e complexo dada a localização não só de habitação mas também de comércio e serviços. As unidades industriais também se implantam ao longo das principais vias, com destaque para a EN 109;
- o 2.º anel, uma zona de transição de características semirrurais em que, embora a dinâmica demográfica seja ainda elevada, a intensidade de ocupação apresenta níveis bastante mais baixos, com predominância da habitação unifamiliar;
- a sul do Município encontram-se as povoações de cariz mais rural, com crescimento e densidade significativamente inferiores aos valores médios.

Neste contexto, o povoamento, associado às características morfológicas do território, é tipificado em duas unidades:

- nucleada, correspondendo já a malhas urbanas que permitem alguma densificação, pela sua génese/estruturação intrínseca ou feita em torno de elementos significativos do território - uma praça, uma adro de igreja, um cruzamento de vias;
- linear, diretamente relacionada com a estrutura da propriedade determina uma ocupação preferencial ao longo das principais vias, tendencialmente, ocupando também a estrutura de caminhos, mesmo os rurais. O povoamento linear disperso ou descontínuo vai dando lugar a uma ocupação contínua através da densificação dos vazios e à medida que é feita a aproximação dos “núcleos”.

O Plano de Urbanização da cidade de Aveiro (PUCA), abrangendo a cidade e as áreas incluídas no 2º anel do modelo territorial referido no Plano Diretor Municipal (PDM), até à A17, abarca uma área



extensa (5.015ha), “marcada por uma significativa heterogeneidade quanto à forma e qualificação urbanas, quanto às tipologias do construído e às pressões de ocupação e mesmo quanto à vivência quotidiana da sua população”, referenciais de análise que orientam a síntese para três territórios diferenciados, para três cidades: a cidade existente, a cidade invisível ou dos vazios e a cidade nascente.

A “**Cidade Existente**”⁶ é no essencial a cidade consolidada, do “construído”, onde se identificam “os principais elementos marcantes da imagem de Aveiro: os canais da Ria, os edifícios Arte Nova, a Capitania, (...) a Ponte Praça, (...) o Museu, a Sé, o Centro Cultural e de Congressos”, bem como todas as áreas que ajudam a perceber a génese e conformação da cidade. Com uma referência histórica mais recente salienta-se a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, o Bairro do Liceu, o Bairro de Santiago e a Universidade de Aveiro.

A “**Cidade Invisível ou dos Vazios**”⁷ é constituída por vários espaços ainda sem qualquer ocupação urbana, “*expectantes quanto ao uso e ao tempo de concretização de novos projetos urbanos*”, “*um significativo “património de oportunidades” de construir uma nova cidade*”, com capacidade intrínseca de articulação coerente e qualificada com a cidade existente e ainda capacidade de garantir a continuidade para toda a área urbana mais exterior -“Cidade Nascente”. Cabem aqui as áreas de Agrad Norte, Sá Barrocas, a Zona Central, toda a área da Força Vouga a nascente da nova estação e a envolvente da antiga EN-109.

A “**Cidade Nascente**”⁸ engloba os territórios periurbanos. Revela “um povoamento linear resultado de uma harmonia quase perfeita entre o território e a intervenção humana, onde as linhas de água sugeriram o melhor traçado para os arruamentos”, que “foram sendo ocupados marginalmente deixando o vale livre para a prática da agricultura”. “É também evidente a ausência de espaço público, o predomínio do mono funcionalismo residencial, a indústria em meio urbano e as ruturas de escala”. O território vai sendo ocupado por intervenções individualizadas ou através de operações de loteamento de pequena dimensão, apoiados na estrutura viária existente.

Da análise da estrutura urbana, importa realçar e valorizar os tecidos/malhas que, subjacente à sua escala urbana, revelam qualidade histórica e patrimonial – a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, o Bairro de Santiago (Plano Integrado de Aveiro – Santiago-PIAS, intervenção de referência do então Fundo de Fomento da Habitação), o Campus da Universidade de Aveiro (hoje repositório de

⁶ Plano de Urbanização da cidade de Aveiro (PUCA)

⁷ Plano de Urbanização da cidade de Aveiro (PUCA)

⁸ Plano de Urbanização da cidade de Aveiro (PUCA)



arquitetura contemporânea de referência internacional), a Forca-Vouga (baseada num estudo elaborado na década de 90 do século XX), a área de Sá-Barrocas e Agradas do norte (onde estiveram implantadas indústrias de grande expressão quer territorial quer económica) e as áreas dos planos de pormenor eficazes, ao momento – Centro, Baixa de Santo António e Parque/Estádio Mário Duarte (traduzindo modelos de qualificação urbana e ambiental).

Em suma, partindo do modelo da estrutura/hierarquia urbana caracterizado pela dependência e importância centralizadora da cidade de Aveiro, dever-se-á pensar o papel e a função de cada aglomerado no desenvolvimento Municipal, valorizando os elementos distintivos de cada um como condição prévia e privilegiando a consolidação e densificação das polaridades urbanas existentes, visando o equilíbrio e a coesão territorial.

3.5.4. Acessibilidades e Transportes

A acessibilidade configura o objetivo da mobilidade e assume-se numa rede por excelência, pelo que não é possível isolar a avaliação de um território.

Neste âmbito, a nível regional, tem sido perseguido o objetivo de reforçar a mobilidade e acessibilidade entre os centros urbanos estruturantes, como fator de coesão social, de desenvolvimento económico e cultural. Para que se alcance a coordenação das políticas de transporte com as políticas de ordenamento, será primordial reduzir a dependência do transporte individual, reforçando o transporte coletivo, em particular nos movimentos pendulares. Importa, ainda, aumentar a segurança rodoviária e reduzir a sinistralidade.



figura 27 - acessibilidade de Aveiro na Rede Rodoviária Nacional; Fonte: PNDES 2000-06



figura 26 - acessibilidade de Aveiro na Rede Ferroviária Nacional; Fonte: REFER

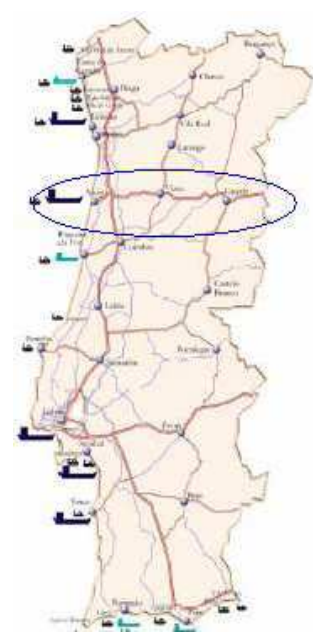


figura 25 - acessibilidade de Aveiro na Rede Logística Nacional; Fonte: DGDR 2000

Ao nível Municipal também é objetivo o reforço dos centros urbanos bem como melhorar a acessibilidade e mobilidade entre eles, promovendo a coesão territorial e autonomizando as populações. Pretende-se incentivar os percursos a pé, bicicletas e outros meios suaves qualificando, adequadamente, o espaço público.



Foi estabelecido com a ARH-Centro, agora Agência Portuguesa para o Ambiente (APA), um protocolo que dá ao Município a gestão dos Canais Urbanos da Ria, o que permite incentivar a sua utilização como vias de circulação, particularmente para lazer e turismo.

Nos últimos anos ocorreram uma série de fatores, relevantes, no âmbito das acessibilidades e transportes com impacte ao nível do território municipal dos quais se destacam:

- A aprovação e implementação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes para a Região de Aveiro (PIMT-RA) promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA);
- O início do Plano Municipal de Mobilidade de Aveiro (PMMA) e aprovação das fases de Diagnóstico e Cenários;
- A aprovação da estratégia Centro2020, que define a estratégia e as prioridades para o financiamento do Quadro Comunitário de Apoio para o período 2014-2020;
- Implementação de decisões ao nível da Administração Central quanto a alguns dos temas da mobilidade Local e Regional, nomeadamente no que respeita à RAVE, ao Transporte Ferroviário em Bitola Europeia, ao portajar Ex-SCUT na região e a uma revisão na intenção de novos eixos rodoviários.

A oferta, no que diz respeito às infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias, beneficiou de uma verdadeira revolução nos últimos vinte anos, o que desatualizou os estudos feitos para o Plano Diretor Municipal (aprovado em 1995 e ainda em vigor) que se iniciaram ainda no final dos anos 80, e desatualizou em parte os estudos elaborados para o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro, entretanto publicado, que se iniciaram em 1996.

A visão que se pretende consolidar é a que centra as questões da mobilidade e acessibilidade na urbanidade, nos cidadãos e na capacidade para estes ocuparem e usufruírem em pleno o espaço público, através da interação urbana.

Embora o Município de Aveiro esteja bem servido de infraestruturas ao nível das acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas é fundamental manter e reforçar a visão estratégica que faz desta região um nó “privilegiado” das acessibilidades, nomeadamente, das que estão programadas:

- Rede Ferroviária de Bitola Europeia - reivindicar a construção do eixo Aveiro / Salamanca / Madrid, pela importância estratégica de “Porta da Europa”, em particular no transporte de mercadorias de e para o Porto de Aveiro;
- Assegurar o Espaço Canal para a construção do eixo Aveiro/Viseu/Guarda/Vilar Formoso;

- Autoridade Intermunicipal de Transportes – necessidade de ter uma plataforma, no que estude e estabeleça uma rede de transportes coletivos intermunicipal que dê uma resposta moderna e eficaz, adequada aos movimentos pendulares: Intermunicipal, Intermodal (rodoviário, ferroviário e fluvial) com horários e bilhética integrados, informação completa ao utente e equipamentos tendencialmente ecológicos;
- Assegurar a Localização e Qualificação do Centro Coordenador de Transportes de Aveiro;
- Eixo Rodoviário Aveiro/ Águeda - previsto como “Eixo Estruturante” no PDM de Aveiro publicado em 1995 e ainda em vigor, consta, também, dos estudos e Plano de Ação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes (PIMT-RA);
- Assegurar o Espaço Canal para a construção do eixo rodoviário Aveiro/Águeda;

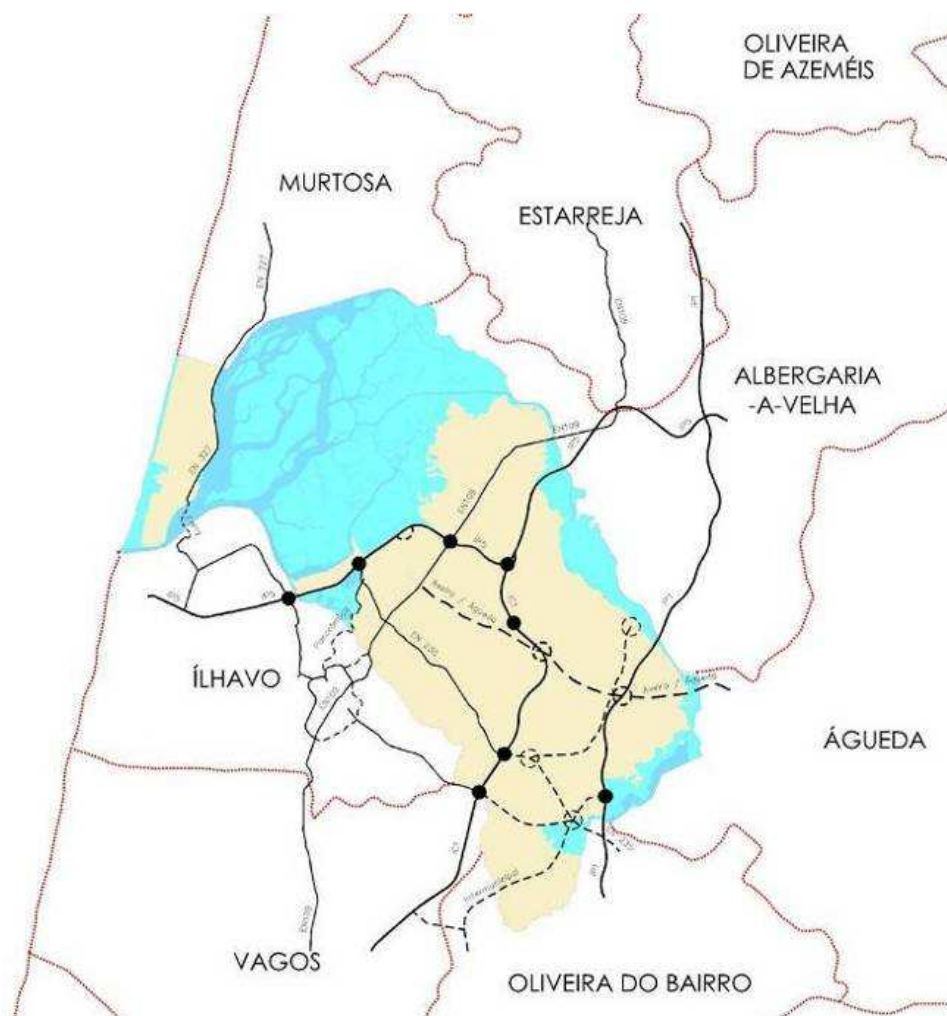


figura 28 - Rede Rodoviária Intermunicipal

Nos últimos 20 anos aconteceu uma verdadeira revolução viária no território, em particular nas ligações nacionais constantes do Plano Rodoviário Nacional, PRN, mas também nas vias Municipais, o que obriga a uma nova hierarquia viária.

A hierarquia Municipal ficará traduzida numa carta que se deve considerar dinâmica, no sentido de poder receber atualizações constituindo-se num instrumento de trabalho fundamental para a gestão urbanística, mas também para a estratégia municipal na definição das prioridades a dar aos seus investimentos, e será a base para os estudos técnicos a desenvolver pelos serviços municipais. A hierarquia viária deverá ser reforçada pelo sistema de orientação da sinalização direcional.

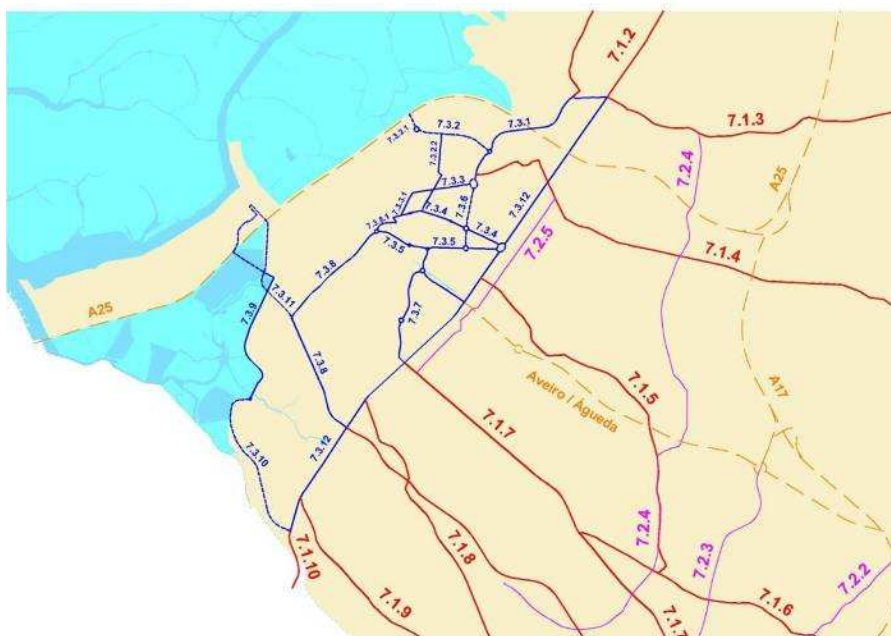


figura 29 - Avenidas Urbanas - Sistema Distribuidor Rodoviário Urbano

O PNPOT propõe a regulamentação da utilização de veículos nas cidades como forma de reduzir a poluição atmosférica, sonora e assim melhorar a saúde pública. Também a qualidade do espaço público melhora significativamente promovendo a cidadania e urbanidade, pilar da democracia. As medidas de acalmia de tráfego automóvel têm que ser acompanhadas do desenvolvimento do transporte coletivo e do aumento da mobilidade em modos suaves para o transporte individual. A cidade e os restantes centros urbanos deverão ser preparados para as deslocações a pé e também de bicicleta.

Encontram-se executadas as primeira e segunda fases (Diagnóstico e Cenários) do Plano Municipal de Mobilidade de Aveiro, instrumento fundamental para a gestão da mobilidade do Município e



que deverá ter em conta transportes sustentáveis e modos suaves, bem como a defesa dos residentes e do espaço público, tal como previsto no Plano Intermunicipal PIMT-RA.

Para que se consiga implementar a prioridade ao Peão é essencial dotar a cidade e o Município com as infraestruturas necessárias à qualidade do espaço público e à circulação em segurança e conforto de peões e bicicletas;

Quanto à Regeneração do Projeto BUGA, estando concluídos os estudos técnicos, será necessário decidir o modelo de gestão e financiamento para implementar o novo sistema BUGA de bicicletas públicas partilhadas que possa colmatar as viagens em transporte público ou individual, fazendo parte do sistema de transportes mas também do sistema urbano.

O desafio da Mobilidade para os próximos anos é, sem dúvida, alterar o paradigma que a centrou no transporte individual para um novo, centrado no transporte coletivo e na acessibilidade para todos, sob pena de insustentabilidade ambiental e económica das cidades.

Ao nível da Mobilidade Suave o Município de Aveiro participou nos seguintes projetos:

- LifeCycle - projeto europeu de promoção do uso da bicicleta
- Active Access - projeto europeu de promoção da mobilidade pedonal
- RAMPA - projeto nacional de promoção de acessibilidade para todos
- SITE – projeto europeu de integração bilhética e regeneração da BUGA
- SÉSAME – projeto europeu para a mobilidade sem emissões de carbono – implementação do novo sistema da BUGA



3.6. Sistema de Riscos

As sociedades contemporâneas continuam a conviver, tal como no passado, com inúmeros perigos relacionados com fenómenos da natureza mas, e em crescente número, com circunstâncias tecnológicas, ou seja, induzidas pelo Homem.

A identificação dos perigos que um determinado território potencialmente tem de enfrentar é um processo contínuo que nunca poderá ser encarado como finalizado. Os riscos organizam-se em três grandes grupos:

- Riscos naturais - causados por fenómenos naturais, de origem meteorológica, nomeadamente cheias, ciclones, secas, entre outros, ou de origem geológica como sismos, deslizamentos de terra, etc.
- Riscos tecnológicos - eventos acidentais, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana, envolvendo ou não substâncias perigosas, que podem ocorrer em espaço público, edificações, estabelecimento ou área industrial, suscetíveis de provocar danos significativos entre população/trabalhadores, equipamentos ou ambiente (p.e. cheias e inundações por rotura de barragens, acidentes no transporte de mercadorias perigosas);
- Riscos mistos - resultam da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (p.e. incêndios florestais).

Tipo	Categoria	Designação
Riscos Naturais	Condições Meteorológicas Adversas	Condições meteorológicas adversas
	Hidrologia	Cheias e inundações
		Seca
	Geologia	Sismos
		Movimentos de massas em vertentes
	Erosão Costeira	
Riscos Tecnológicos	Transportes	Acidentes graves de tráfego rodoviário
		Acidentes graves de tráfego ferroviário
		Acidentes graves de tráfego marítimo
		Acidentes graves de tráfego aéreo
		Acidente de transporte de mercadorias perigosas
	Vias de Comunicação e Infraestruturas	Acidentes em condutas de transporte de substâncias perigosas
	Atividade Industrial	Acidentes em Parques Industriais
		Acidentes em Estabelecimentos Seveso
Áreas urbanas	Acidentes em instalações de combustíveis	
	Incêndios em edifícios	
Riscos Mistos	Colapso de estruturas	
	Incêndios Florestais	

Quadro 24 - Tipos de riscos

Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Aveiro. Abril 2015



O município de Aveiro, pode ser potencialmente perturbado por alguns fatores de risco, relacionados a fenómenos, quer naturais, quer tecnológicos (cheias, secas, sismos e tsunamis, erosão costeira e derrames petrolíferos). É pela quantificação e comparação dos riscos com origem nos perigos identificados que será possível contribuir para o planeamento das áreas mais vulneráveis.

No que respeita aos riscos naturais provocados por condições meteorológicas adversas (vagas de calor ou frio, tempestades, furacões) a previsibilidade é reduzida pela amenidade do clima. O Município de Aveiro é susceptível à ocorrência de cheias, justificada pela sua geografia sem obstáculos de relevo a impedir a subida das águas – da Ria (o maior incidente lagunar da Península Ibérica, sendo que a zona lagunar ocupa cerca de um terço do território do Município) e do rio Vouga/ Bacia hidrográfica (onde se registam barragens, digna de realce a de Ribeiradio, açudes e diversas albufeiras).

As zonas mais afetadas por potenciais cheias/inundações são Requeixo (Rio Águeda, Pateira de Fermentelos), Eirol (Rio Águeda e Vouga), Eixo (Rio Vouga), freguesia de Esgueira (Rio Vouga), freguesia de Cacia (Rio Vouga, Ria de Aveiro), S. Jacinto (influência da Ria, fluxos de maré) e freguesia Glória e Vera Cruz (influência da Ria, fluxos de maré). Neste caso, a magnitude e gravidade de uma ocorrência está substancialmente reduzida, com sistema de comportas e eclusa dos canais urbanos da cidade, em funcionamento desde os anos 80 do século XX, que permite regularizar os níveis de água no interior dos canais, evitando cheias nas zonas baixas da cidade, mantendo um nível médio permanente de água, com as consequentes vantagens ambientais.

Para os espaços não urbanizados a legislação geral alerta e obriga a definir condicionalismos e normas específicas para a edificação, sistemas de proteção e de drenagem e medidas para a manutenção e recuperação das condições de permeabilidade dos solo.

A seca é o risco natural mais difícil de definir, tornando-se perceptível quando está efetivamente instalada, ou seja, quando as suas consequências são já visíveis com impactes no tecido socioeconómico pela redução gradual da produção de culturas agrícolas, de energia hidroelétrica e do próprio bem-estar das populações. Desde que existem registos meteorológicos em Portugal (há 140 anos) que não se registam mais de três anos consecutivos de seca, porém, indicam 2005 como o mais seco dos últimos 100 anos. Pese embora nos últimos dez anos não haja, no Município, um histórico de situações de seca ou falta de disponibilidade de água (daí a classificação de risco atribuída – Baixo), não será de excluir a possibilidade de ocorrer uma avaria técnica ou uma



degradação da qualidade da água que poderia inviabilizar a utilização das origens de água na forma de captação que servem as populações.

Os sismos são fenómenos naturais, frequentes em Portugal, embora, na sua maior parte, não sejam sentidos pelo homem. O Município situa-se numa zona de grau VII da escala de Mercalli modificada (Fonte: IPMA), isto é, em termos de consequências de sismo produz danos ligeiros nos edifícios de boa construção, danos médios nos edifícios de alvenaria corrente e danos consideráveis nos edifícios de má construção. Apesar do risco não ser muito elevado, se comparado com o resto do país, ele pode ser agravado pela quase inexistência de obstáculos topográficos, o que permite que a vaga de um tsunami invada uma área bastante extensa. Em termos históricos, Aveiro não escapou ao sismo de 1755 e ao consequente tsunami.

Quanto à ocorrência de deslizamentos, constata-se que este fenómeno natural tem uma incidência espacial com pouca expressividade, visto que a suscetibilidade é nula ou não aplicável em grande parte do Município, face às áreas com declives suaves e até nulos que conjugados com a litologia, conferem condições pouco propícias à ocorrência deste tipo de eventos. Contudo, será importante acautelar algumas situações que possam acontecer associadas, essencialmente, a intervenções humanas e que criam desequilíbrios que potenciam este perigo – a urbanização, o excesso de infraestruturação, a ocupação excessiva do subsolo. As alterações no quadro climático de referência, as alterações na cobertura vegetal e de drenagem, a criação de aterros e desaterros, a utilização urbana de espaços geotécnicos com menor qualificação também aumentam a incidência e volume dos movimentos de massa.

O fenómeno de erosão costeira não se faz sentir no Município de Aveiro, antes pelo contrário: com o recente prolongamento do molhe norte da barra de Aveiro acomodam-se largas toneladas de areias, tendo como efeito o crescimento e enchimento da praia de S. Jacinto. Não há registos históricos de grandes invasões do mar, mas a situação tem tendência a agravar como é visível por todo o território litoral português.

Para o enquadramento dos riscos tecnológicos, é de referir que Aveiro, pela sua industrialização e consolidação do sector terciário, se define como um polo produtivo e industrial dinamizador da região centro. Esta potencialidade gera riscos provenientes da natureza dos produtos manuseados, fabricados ou armazenados e pelos próprios processos de fabrico e leva a ainda a considerar o transporte dos produtos para outras regiões.



As redes rodoviárias, ferroviárias e marítimas que atravessam Aveiro fazem parte da malha das vias de comunicação principais do país. Embora as autoestradas A1, A17 e A25 sejam infraestruturas com características que funcionam como proteção, grande parte do transporte rodoviário é feito através de estradas nacionais, próximo de locais com grande densidade populacional.

O transporte de matérias perigosas por ferrovia faz-se unicamente pela linha do Norte (atualmente não há transporte de matérias perigosas no ramal do Porto de Aveiro), circulando apenas o comboio Iberian Link, com destino a Leixões 3 vezes/semana com vários tipos de matérias perigosas.

De salientar ainda a existência de gasodutos aos quais se associam condicionantes, servidões e restrições específicas. O pipeline de cloreto de vinilo, que liga o Porto de Aveiro ao Complexo Químico de Estarreja, atravessa o Município enterrado cerca de 1m de profundidade ao longo da ria, constituindo uma origem de perigosidade elevada para a vida humana e para a poluição das águas. O gasoduto da Transgás atravessa as freguesias de Cacia, Esgueira, Eixo-Eirol e Requeixo-N. Sr.ª de Fátima.

Apesar da forte componente industrial, com várias unidades disseminadas um pouco por todo o território mas localizada, especialmente, ao longo da ex.EN109 e em 3 zonas industriais (Cacia, Taboeira e Mamodeiro) não há histórico de acidentes industriais graves que tenham ocorrido, nos últimos anos, no Município.

Em Aveiro existem dois estabelecimentos Seveso II⁹, abrangidos pelo nível inferior de perigosidade do D.L.254/2007, de 12 de julho – a Portucel, em Cacia, que armazena matérias-primas com diferentes perigosidades e a Euro Yser, na zona industrial de Taboeira.

O terminal químico do Porto de Aveiro, pela sua dimensão e características não deve ser descurado enquanto risco de importância considerável, apesar de se situar no Município vizinho de Ílhavo, encontra-se a somente 1,5km.

O risco de incêndio urbano é um risco sempre iminente e está potenciado em qualquer aglomerado urbano e em todos os tipos de construção, devido à conjugação de diversos fatores - probabilidade

⁹ Diretiva Seveso II (Directiva 96/82/CE, alterada pela Diretiva 2003/105/CE) DL 254/2007, de 12 de julho, que transpõe a Diretiva 96/82/CE, de 16 de dezembro, e Regulamento (CE) 1882/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de setembro. Estes diplomas estabelecem um conjunto de regras e procedimentos com vista à prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas. Os estabelecimentos abrangidos pelo diploma são designados por SEVESO.



de ocorrência, desenvolvimento e propagação, dificuldades de evacuação e combate. O decréscimo demográfico, a elevada densidade de edificação, a construção com materiais de má qualidade conduzem ao aparecimento de edifícios degradados e devolutos que potenciam a ocorrência. Os centros urbanos antigos (principalmente nas zonas Cacia, Eixo, Eirol, Requeixo, Nariz e Vera Cruz, concretamente o Bairro da Beira Mar) apresentam, na generalidade dos casos, em matéria de segurança ao incêndio um risco mais elevado.

Os incêndios florestais são das catástrofes mais graves em Portugal, não só pela elevada frequência com que ocorrem, como pela extensão que alcançam, pelos efeitos destrutivos que causam em termos de perigo para as populações e prejuízos económicos e ambientais. O Município de Aveiro tem uma probabilidade de ocorrência de incêndio florestal elevada. Durante o período que decorreu de 2001 a 2012, apenas em dois anos se registaram valores de área ardida superiores a 100 ha.

De acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, as áreas do Município que estão inseridas na classe de risco “Muito Elevada” coincidem com as áreas florestadas na envolvente aos aglomerados de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima, Nariz, Eixo, Eirol, Oliveirinha e Cacia. A povoação de São Jacinto também se insere na classe de risco “Muito Elevada”, atendendo à existência da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto.



4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL SUPRAMUNICIPAIS

4.1. Articulação dos Instrumentos de Gestão Territorial Supramunicipais com o PDM

O conceito de ordenamento do território tem tido ao longo dos anos diversas linhas de pensamento quer ao nível dos objetivos como dos princípios e da sua abordagem. Em 20 de Maio de 1983 no Conselho da Europa foi aprovada a Carta Europeia do Ordenamento do Território, o que constituiu um marco importante na definição deste tema, clarificou que “o ordenamento do território é uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política, concebidas como uma abordagem interdisciplinar e global e que visa desenvolver de modo equilibrado as regiões e organizar fisicamente o espaço, segundo uma conceção orientadora tendente à melhoria da qualidade de vida, à gestão responsável dos recursos naturais, à proteção do ambiente e à utilização racional do território”¹⁰.

Ao nível nacional em 1998 com a Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto, foi aprovada a Lei de bases da política de ordenamento do território e do urbanismo, que contem no seu objeto “... A regulação, no âmbito da política de ordenamento do território e de urbanismo, das relações entre os diversos níveis da Administração Pública e desta com as populações e com os representantes dos diferentes interesses económicos e sociais...”.

A atual Lei de bases gerais da política pública de solos de ordenamento do território e de urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, concentra no PDM, enquanto plano territorial de âmbito municipal, a fixação das regras diretamente vinculativas dos particulares, criando desta forma um único nível de planeamento, o nível municipal.

A articulação dos instrumentos de nível superior (nacional, sectorial, especial regional e intermunicipal) que interferem com o PDM é refletida na figura seguinte.

¹⁰Conselho da Europa, Conferencia Europeia de Ministros responsável pelo Ordenamento do Território (CEMAT): Carta Europeia do Ordenamento do Território (Carta de Torremolinos, 1983).

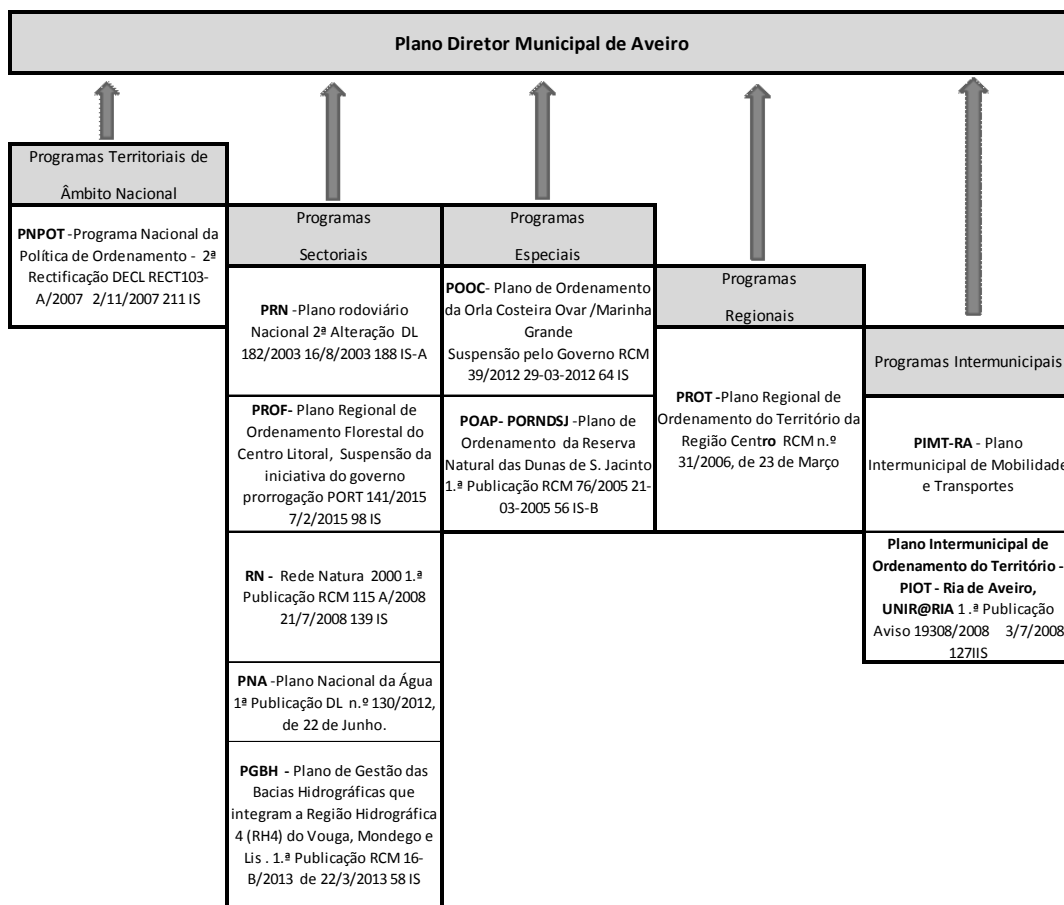


Figura 30 - articulação dos instrumentos de gestão territorial

Este conjunto de instrumentos de gestão territorial de escala supramunicipal acima referenciados, condicionam, através das suas orientações, os restantes instrumentos de nível municipal. Desta forma a revisão do PDM deverá verter estas normas de forma a torná-las vinculativas.

A revista Lei de Bases definiu um regime transitório (máximo três anos após publicação da LB), para que as normas reguladoras do uso e ocupação do solo, que constam nos antigos planos especiais de ordenamento do território (atuais programas especiais), sejam intergradadas nos planos municipais e intermunicipais de forma a tornarem-se vinculativas dos particulares. Deixando, assim, instrumentos de gestão territorial de escala supramunicipal de vincular diretamente o particular, mantendo somente o vínculo à administração pública e perdendo o seu carácter regulamentar. Estes instrumentos serão, de seguida, objeto de uma análise mais detalhada.



4.2 Âmbito Nacional

- **PNPOT**¹¹ Programa Nacional de Política de Ordenamento do Territorial

O PNPOT “é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia.”¹² Este Documento é constituído por um relatório e por um programa de ação.

Na sequência da Avaliação do Programa de Ação 2007-2013 o Governo determinou o início dos trabalhos para a preparação de um novo Programa de Ação 2014-2020 do PNPOT, em virtude de ter terminado o seu período de vigência. Este novo programa vem consubstanciar a definição e programação de uma estratégia de desenvolvimento territorial para a aplicação dos fundos comunitários e nacionais, numa ótica de integração e territorialização das políticas públicas, constituindo o suporte estratégico e institucional para a implementação das novas abordagens integradas de desenvolvimento territorial previstas no Portugal 2020, sendo uma dimensão essencial da promoção do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Segundo a Direção Geral do Território (DGT), procura-se uma maior operatividade no novo Programa de ação do PNPOT, com uma identificação clara do modelo de governança e da estrutura de acompanhamento e monitorização, assegurando a adequada cooperação institucional entre os atores responsáveis pela implementação das medidas de política, dando, ainda, resposta às fragilidades e constrangimentos identificados que, no passado, se traduziram em claros obstáculos a uma plena execução do instrumento se encontra no topo do sistema de gestão territorial português.

¹¹Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, retificada pelas [declarações de retificação n.º 80-A/2007](#), de 7 de Setembro, e [n.º 103-A/2007](#), de 23 de Novembro

¹²Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro

Programas Sectoriais

De acordo com a Lei de Bases os instrumentos de gestão territorial encontram-se definidos em “programas, que estabelecem o quadro estratégico de desenvolvimento territorial e as suas diretrizes programáticas ou definem a incidência espacial de políticas nacionais a considerar em cada nível de planeamento”, entre estes encontram-se os seguintes programas sectoriais com incidência no Município: o Plano Rodoviário Nacional (PRN), o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF), a Rede Natura 2000 (RN), o Plano Nacional da Água (PNA) e o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do rio Vouga, Mondego e Lis (PGBH).

– PRN¹³ - Plano rodoviário Nacional

O PRN define a rede rodoviária nacional em dois níveis hierárquicos: rede fundamental e rede complementar.

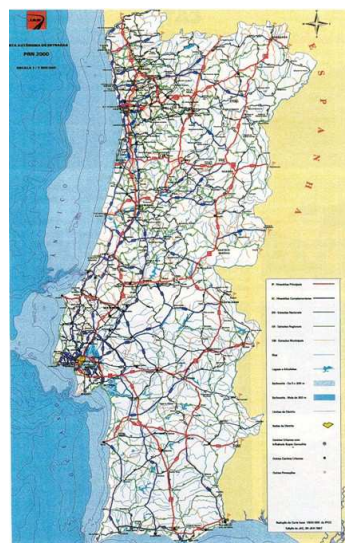


Figura 31 - Plano Rodoviário Nacional 2000
Fonte - Relatório de Monitorização da Rede Rodoviária Nacional -- 2012 e 2013 Editor

A rede Nacional fundamental integra os “... itinerários principais (IP) que asseguram a ligação entre centros urbanos de influência supradistrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras...”

¹³ Plano rodoviário Nacional - Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98 e pela 2ª Alteração Decreto-Lei n.º 182/2003 16/8/2003 188 IS-A



A rede nacional complementar é constituída “...pelos itinerários complementares (IC) e pelas estradas nacionais (EN), que asseguram a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supraconcelhia mas infradistrital...”

Define ainda a rede nacional de auto-estradas formada pelos elementos da rede rodoviária nacional especificamente projetados e construídos para o tráfego motorizado.

A revisão do PDM absorveu a proposta do PRN com a concretização do IC1/A17, encontrando-se executada, na totalidade, a ligação IP5 (Aveiro – Vilar Formoso), concretizando-se, assim, um dos principais itinerários de ligação à fronteira, favorecendo localização estratégica do Município de Aveiro.

– **PROF** - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral

Os PROF estabelecem normas de intervenção sobre a ocupação, utilização e organização dos espaços florestais, definidas na Lei de Bases da Política Florestal, aprovada pela Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto, cabendo a estes a explicitação das práticas de gestão a aplicar aos espaços florestais.

Este Plano encontra-se em revisão de acordo com Portaria n.º 141/2015 de 7 de Fevereiro, durante o período máximo de dois anos, não obstante é de notar a importância do mesmo relativamente ao objetivo de organização dos espaços florestais e respetivo zonamento através da definição de sub-regiões homogéneas, que correspondem a unidades de território com fortes semelhanças ao nível de funções dos espaços florestais e respetivas características.

As sub-regiões homogéneas delimitadas, que incidem maioritariamente sobre o Município de Aveiro são as seguintes: Ria e Foz do Vouga e Gândaras Norte.

Relativamente a Ria e Foz do Vouga o plano defende que “é uma importante e extensa zona húmida, inserida em Zona de Proteção Especial, com habitat, de flora e fauna com elevado valor de conservação (...) desenvolvimento de atividades de lazer e recreio e sobretudo turismo de natureza(...). Aliado ao desenvolvimento destas potencialidades é necessário ainda tomar em consideração necessidades de proteção no âmbito do controlo de cheias e das margens e dos espaços agrícolas no litoral.”



Sobre as Gândaras Norte “...têm uma elevada apetência para o desenvolvimento de espaços florestais vocacionados para produção de material lenhoso com elevado valor de mercado, capazes de proporcionar um enquadramento paisagístico que permita o desenvolvimento de atividades de lazer e recreio, (...) Importa, portanto, conciliar a produção de material lenhoso com o desenvolvimento turístico e de recreio, tendo em conta as necessidades de proteção do litoral e do solo”.

– **RN - Rede Natura 2000**

A Rede Natura 2000 consiste numa rede de âmbito Europeu que visa assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável, da proteção, gestão e controlo das espécies, bem como da regulamentação da sua exploração.

O âmbito da Rede Natura 2000, compreende áreas classificadas como zonas especiais de conservação (ZEC) e as áreas classificadas como zonas de proteção especial (ZPE).

A Ria de Aveiro faz parte de um vasto ecossistema sendo considerada uma das mais notáveis zonas húmidas portuguesas e “... Destaca-se a existência de extensas áreas de sapal, salinas, áreas significativas de caniço e importantes áreas de bocage, associadas a áreas agrícolas, onde se incluem as abrangidas pelo Aproveitamento Hidro-Agrícola do Vouga. Estas áreas apresentam-se como importantes locais de alimentação e reprodução para diversas espécies de aves...”¹⁴, razão pela qual esta zona se encontra classificada no âmbito da Rede Natura 2000, ao abrigo da Diretiva Aves, como Zona de Proteção Especial (ZPE).

De referir ainda que em 8 de julho de 2014 foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2014, a inclusão da Ria de Aveiro na Lista Nacional de Sítios, sendo reconhecida a importância da conservação desta área, dos seus habitats, no contexto da Diretiva Habitats, ajudando a colmatação de faltas de representação na Rede Natura 2000 relativamente a espécies de peixes migradores e a tipos de habitats estuarinos e costeiros.

¹⁴ caracterização da Ria de Aveiro descrita na Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008



– **PNA¹⁵** – Plano Nacional da Água

Os enquadramento e objetivos do Plano Nacional da Água (PNA) encontram-se definidos no artigo 28.º da Lei da Água, Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro (revista pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de Junho), “... O Plano Nacional da Água (PNA) enquanto documento estratégico e prospetivo, é o instrumento de gestão das águas que estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação dessa política, a aplicar pelos planos de gestão de bacias hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento das águas...”.

Neste momento encontra-se a decorrer a revisão do PNA¹⁶ que, de acordo com os documentos levados a consulta pública até 21 de agosto de 2015, defende que “... se pretendem definir as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar pelos planos de gestão de região hidrográfica (PGRH) para o período 2016-2021 e programas de medidas que lhes estão associados, que se encontram em fase de elaboração. Esta revisão aponta também as grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022-2027 que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da DQA (diretiva quadro da água)...”.

A importância deste novo PNA prende-se com a criação de programas medidas (PM) e ações, da sua remissão para os planos de gestão de região hidrográfica (PGRH) que se encontram em revisão, definindo-se horizontes temporais até 2027.

Os objetivos referidos nos documentos PNA 2015¹⁷ referem que este “... contempla dois níveis fundamentais de objetivos:

- 1) os objetivos estratégicos que traduzem os grandes desígnios/objetivos fundamentais para os recursos hídricos e ecossistemas associados
- 2) os objetivos de gestão e governança, que refletem abordagem instrumentais para promover o progresso em direção aos objetivos estratégicos....”.

Como já foi referido trata-se de um documento em revisão mas devido ao seu carácter estratégico deve ser considerado na revisão do PDM, principalmente, nas grandes opções estratégicas da política nacional da água a aplicar pelos planos de gestão de região hidrográfica (PGRH), que incidem na região de Aveiro.

¹⁵ Plano Nacional da Água- Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de Abril encontra-se em revisão, esteve em consulta pública até 21 de agosto de 2015.

¹⁶ Documento - Plano Nacional da Água, Junho 2015, APA – Agência Portuguesa do Ambiente, <http://www.apambiente.pt/?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=833>

¹⁷ Documento - Plano Nacional da Água, Junho 2015, APA – Agência Portuguesa do Ambiente, <http://www.apambiente.pt/?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=833>

– **PGBH¹⁸** - Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do rio Vouga, Mondego e Lis

A lei da água, Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro (revista pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de Junho), obriga à definição de uma estratégia de planeamento para a água, que é materializada pelos Planos de Gestão de Região Hidrográfica em causa, sendo da competência da Agência Portuguesa do Ambiente a sua elaboração. A lei da água cria no seu quadro de especificidades as regiões hidrográficas, afetando diretamente a região de Aveiro, pela região hidrográfica Vouga, Mondego, Lis (RH4) que compreende as bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis.

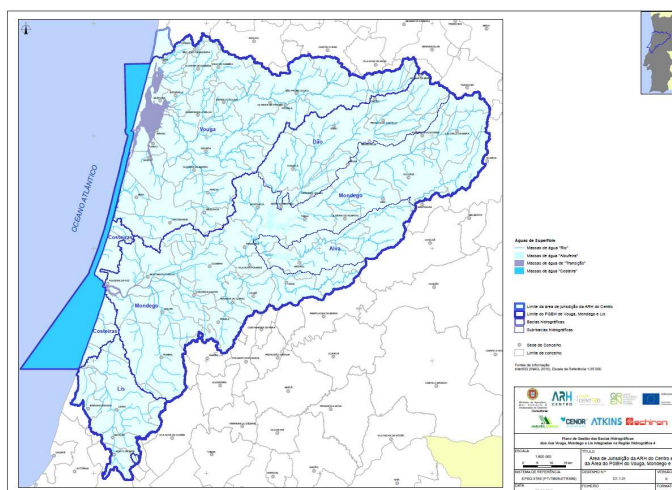


Figura 32 - Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do rio Vouga, Mondego e Lis

Este Plano, em particular, apresenta um conjunto de sete principais objetivos estratégicos, definidos por áreas temáticas, que permitem materializar a programação de medidas, nomeadamente:

- Área Temática- 1 Quadro institucional e normativo
- Área Temática 2 Quantidade de água
- Área Temática 3 Gestão de riscos e valorização do Domínio Hídrico
- Área Temática 4 Qualidade da água
- Área Temática 5 Monitorização, investigação e conhecimento
- Área Temática 6 Comunicação e governança
- Área Temática 7 Quadro económico e financeiro

¹⁸ PGBH - Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica 4 (RH4) PGBH do Vouga, Mondego e Lis. 1.ª Publicação RCM 1622/3/2013 58 IS B/2013.



É de realçar alguns dos principais objetivos do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do rio Vouga, Mondego e Lis, nomeadamente:

- Proteger a qualidade das massas de água superficiais (costeiras, de transição e interiores) e subterrâneas, visando a sua conservação ou melhoria;
- Promover e incentivar o uso eficiente da água, por forma a assegurar a quantidade para os diversos usos, contribuindo para melhorar a oferta e para gerir a procura;
- Fomentar o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, articulando o planeamento e ordenamento do domínio hídrico com o ordenamento do território, promovendo o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico e a valorização económica dos recursos compatíveis com a preservação dos meios hídricos.

Importa referir, ainda, que, de acordo com n.º 3 do artigo 29.º da Lei da Água (DQA), o PGBH do Vouga, Mondego e Lis tem um âmbito de aplicação temporal máximo de seis anos e constitui-se como um instrumento de planeamento eminentemente programático e com carácter executório. O PGBH do Vouga, Mondego e Lis, tem na sua calendarização o prazo para a sua revisão e respetiva publicação até 2015.

A análise destes planos permite a identificação dos principais riscos associados a cheias, com origem muitas vezes no planeamento e ordenamento do território, bem como problemas relacionados com o aproveitamento hidráulico, extração de inertes, aluviões, erosão costeira, entre outros.

O PDM enquanto instrumento de planeamento de articulação das estratégias sectoriais, deverá refletir, no seu regulamento, nas plantas de ordenamento e condicionantes, estes riscos, elegendo-se a estrutura ecológica municipal como tradução das zonas de proteção dos recursos naturais, de ribeiras, praias, zonas costeiras, áreas com incidência de variação de marés, zonas inundáveis, entre outros.

Ainda de acordo com o PNA 2015, documento em revisão, os PGRH do 1.º ciclo aproximam-se do seu termo (dezembro 2015), como sendo este o caso. Os PGRH do 2.º ciclo encontram-se a decorrer a sua elaboração com vista a sua aprovação ainda durante o ano de 2015.



Programas Especiais

Como já foi referido a nova Lei de bases do território (LB), coloca um prazo máximo de três anos a contar da sua data de entrada em vigor, para que as normas dos antigos planos especiais atuais programas especiais sejam transpostas para os PDM.

Neste âmbito incidem sobre o município de Aveiro o - Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar /Marinha Grande (POOC) e o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (POAP – PORNDSJ).

– POOC- Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar /Marinha Grande

Os atuais Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) passaram a designar-se Programas da Orla Costeira (POC), continuando com o seu desígnio Nacional, mas com um caráter mais pragmático, “...estabelecendo exclusivamente regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, através de medidas que estabeleçam ações permitidas, condicionadas ou interditas em função de cada programa, prevalecem sobre os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal...” alínea n.º 4, artigo n.º 40, LB.

Os POOC, são instrumentos vocacionados para a melhoria, valorização e gestão dos recursos do litoral, sendo essenciais na definição dos objetivos ambientais necessários para as massas de água superficiais e subterrâneas e das zonas protegidas.

Possuem, ainda, a relevância de serem instrumentos a considerar nos PGRH acima referidos, no âmbito dos quadros estratégicos das avaliações ambientais, fornecendo a definição dos fatores críticos e de sustentabilidade necessários à tomada de decisão.

Neste momento encontram-se em revisão quase todos os POOC, mantendo-se em vigor o Decreto-lei n.º 159/2012, de 24 de julho que delimita a área de intervenção deste programas, a qual define para a “...zona terrestre de proteção é composta pela margem das águas do mar e por uma faixa, medida na horizontal, com uma largura de 500m, contados a partir da linha que limita a margem das águas do mar, podendo ser ajustada para uma largura máxima de 1000m quando se justifique acautelar a integração de sistemas biofísicos fundamentais no contexto territorial objeto do

plano...” e para a “...a zona marítima de proteção é a faixa compreendida entre a linha limite do leito das águas do mar e a batimétrica dos 30m referenciada ao zero hidrográfico...”.

Decorridos 15 anos, após a publicação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Ovar/Marinha Grande verifica-se uma radical alteração na situação de referência em que se fundamentou o modelo de ordenamento proposto, nomeadamente, no que se refere à previsão de evolução da linha de costa e dos valores das curvas de erosão. Por outro lado, a avaliação dos planos de ordenamento da orla costeira, efectuada, em 2006, pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, detetou, diversas situações que justificam a revisão destes instrumentos, nomeadamente: a desactualização de propostas; a desigualdade de tratamento das faixas terrestre e marítima; a ocorrência de deficiências cartográficas; a rigidez dos planos de praia; a desadequação do dimensionamento das estruturas de apoio à actividade balnear; a não execução das Unidades Operativas de Planeamento Gestão previstas. Neste contexto, foi determinado pelo Despacho n.º 22400/2009, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, proceder à revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Ovar – Marinha Grande, tendo sido cometida ao Instituto da Água, I. P., a responsabilidade pela elaboração da proposta. Em consequência, a elaboração da revisão foi adjudicada, em Fevereiro de 2011, ao consórcio CEDRU|Universidade de Aveiro.

O Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Ovar/Marinha Grande, abrange uma parte da de São Jacinto e encontra-se em fase final de revisão, tendo sido efetuados os procedimentos legais para passar de plano especial a programa especial, tal como determina a legislação em vigor.

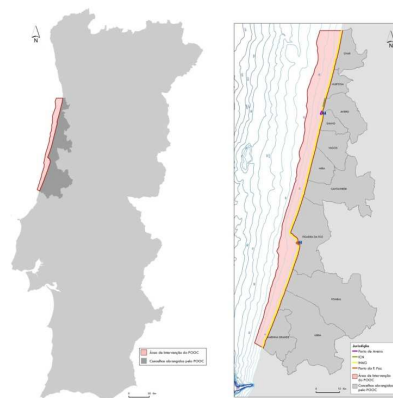


Figura 33 - POOC

O Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Ovar/Marinha Grande, apesar de se encontrar suspenso, possui objetivos importantes a reter. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2000 de 20 de outubro do plano refere que este “...destina-se a permitir conciliar os diversos valores em

presença na área sobre a qual incide, destacando-se como principais objetivos que presidiram à sua elaboração: valorizar, diversificar e garantir os usos e as funções da orla costeira; proteger os ecossistemas naturais e assegurar a exploração sustentável dos recursos; melhorar as condições de vida das populações, reforçar e melhorar as infra-estruturas e equipamentos e promover uma oferta turística de qualidade; valorizar o atual tipo de povoamento (nucleado), em respeito das dinâmicas costeiras, dos valores naturais e da minimização de riscos, e promover a articulação dos fatores económicos e sociais...”.

- **POAP - PORNDSJ** - Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto

O Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (PORNDSJ) tem a natureza de regulamento administrativo e prevalece sobre os planos Municipais e Intermunicipais do Ordenamento do Território, bem como sobre os programas e projetos de iniciativa pública ou privada, a realizar na respetiva área de intervenção.

O PORNDSJ aplica-se à área da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto e tem como objetivo estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais fixando os usos e a forma de gestão a observar na execução do Plano. Pretende assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência de espécies, grupos de espécies, comunidades bióticas ou aspetos físicos do ambiente, quando estes requerem intervenção humana para a sua sobrevivência.



figura 34 - PORNDSJ planta de síntese

Fonte: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap/pornsdj/pornsdj-doc>



Constituem objetivos gerais do PORNDSJ:

- a. Assegurar, à luz dos conhecimentos científicos adquiridos sobre o património natural desta área, uma correta estratégia de conservação e gestão que permita a concretização dos objetivos que presidiram à sua classificação como reserva natural;
- b. Corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais da fauna e da flora selvagens protegidas;
- c. Estabelecer propostas de uso e ocupação do solo que promovam a necessária compatibilização entre a proteção e valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença;
- d. Determinar, atendendo aos valores em causa, os estatutos de proteção adequados às diferentes áreas.



4.3 Âmbito Regional

Os Programas Regionais, de acordo com a Lei de Bases a artigo 41.º aliena a), definem “...as opções estratégicas de organização do território regional e o respetivo modelo de estruturação territorial, tendo em conta o sistema urbano, as infraestruturas e os equipamentos de utilização coletiva de interesse regional, bem como as áreas de interesse regional em termos agrícolas, florestais, ambientais, ecológicos e económicos, integrando as redes nacionais de infraestruturas, de mobilidade e de equipamentos de utilização coletiva com expressão regional”.

Neste âmbito analisa-se o PROT- Plano Regional de Ordenamento do Território, por servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos programas intermunicipais e dos planos municipais, e em especial o PROT – C, o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro, visto ter a sua incidência no Município de Aveiro.

– **PROT-C** - O Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro

Este plano não foi, até à data, publicado contudo as orientações estratégicas emanadas são importantes, algumas das quais têm extensa aplicação no Município de Aveiro, abrangendo as mais diversas áreas como:

- Valorizar estrategicamente os ativos específicos de internacionalização da Região; Viabilizar a transição sustentada da Região para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento;
- Criar uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo; Valorizar complementaridades e sinergias entre recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento pela procura;
- Valorizar os recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos de afirmação;
- Valorizar o potencial de energias renováveis da Região como fator de diferenciação competitiva; Organizar e valorizar o potencial para o policentrismo;
- Potenciar a biodiversidade e as suas mais valias ambientais;
- Implementar políticas de prevenção e mitigação de riscos;
- Criar estratégia para os territórios de baixa densidade.



4.4 Âmbito Intermunicipal

Os programas Intermunicipais, estão definidos pela lei de bases, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, artigo 42.º, como estabelecendo “... as opções estratégicas de organização do território intermunicipal e de investimento público, suas prioridades e programação, em articulação com as estratégias definidas nos programas territoriais de âmbito nacional, sectorial e regional, definindo orientações para os planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal...”.

Estes programas possibilitam que os municípios vizinhos se associem reforçando a cooperação intermunicipal, permitindo de modo coordenado a definição de uma estratégia de desenvolvimento, um modelo territorial sub-regional, para as opções de dimensionamento, de localização e gestão de equipamentos públicos e infraestruturas, por meio da aprovação conjunta de programas ou planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal.

Com incidência no Município de Aveiro destacam-se dois planos intermunicipais: o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes - PIMT-RA e o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território - PIOT - Ria de Aveiro, UNIR@RIA.

- **PIMT-RA - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes**

O PIMT-RA, foi desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) para os Municípios que integram a Região de Aveiro, tendo o seu término em Setembro de 2013. Este Plano teve como origem o PTD (Plano Territorial de Desenvolvimento para a sub-região do Baixo Vouga) e, como principal objetivo, a elaboração de um documento estratégico e operacional que sirva de instrumento de atuação e sensibilização, fomentando a articulação entre os diferentes modos de transporte, bem como a implementação de um sistema integrado de mobilidade e de custos de investimento e exploração.

A elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro, assenta em princípios orientadores Nacionais e Internacionais no domínio da mobilidade, destacando-se a gestão da mobilidade em transporte público, no qual são analisados igualmente os transportes escolares, bem como as questões da mobilidade sustentável e elétrica e da sensibilização para a utilização de modos suaves de deslocação.



– **PIOT - UNIR@RIA** - Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território Ria de Aveiro

A elaboração deste plano também foi liderada pela Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro (CIRA) e envolveu os seguintes Municípios: Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos.

Este plano procurou estabelecer orientações para o território envolvente ao sistema territorial da Ria de Aveiro e prolongamento natural através da Bacia Hidrográfica do Vouga até à Pateira de Fermentelos e ao Rio Cértima. Constitui-se como instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica procurando "a articulação entre áreas territoriais que, pela sua interdependência, necessitam de uma coordenação integrada". Assim, o UNIR@RIA identifica e pondera "os planos, programas e projetos com incidência na Área de Intervenção, assegurando as necessárias compatibilizações". Como objetivo principal apresenta a "articulação das estratégias dos diversos Municípios, no âmbito do desenvolvimento económico e social, da proteção e qualificação ambiental, da distribuição territorial de atividades e infraestruturas, da racionalização do povoamento e do acesso a equipamentos estruturantes e potenciação da região ao nível turístico."

Outros Instrumentos/Documentos De Referência

– **Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial 2014-2020**

A visão abrangente necessária ao território e no âmbito da preparação do Próximo Quadro Estratégico Comum, tornou a elaboração dos planos estratégicos de base territorial um contributo determinante para a preparação dos Programas Operacionais Regionais e Temáticos, instrumentos que futuramente virão a possibilitar a concretização das intervenções consideradas prioritárias e estratégicas para cada território.

As CCDRS incumbiram às CIM (CIRA) o desafio da preparação das bases dos respetivos planos estratégicos, ferramentas de suporte às parcerias territoriais nas NUTs III, também como contributo essencial para o Plano de Ação Regional nas NUTs II.



As Comunidades Intermunicipais (CIRA) são, pois, os atores principais na elaboração e dinamização de estratégias territoriais de desenvolvimento económico de apoio Intermunicipal para o período 2014-2020.

A realização do Plano Estratégico dá resposta aos desafios enfrentados no território da Região de Aveiro, obrigando a um exercício de reflexão integrada, que permita uma estratégia de conjunto, dando continuidade ao trabalho de coordenação e parceria assumido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

A Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2014-2020 para a Região de Aveiro resulta de um trabalho de conjunto entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) e a Universidade de Aveiro (UA), com vista ao desenho de um documento que permita enquadrar as dinâmicas regionais para o próximo quadro de financiamento europeu.

Este documento reflete um conjunto de princípios que foram considerados centrais, adequados à realidade regional, é fruto, ainda, da articulação de experiências anteriores de colaboração interinstitucional e intermunicipais tais como:

- Valorização das prioridades de investimento definidas em instrumentos anteriores municipais e intermunicipais;
- Articulação com os agentes regionais e a valorização do enquadramento estratégico Europeu;
- Consensualização no sentido da apropriação da Estratégia por parte dos stakeholders.

Os desafios estratégicos (eixos prioritários de intervenção) identificados como prioritários para a Região de Aveiro são os seguintes:

1. Promover um contexto de suporte à inovação e ao empreendedorismo;
2. Proteger e valorizar os recursos naturais da Região;
3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva;
4. Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora;
5. Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos.



5. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ÂMBITO MUNICIPAL

O Município de Aveiro está abrangido por vários Planos Municipais de Ordenamento do Território que serão identificados e descritos neste capítulo. Entende-se, como oportuno, numa primeira abordagem fazer uma síntese com estes planos e o ponto de situação de cada um deles. Posteriormente é feita uma pequena descrição de cada um dos planos em vigor e é abordada respetiva dinâmica de concretização.

5.1. Síntese dos PMOT do Município de Aveiro

PLANOS EM VIGOR			
Plano Diretor Municipal (PDM Aveiro)	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/95, de 11 de Dezembro D.R. n.º 284, Série I-B de 1995.12.11	
	Alteração	Declaração n.º 309/1999, de 28 de Setembro D.R. n.º 227, Série II de 1999.09.28	
	Suspensão Parcial	Decreto Regulamentar n.º 8/2001, de 28 de Maio D.R. n.º 123, Série II de 2001.05.28	
	Alteração	Declaração n.º 187/2002, de 18 de Junho D.R. n.º 138, Série II de 2002.06.18	
	Alteração	Declaração n.º 339/2002, de 12 de Novembro D.R. n.º 261, Série II de 2002.11.12	
	Alteração	Despacho n.º 11290/2006, de 24 de Maio D.R. n.º 100, Série II de 2006.05.24	
	Alteração	Declaração n.º 48/2007, de 21 de Fevereiro D.R. n.º 37, Série II de 2007.02.21	
	Alteração	Despacho n.º 21220/2007, de 13 de Setembro D. R. 2.ª Série - N.º 177, 2007.09.13	
	Alteração	Edital n.º 154/2008, de 18 de Fevereiro D. R. 2.ª Série - N.º 34, 2008.02.18	
	Suspensão Parcial	Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2008, de 14 de Outubro, D.R n.º 199 Série II de 2008.10.14	
	Abertura de Procedimentos de Revisão	Deliberação de Reunião de Câmara, de 16 de Fevereiro de 2004 Edital n.º 535/2004, D.R. 2.ª Série - N.º 103, 2004.08.13	
	Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro (PUCA)	Publicação	Edital n.º 641/2009, de 02 de Julho, D.R. n.º 126, Série II de 2009.07.02
		1ª Correção Material	Deliberação n.º 161/2011, de 14.01, D.R. n.º 10, Série I de 2011.01.14
		2ª Correção Material	Aviso 8559/2012 de 25 de Junho 121 IIS



Plano de Urbanização do Programa Polis (PU Polis)	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2005 , de 17 de Março , D.R. n.º 54, Série I-B de 2005.03.17
	Abertura de Procedimentos de Alteração	Procedimento de alteração deliberado em Reunião de Câmara de 05-08-2010 Edital n.º 858/2010 , de 18 de Agosto, D.R. n.º160, Série II de 2010.08.18
Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia (PPP ZIC)	Publicação	Aviso n.º 10405/2013 de 20 de Agosto, D.R. n.º 159, Série II de 2013.08.20
	Abertura de Procedimento de Alteração	Aviso n.º 4814/2015 de 4 de Maio de 2015 D.R n.º 85 Série II DE 2015.05.04
Plano de Pormenor do Centro (PP Centro)	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2002 , de 22 de Abril, D.R. n.º 94, Série I-B de 2002.04.22
	Alteração	Edital n.º 1224/2010 , de 06 de Dezembro, D.R. n.º 235, Série II de 2010.12.06
Plano de Pormenor de Rasos (PP Rasos)	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2007 , de 1 de Outubro, D.R. n.º 189, Série I-B de 2007.10.01
Plano de Pormenor do Parque (Estádio Mário Duarte) (PP Parque)	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2006 , de 16 de Fevereiro, D.R. n.º 34, Série I-B de 2006.02.16
Plano de Pormenor da Baixa de Santo António (PP Baixa St.º António)	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/1994 , de 11 de Dezembro, D.R. n.º 284, Série I-B de 1993.07.05
	Alteração	Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2004 , de 30 de Julho , D.R. n.º 178, Série I-B de 2004.07.30
OUTROS INSTRUMENTOS RELEVANTES		
Area de Reabilitação Urbana da Cidade de Aveiro (ARU)		Aprovação da proposta de delimitação da ARU Reunião de Câmara 21-09-2015
PLANOS REVOGADOS		
Plano de Pormenor da Bica - Azurva (PP Bica)	REVOGADO (PUCA)	Portaria n.º 639/93 , de 7 de Maio , D.R. n.º 155, Série I-B de 1993.07.05
Plano de Pormenor do Picoto (PP Picoto)	REVOGADO (PUCA)	Declaração n.º 149/1998 , de 4 de Maio, D.R. n.º 102, Série II de 1998.05.04
Plano de Pormenor da Quinta do Simão Sul (PP Quinta Simão Sul)	REVOGADO (PUCA)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/1998 , de 4 de Fevereiro D.R. n.º 29, Série I-B de 1998.02.04
PLANOS EM ELABORAÇÃO		
Plano de Urbanização do Parque Desportivo (PU PD)	Em Elaboração	Edital n.º 420/2006 , de 12 de Outubro D.R. n.º 197, Série II de 2006.10.12
Plano de Pormenor a Poente da estação	Em Elaboração	Edital n.º 939/2009 , de 24 de Agosto, D.R. n.º 171, Série II de 2009.09.03



Distribuição territorial dos PMOT em vigor no Município de Aveiro

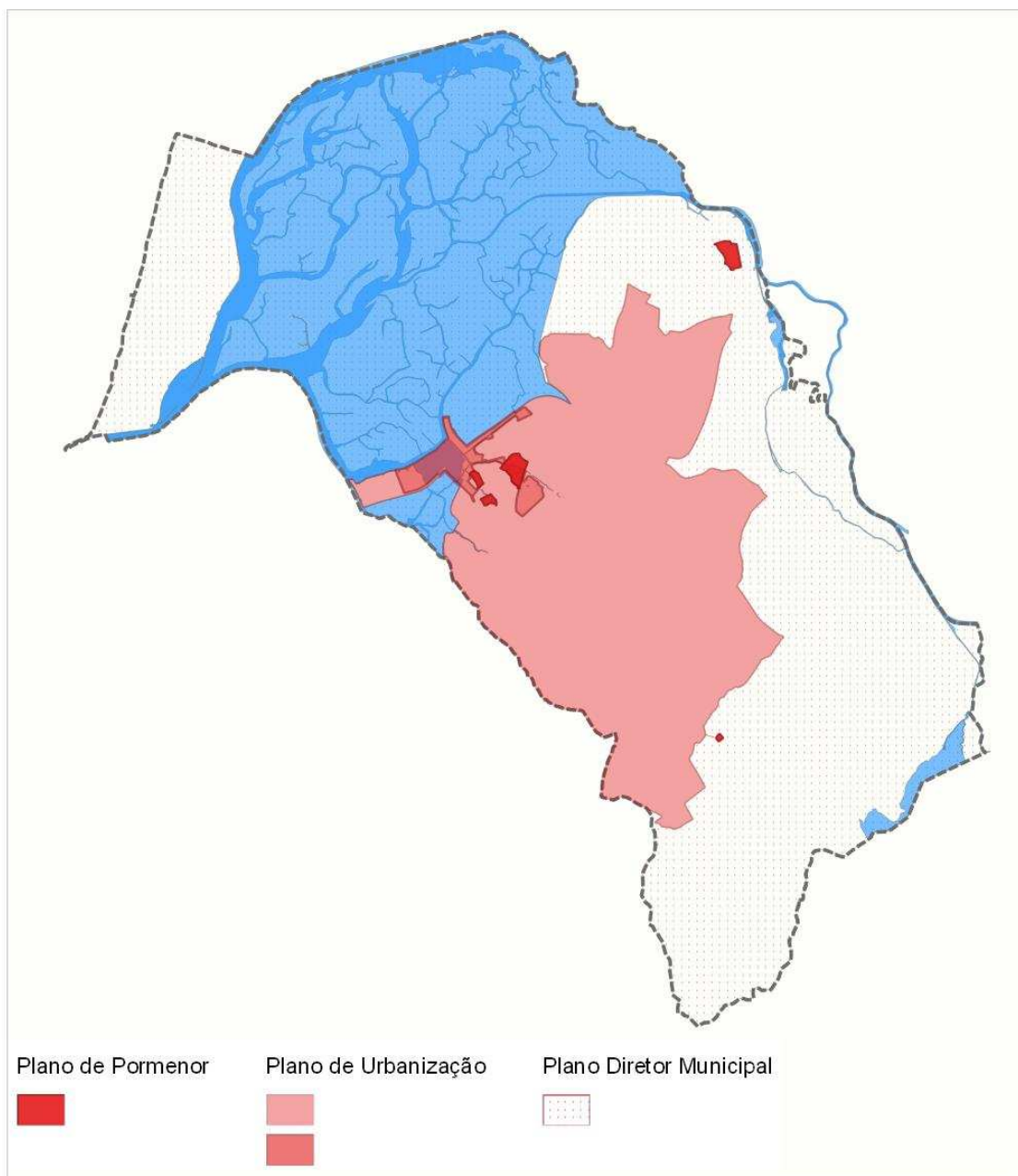


figura 35 - PMOTs em Vigor no Município de Aveiro



A configuração territorial dos PMOT de Aveiro, patente na imagem, evidencia a grande abrangência do PUCA uma vez que este se debruçou sobre a área da cidade alargada. Este plano programou cerca de 25% do total da área territorial do Município e é o instrumento com maior abrangência a seguir ao PDM. No quadro seguinte é apresentada a área afeta a cada plano e a percentagem que representa na globalidade do território Municipal.

Plano	km2	% área Município
PUCA	50,15	25,20
POLIS	1,99	1,00
PP Centro	0,24	0,12
PP B S António	0,05	0,03
PP Parque (Estádio Mário Duarte)	0,05	0,03
PP Rasos	0,01	0,01
PP PZIC	0,21	0,10

Quadro 25 - área abrangida pelos PMOT

5.2. PMOT do Município de Aveiro em vigor

5.2.1. Plano Diretor Municipal

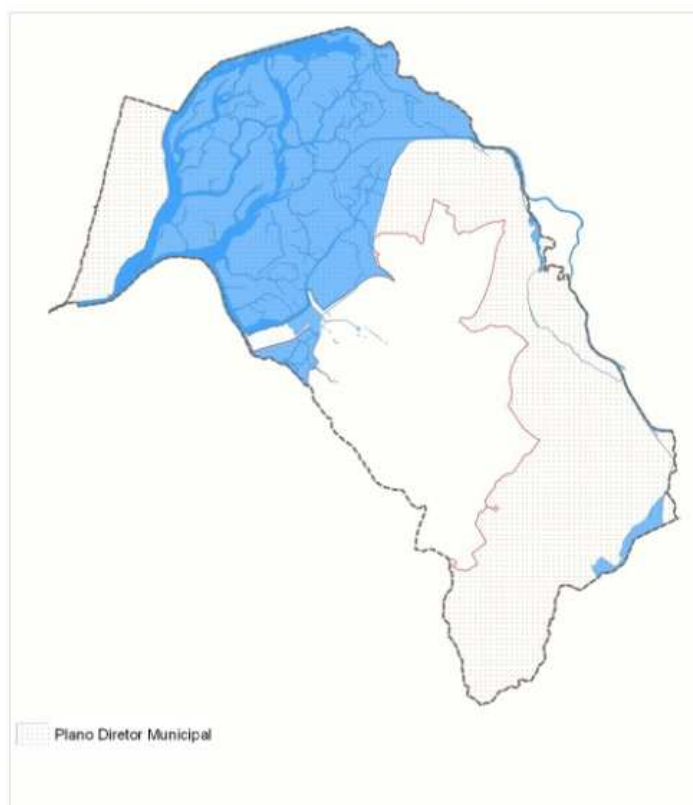


Figura 36 - área de intervenção do Plano Diretor Municipal Excluindo Pus em vigor

O PDM de Aveiro foi publicado através da RCM n.º 165/95 de 11 de dezembro e surge num contexto marcado por profundas alterações e intervenções estruturantes e, por um período de conjuntura económica favorável. Este instrumento definiu como objetivos fundamentais os seguintes:

- Repensar o perfil económico do Município e desenvolver a sua vocação como centro económico e de decisão, no contexto da rede urbana e regional em que se insere, através da fixação de unidades industriais com forte capacidade de inovação tecnológica e utilização de mão de obra qualificada, e o reforço de Aveiro como centro terciário especializado, quer de apoio às atividades produtivas quer de apoio ao consumo final;
- Promover o desenvolvimento equilibrado do Município que passa por: distribuição das oportunidades de emprego, serviços e equipamentos pelo território, e pela adequação da dinâmica das atividades económicas e de urbanização com a defesa do património natural e construído do Município;



- Dar a Aveiro uma imagem de centro urbano de qualidade através da instalação e animação de equipamentos públicos e privados de educação, saúde, cultura, desporto e lazer, e de uma maneira geral de todo o ambiente Municipal, dando especial atenção à imagem da Ria de Aveiro na definição da sua identidade e na promoção de uma política de turismo consentânea;
- Prover o Município de mecanismo de regulação da ocupação do território e de promoção e orientação dos investimentos e ainda das necessárias capacidades de negociação com a Administração Central.

A *Qualidade Urbana* constituiu um dos elementos basilares das opções tomadas, resultado de uma crescente consciência da importância desta na qualidade de vida das populações e de quem visita o Município. Identificava-se, ao nível da cidade, uma expansão caótica, com descaracterização do centro antigo, não só pela pressão da especulação imobiliária que se traduzia na preferência da construção em altura como também pela procura de territórios periurbanos desvinculados dos centros urbanos e das suas vivências.

O PDM assumiu-se como o instrumento de uma política urbanística harmónica e coerente, definindo as metas programáticas para os domínios do desenvolvimento económico e social nas suas relações com o planeamento territorial e urbano, no fomento das atividades produtivas a desenvolver pela iniciativa privada e no estabelecimento de bases para uma programação das realizações e investimentos municipais. Procurou ser o elo para a coordenação dos programas municipais com as normas, projetos e planos de âmbito supra municipal e, como um documento normativo tendente a estabelecer as bases para uma administração urbanística, objetiva, transparente, apostando no desenvolvimento e requalificação de Aveiro.

Neste contexto o PDM preconizou algumas opções de desenvolvimento, nomeadamente:

- Articulação da nova estrutura da cidade com a cidade antiga e com as grandes unidades morfológicas existentes;
- Criação de um sistema urbano sustentado pelas intervenções intensivas, baseadas na valorização das linhas de água existentes que serão recuperadas em termos ambientais - “verde público estruturante”;
- Consolidação do centro histórico e assegurar a continuidade de tecidos e a integração formal e funcional das zonas novas com a cidade existente;
- Promoção de ações de requalificação do espaço urbano existente, dado que a qualidade do espaço urbano é um fator importante para a fixação de quadros intermédios e superiores.



Estas orientações tiveram reflexo ao nível da programação do território, nomeadamente, na identificação de áreas designadas por “centro histórico” (áreas sujeitas a planos especiais) onde se exprimiram a importância e necessidade de realização de “planos de pormenor e salvaguarda”, estabelecendo-se como objetivos a salvaguarda patrimonial, o tratamento do espaço público e a articulação com as malhas urbanas adjacentes.

A elaboração deste plano sem recurso a ferramentas digitais conduziu a erros e faltas de precisão que têm, ao longo dos anos, vindo a colocar desafios à gestão do mesmo.

Uma vez que a elaboração do PDM se centrou essencialmente numa vertente física do território, muito associada a um zonamento e aos conceitos de planeamento vigentes veio favorecer o surgimento de vários problemas que, atualmente, se traduzem no território municipal, nomeadamente, a promoção de um crescimento tipo mancha de óleo apoiado nas infraestruturas viárias existentes, que propiciou a dispersão urbana, a qual se associa a elevados encargos com as infraestruturas, a perda de importância dos centros urbanos e das suas funções, entre outros.

Após cerca de 10 anos da publicação do PDM de Aveiro, foi aberto o procedimento com vista à respetiva revisão¹⁹. Esta intensão decorreu da constatação de alterações nas dinâmicas territoriais, no contexto económico e concretização de novos equipamentos e vias estruturantes. Este processo foi tendo diversas diligências e baseava-se, essencialmente, na contenção dos perímetros urbanos através da sua consolidação e afirmação e no reforço das centralidades.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de Maio, que revê o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e uma vez que o processo de revisão não se concretizou em tempo útil, será aberto novo procedimento com vista à Revisão do PDM. Tendo em conta o tempo decorrido desde que se iniciou a revisão do PDM, e tendo consciência que já passaram cerca de 20 anos desde que este IGT entrou em vigor entende-se como oportuno fazer uma nova ponderação e definição de objetivos de base a esta revisão.

¹⁹ Despacho n.º 290/2006 - D.R. n.º 100, Série II de 24.05.2006 (Câmara Municipal deliberou a 16.02.2004 proceder à revisão do PDM)



5.2.1.1 PDM - Dinâmica de concretização

Com vista à percepção da concretização urbanística analisa-se, seguidamente, o número de processos novos que surgiram desde 1999, na área do PDM excluindo as áreas afetas a Planos de Urbanização e a Planos de pormenor. Desta forma, procura-se perceber a dinâmica urbana associada a este instrumento assim como a evolução da mesma ao longo dos últimos anos.

Conforme se pode observar no gráfico tem havido um paulatino decréscimo no número de processos novos o que também é resultado das alterações conjunturais que se verificaram nos últimos anos.

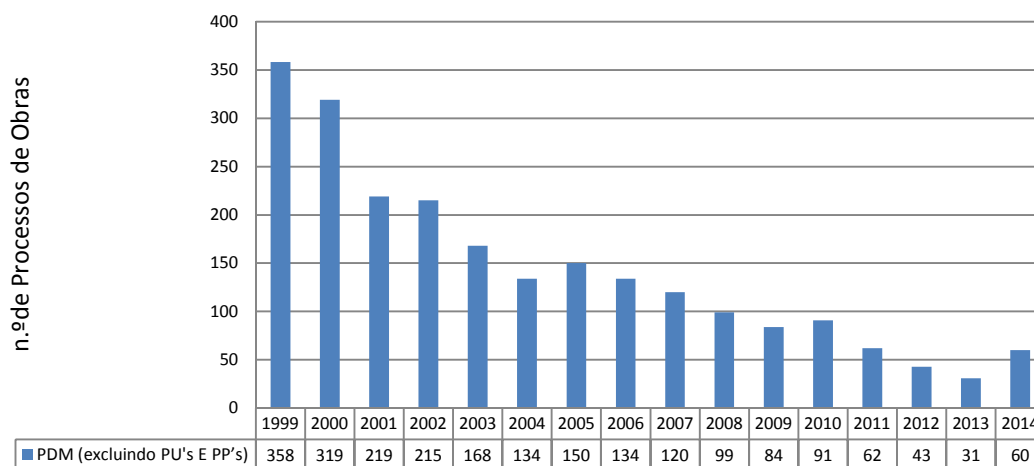


gráfico 23 - n.º de processos novos na área do PDM Excluindo PU's e PP's

Decorrente de algumas deficiências verificadas, o PDM já sofreu 7 alterações e 2 suspensões parciais. As alterações efetuadas corresponderam a procedimentos de regime simplificado ou correções materiais e destinaram-se a corrigir erros materiais patentes nas plantas e regulamento, ou correções de regulamento ou das plantas determinadas por incongruência entre elas. As suspensões parciais decorreram da necessidade de construção do estádio municipal de Aveiro e da construção da Unidade de Tratamento Mecânica-Biológica (UTMB).

PDM - Plano Diretor Municipal

Publicação

Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/95, de 11 de Dezembro
D.R. n.º 284, Série I-B de 1995.12.11

Alteração

Declaração n.º 309/1999, de 28 de Setembro
D.R. n.º 227, Série II de 1999.09.28



Suspensão Parcial	Decreto Regulamentar n.º 8/2001, de 28 de Maio D.R. n.º 123, Série II de 2001.05.28
Alteração	Declaração n.º 187/2002, de 18 de Junho D.R. n.º 138, Série II de 2002.06.18
Alteração	Declaração n.º 339/2002, de 12 de Novembro D.R. n.º 261, Série II de 2002.11.12
Alteração	Despacho n.º 11290/2006, de 24 de Maio D.R. n.º 100, Série II de 2006.05.24
Alteração	Declaração n.º 48/2007, de 21 de Fevereiro D.R. n.º 37, Série II de 2007.02.21
Alteração	Despacho n.º 21220/2007, de 13 de Setembro D. R. 2.ª Série - N.º 177, 2007.09.13
Alteração	Edital n.º 154/2008, de 18 de Fevereiro D. R. 2.ª Série - N.º 34, 2008.02.18
Suspensão Parcial	RCM n.º 152/2008 de 14 de Outubro , D.R n.º 199 Série II de 2008.10.14
Abertura de Procedimento de Revisão	Deliberação de Reunião de Câmara, de 16 de Fevereiro de 2004 Edital n.º 535/2004, D.R. 2.ª Série - N.º 103, 2004.08.13

5.2.2. Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro

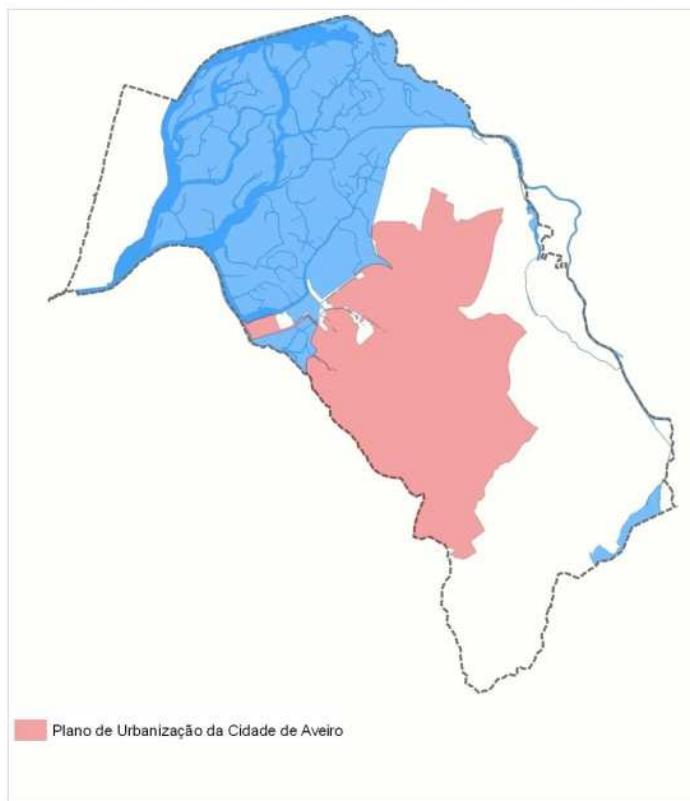


figura 37 área de intervenção do Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro

O Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro (PUCA), publicado em 2009²⁰, procurou ajustar e articular as diversas áreas da cidade de Aveiro e da sua periferia procurando devolver-lhe a identidade. Assim, estabeleceu como objetivos fundamentais a estabilização da imagem da cidade, face às alterações tipológicas e funcionais e à oscilação de densidades que se verificou e que a foi descaracterizando.

Neste âmbito as propostas visavam a qualificação urbanística através da consolidação e articulação do tecido urbano e da promoção da continuidade e complementaridade dos elementos urbanos.

A preocupação deste plano em transpor as suas orientações para o regulamento levou a que, para cidade existente, fosse adotada uma maior pormenorização e um maior detalhe das normas.

O PUCA designa como “zona de identidade cultural” uma área significativa da cidade, caracterizada por uma ocupação urbana consolidada que, no seu conjunto, apresentava valores ao nível da

²⁰ Edital n.º 641/2009 - D.R. n.º 126, Série II de 02.07.2009



morfologia urbana e da arquitetura, orientando, assim, para a preservação, renovação e requalificação do tecido existente. Com este objetivo distinguiu, nesta zona, três unidades de intervenção: Centro histórico das “Antigas Muralhas e Bairro da Beira Mar” e de “Esgueira”, “Eixo de Ligação dos Centros Históricos” e “Área da Avenida Dr. Lourenço Peixinho”.

Este plano procurou, ainda, estruturar as áreas periurbanas de forma a melhor se articularem com os respetivos centros e com a cidade.

5.2.2.1. Correções ao Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro

A implementação dos planos revela, muitas vezes, dificuldades ou questões mais dúbias que acabam por só ser perceptíveis com a implementação dos mesmos. Nesses casos, o regime jurídico prevê que possam ser efetuadas ligeiras correções. Assim, ainda no âmbito do anterior Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial (RJIGT), n.º 1 do artigo 97.º-A do Decreto—Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro foram promovidas duas correções materiais cujo âmbito se descreve seguidamente:

– 1ª Correção material:

Durante o procedimento de alteração do Plano de Pormenor do Centro verificou-se a existência de uma incongruência entre a planta de zonamento e o regulamento do PUCA na área respeitante ao PP do Centro. O regulamento do PUCA estabelecia, no artigo 57.º que se mantinha em vigor o Plano de Pormenor do Centro, regendo-se pelas respetivas regras. Contudo a planta de zonamento do PUCA, qualificava parte da área do plano de Pormenor do Centro (sectores I, II e parte do sector III), como “zona de utilização mista”. Esta zona destinava-se a edifícios de habitação, comércio e serviços com o máximo de seis pisos. Como o Plano de Pormenor do Centro contempla cêrceas superiores a qualificação prevista no PUCA não estava adequada. Para retificar esta situação recorreu-se ao procedimento de correção material que se concretizou ao nível do PUCA pela eliminação da trama, aplicando-se, dessa forma as normas regulamentares do respetivo Plano de Pormenor.



– 2ª Correção material:

No artigo 22º do regulamento do PUCA, sobre “*Construções existentes*” os números 1 e 2 abrangem as indústrias e armazéns existentes à data de entrada em vigor do plano sem licenciamento industrial, de utilização ou de localização, que poderão ser licenciadas, desde que cumpram os requisitos indicados, admitindo-se mesmo a ampliação e alteração do processo produtivo em solo urbanizado. O número 3 regula as edificações agrícolas, bem como as agropecuárias e pecuárias, sem licença de utilização, indicando que poderão ser legalizadas com vista à remodelação, desde que cumprida a legislação específica em vigor. Verificando-se que o corpo do artigo expressava claramente a intenção de regularizar as construções existentes à data de entrada em vigor do Plano. Contudo, o n.º 4, referente às habitações, em zonas não habitacionais, contrariamente ao disposto nos números anteriores, não traduzia de uma forma clara e objetiva essa intenção; Esta redação do n.º 4 resultou da reprodução do já assegurado pelo art. 60º do RJUE, ao limitar as intervenções a obras de reconstrução e alteração, o que não será, seguramente, função de um Plano de Urbanização, nem foi com certeza a intenção de quem redigiu a norma. Conforme referido, o RJUE já prevê o princípio da garantia do existente, que se traduz em que as edificações construídas ao abrigo do direito anterior (e respetivas utilizações) que cumpriram naquela data todos os requisitos exigidos não são afetadas por normas supervenientes, conforme a regra da aplicação das normas no tempo (princípio *tempus regit actum*). Desta forma, considerou-se que o n.º 4 do art. 22º, sob pena de inaplicabilidade prática, só poderá querer significar a possibilidade de legalização, restrita a um determinado contexto, ainda que tal não resulte expressamente da letra da norma.

Pelo que, no alcance da congruência global da intenção do artigo, e no sentido de resolver algumas situações existentes à data de entrada em vigor do plano, foi necessário clarificar e corrigir a formulação do n.º 4 do art. 22º. Assim, no n.º 4 do art. 22º onde constava: “4 - *Para as habitações existentes em zonas não habitacionais, à data de entrada em vigor do plano, poderão ser admitidas obras de reconstrução ou de alteração*”. Passou a constar “4 - *Para as habitações existentes em zonas não habitacionais, à data de entrada em vigor do plano, poderão ser admitidos, o licenciamento, obras de reconstrução ou de alteração*”.



5.2.2.2 PUCA - Dinâmica de concretização

No âmbito da concretização urbanística do PUCA analisou-se a quantidade de novos processos por ano desde a respetiva entrada em vigor. Pela observação do gráfico verifica-se que o PUCA arrancou com uma dinâmica acentuada na procura, contudo, logo se fez sentir o impacte da alteração conjuntural e desde 2010 que os novos processos decresceram verificando-se em 2014 uma ligeira retoma.

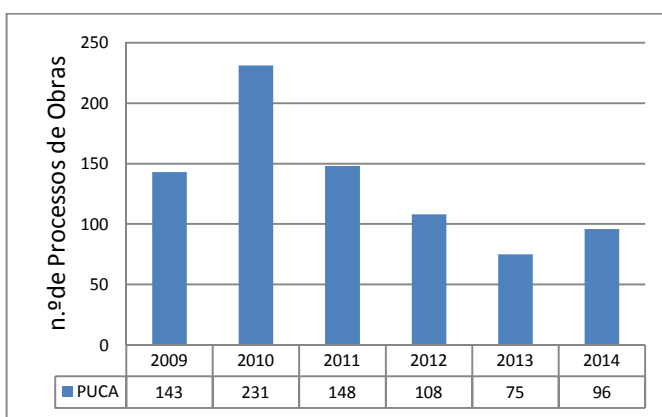


gráfico 24 - n.º de processos novos na área do PUCA

5.2.3. Plano de Urbanização do Programa Polis

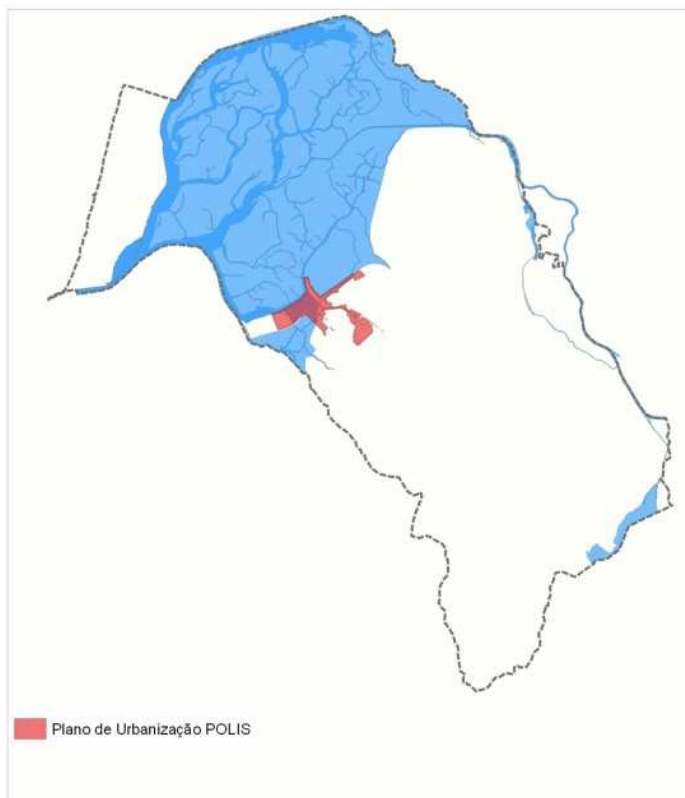


figura 38 - área de intervenção do Plano de Urbanização Programa Polis

O Plano de Urbanização do Programa Polis (PUPPA), publicado a 17 de Março de 2005²¹, teve como principal objetivo definir a política geral de intervenção do Programa Polis de Aveiro, incidindo nas infraestruturas, sistema de espaço público, equipamentos urbanos, programas edificáveis e outras ações entendidas como relevantes. Neste quadro, os financiamentos do Programa Polis de Aveiro, tiveram como referência/meta a concretização dos projetos estruturantes e ações delineadas no Plano Estratégico da Cidade de Aveiro (PECA) de 1997.

Em termos estratégicos e de objetivos este plano centrou-se na articulação de várias zonas de regeneração ou inovação urbana do centro da cidade, investindo na infraestruturização geral e no espaço público, como condição necessária para atrair projetos e investimentos públicos ou privados que valorizassem as áreas renovadas e a cidade no seu todo. Procurou, ainda, estimular novas práticas urbanas e fixar equipamentos marcantes, ligados entre si pelos canais da ria, arruamentos e estrutura verde, na sua maioria existentes, redesenhando-os como suporte coerente das funções e imagem urbana propostas.

²¹ Edital n.º 858/2010, de 18 de Agosto



Destacam-se como áreas de intervenção prioritária deste plano:

- Área da antiga lota;
- Área da entrada nascente e ligação à A25;
- Área delimitada entre o canal central, canal das pirâmides A25 e TIRTIF;
- Área envolvente ao canal de S. Roque;
- Área envolvente ao canal do Cojo e Canal da Fonte Nova;
- Área do Parque Central da Cidade, junto à E.N. 109

Uma vez que este plano foi amplamente concretizado ao nível do espaço público e dos equipamentos, consegue-se perceber as novas vivências que os espaços intervencionados vieram promover, contudo, ao nível das áreas de intervenção de iniciativa privada, verificaram-se dificuldades na implementação do preconizado no Plano. Essas debilidades estão associadas a desajustes e desatualização de cartografia assim como a propostas viárias de difícil concretização, entre outras. O procedimento de alteração do Plano foi deliberado em reunião de Câmara de 5 de Agosto de 2010 tendo sido publicado pelo Edital n.º 858/2010, de 18 de Agosto, D.R. n.º160, Série II de 2010.08.18

O Programa Base para a Alteração do Plano focou-se nos seguintes aspetos:

- 1 - Adequação da Entrada Poente da Cidade - sistema viário, nó da A25, ligação à cidade e à Rotunda do Hospital; alívio da pressão de tráfego entre esta zona e a Ponte Praça; Reformulação das edificações previstas, respeitando os compromissos, mas libertando a área necessária à localização do parque de lazer simétrico ao Rossio, no lado poente do Canal Central;
- 2 – Canal de S. Roque – Avaliação da possibilidade de prolongamento do canal até Esgueira, na zona do pavilhão desportivo;
- 3 – Reformulação da área prevista para construção na zona do Parque da Cidade (Força-Vouga) adequando-a de forma mais transparente relativo à leitura que dela se terá da Ex- EN 109;
- 4 – Procura de programa adequado para a Zona do TIRTIF, uma vez que o programa previsto “Europa dos Pequenos” foi inviabilizado.



5.2.3.1 PUPPA - Dinâmica de concretização

Em termos de concretização urbanística analisou-se a entrada de novos processos desde que o PUPPA entrou em vigor. De 2005 a 2014 destacaram-se como os anos de maior dinâmica os de 2006 e 2007. De 2008 em diante o número de processos reduziu substancialmente e, neste caso, para além da questão conjuntural soma-se a dificuldade de implementação suscitada pelas orientações definidas para as intervenções por parte dos particulares.

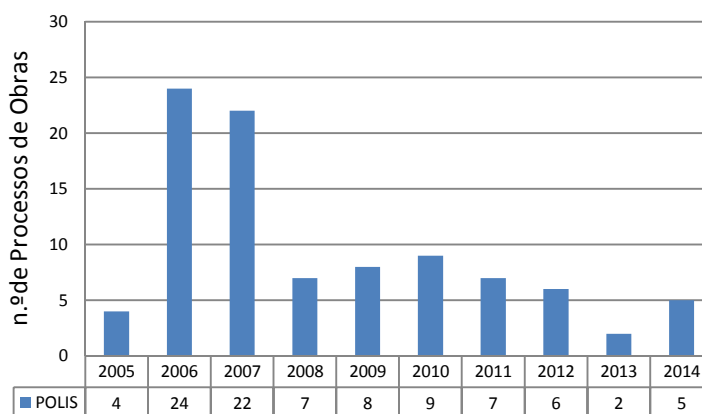


gráfico 25 - Nº de processos novos na área do PU Polis

5.2.4 Plano de Pormenor do Centro

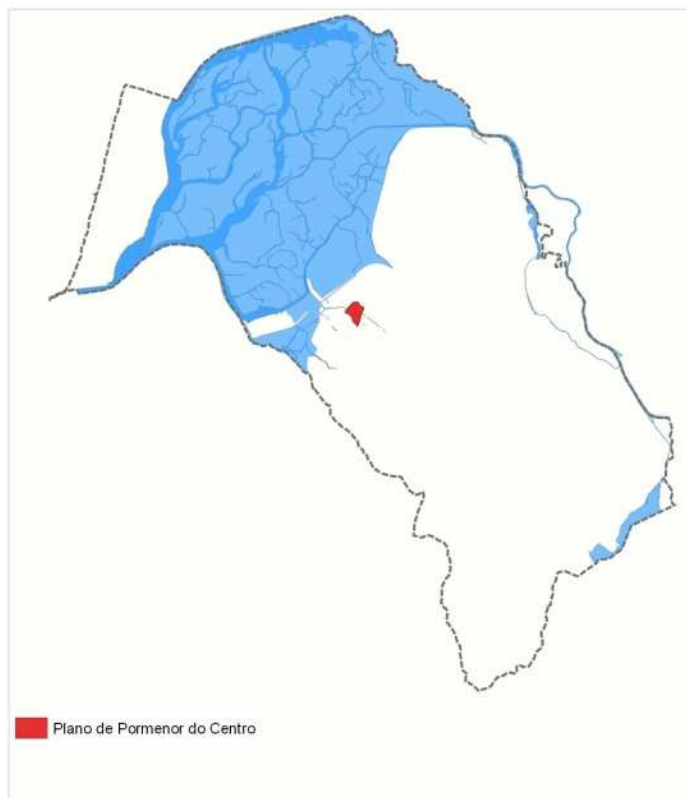


figura 39 - área de intervenção do Plano de Pormenor do Centro

Pela sua localização geográfica privilegiada o Plano de Pormenor do Centro é um dos Instrumentos de Gestão Territorial cuja implementação tem tido maior visibilidade na cidade de Aveiro. Ao longo dos anos, por diversas circunstâncias, esta área da cidade, contígua ao centro urbano tradicional, foi sendo, sucessivamente, deixada à margem do crescimento urbano. Neste contexto a elaboração do PP do Centro foi uma das alavancas para a consolidação e valorização desta área.

Este plano teve como preocupação delinear princípios orientadores para o desenvolvimento harmonioso da área de intervenção, através da qualificação da ocupação urbana, da valorização da ria e seus canais e do espaço público em geral, da preservação dos valores patrimoniais e do desenvolvimento de um conjunto de equipamentos de interesse para a cidade.

Contudo, ao longo do tempo verificaram-se alterações muito significativas, nos aspetos económicos e sociais, que motivaram uma reavaliação dos pressupostos do plano. Deste modo, a Câmara Municipal considerou que seria necessário promover uma alteração ao Plano de Pormenor do



Centro. Esta centrou-se na necessidade de ajustar a oferta de espaços comerciais à procura, uma vez que, a este nível, estavam previstas áreas em excesso. Por outro lado, verificou-se, durante a execução do plano, nomeadamente na aprovação dos projetos de arquitetura, que havia demasiada rigidez nos usos estabelecidos, ou seja não era permitido substituir usos habitacionais por comerciais ou de serviços e, também, que não estava contemplada a implementação de novos empreendimentos turísticos.

Assim, durante o ano de 2011 foi completada a tramitação processual da alteração ao plano, a qual publicada através do Edital n.º 1224/2010, de 06 de Dezembro, D.R. n.º 235, Série II de 2010.12.06

5.2.4.1 PP do Centro - Dinâmica de concretização

No âmbito da concretização urbanística do PP do Centro contabilizaram-se os novos processos que entraram por ano desde a respetiva entrada em vigor. Pela observação do gráfico verifica-se que no seu arranque houve uma dinâmica forte, contudo de 2012 a 2014 não entraram novos processos para esta área.

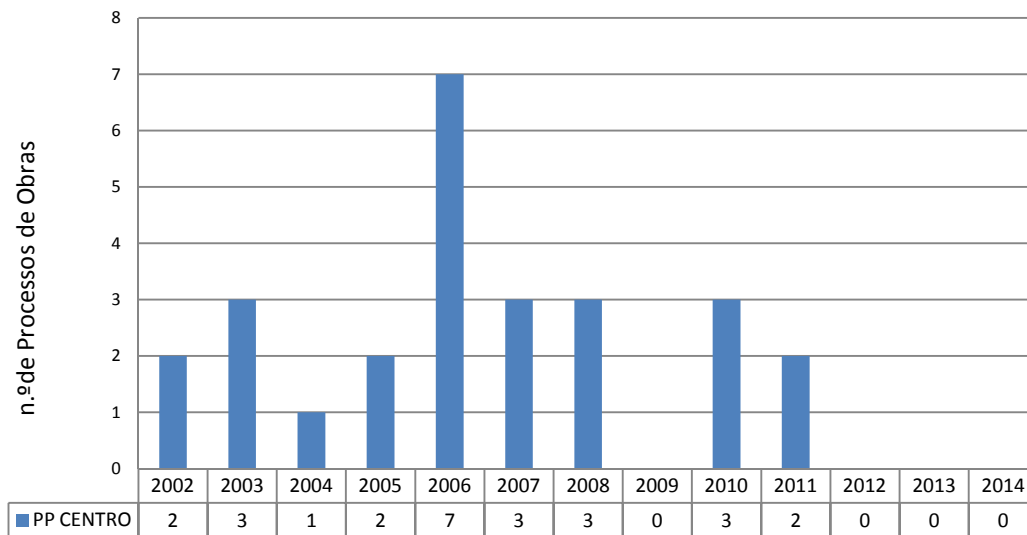


gráfico 26- N.º de Processos novos na área do PP do Centro

5.2.5. Plano de Pormenor de Rasos

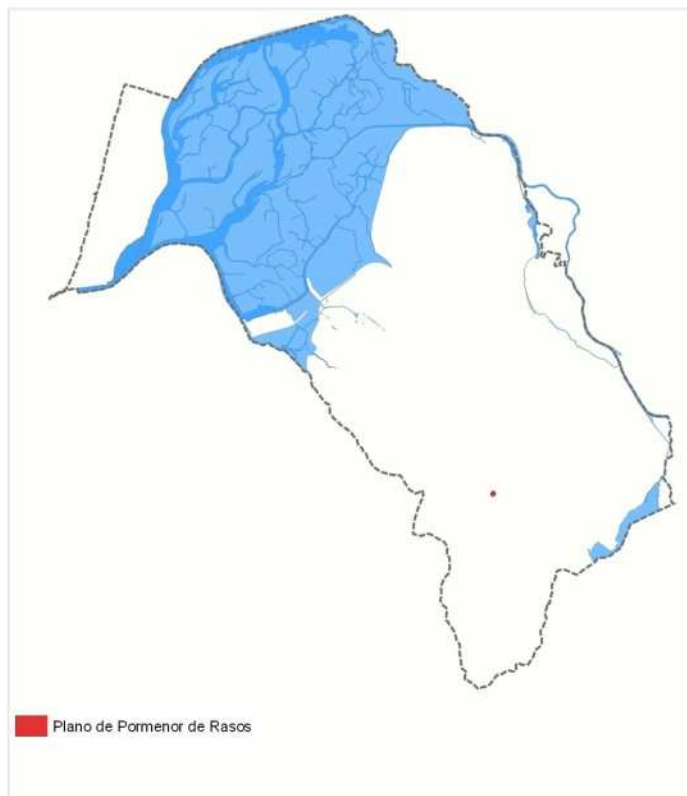


figura 40 - área de intervenção do Plano de Pormenor de Rasos

O PP de Rasos localiza-se a nascente do aglomerado urbano de S. Bento, na 'antiga' freguesia de N. Sr^a de Fátima, a sul do Município de Aveiro. Trata-se de um território de características rurais, onde a ocupação urbana se foi concretizando ao longo dos arruamentos de forma dispersa, através de habitações unifamiliares de um ou dois pisos.

A oportunidade de elaboração deste plano decorreu da constatação da existência de incongruências entre a delimitação da R.E.N. constante na carta de Condicionantes do PDM e a delimitação original, geradas pelo método analógico com que estas cartas foram transpostas para o PDM. Uma vez que, de acordo com a legislação em vigor à data, nas situações em que a delimitação da R.E.N. constante na carta de Condicionantes do PDM não coincidissem com a delimitação da mesma, o respetivo Plano deveria ser objeto de alteração pelo que a única possibilidade de resolver o lapso verificado seria através da alteração do PDM ou elaboração de um Plano de Pormenor. A Câmara Municipal entendeu, então, avançar com a elaboração de um Plano de Pormenor para colmatar a situação verificada.



5.2.5.1 PP de Rasos - Dinâmica de concretização

Este é um plano de reduzida dimensão que, na prática, enquadra duas operações de loteamento de iniciativa privada. As intervenções públicas previstas eram, exclusivamente, de obras de urbanização, as quais foram executadas. As operações de loteamento foram concretizadas, pelo que posteriormente não houve entrada de mais processos novos na área de intervenção.

5.2.6. Plano de Pormenor do Parque (estádio Mário Duarte)

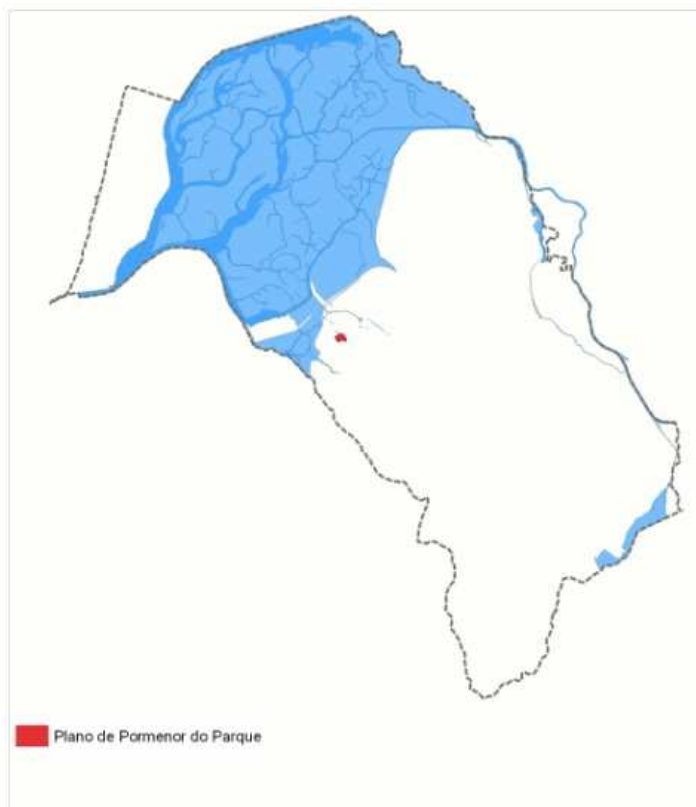


figura 41 - área de intervenção do Plano de Pormenor do Estádio

O Plano de pormenor do Parque (estádio Mário Duarte) surge do contexto gerado pelo Euro 2004 onde Aveiro foi uma das cidades contempladas com a construção de um novo estádio. Esta situação conduziria a um vazio funcional no que era, então, o Campo de futebol Mário Duarte. “Esta circunstância determinou o passo para elaboração deste Plano de Pormenor, pela necessidade de reconversão e adequação deste espaço central ao novo contexto funcional, que, assegurando a manutenção do campo e sem descaracterizar a continuidade da estrutura verde dominante, sugere a introdução de novos elementos de modernidade e funções promotoras e qualificadoras da vivência urbana.”²²

A proposta do plano procurava quebrar a monofuncionalidade associada à concentração de grandes equipamentos nomeadamente:

- A Universidade de Aveiro;
- O Hospital Infante D. Pedro V;
- A Escola João Afonso;
- Parque D. Pedro V.

²² Relatório do Plano de Pormenor do Parque



5.2.6.1 PP do Parque - Dinâmica de concretização

A elaboração do Plano de Pormenor do Parque partiu do princípio da total transferência da função da área afeta ao campo de futebol Mário Duarte e centrou-se, essencialmente, nessa propriedade. Como ainda não se concretizou essa disponibilização do terreno, as propostas do plano não foram concretizadas e não existiram processos de obras para o local.

5.2.7. Plano de Pormenor da Baixa de Santo António (Revisão)

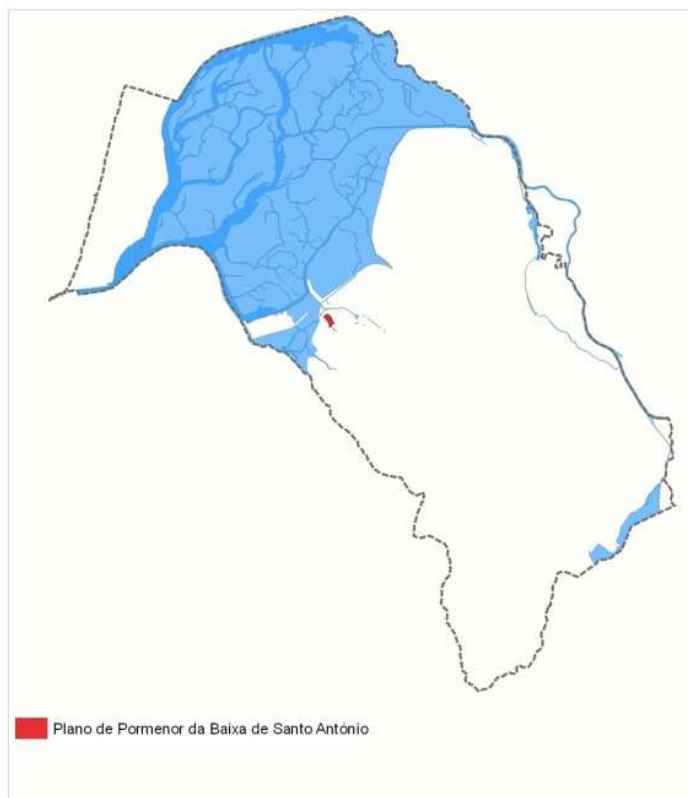


figura 42 - área de intervenção do Plano de Pormenor da Baixa de Santo António

O Plano de Pormenor da Baixa de Santo António foi aprovado em 1993 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/1994, de 11 de Dezembro D.R. n.º 284, Série I-B de 1993.07.05). Posteriormente sofreu um processo de revisão, tendo esta sido concluída, em 2004 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2004, de 30 de Julho, D.R. n.º 178, Série I-B de 2004.07.30).

A área prevista para edificação no âmbito do P.P. da Baixa de Santo António, circunscreve-se ao lado poente da Rua Homem Christo Filho, limitado pelas inserções na Rua Magalhães Serrão e Avenida Artur Ravara.

O elemento urbano mais significativo previsto no âmbito deste plano é uma grande Praça a construir por trás do Governo Civil que servirá como elemento estruturante da malha urbana e dignificador do edifício do Governo Civil. Este plano procura, ainda, contrariar a situação de traseiras a que este tem sido votado.



A área de construção que irá constituir a confluência da Rua Homem Christo Filho com a Avenida Artur Ravara será das mais significativas na definição de uma imagem coerente e estruturada do conjunto global da intervenção. O polígono de implantação previsto para esta zona de remate é redesenhado, propondo-se o realinhamento da construção pela Av. Artur Ravara, arruamento mais significativo na sua construção visual. A galeria existente na Rua Homem Christo Filho deverá ter continuidade ao longo deste edifício rematando com frente para o Jardim de St. António permitindo relacionar os dois níveis altimétricos da área do Plano.

5.2.7.1 PP da Baixa de Santo António - Dinâmica de concretização

No âmbito da concretização urbanística do PP da baixa de Santo António contabilizaram-se os novos processos que entraram por ano desde a respetiva entrada em vigor. Pela observação do gráfico verifica-se que ao longo dos anos não entraram muitos processos mas que nos últimos três anos de análise houve uma maior procura da área.

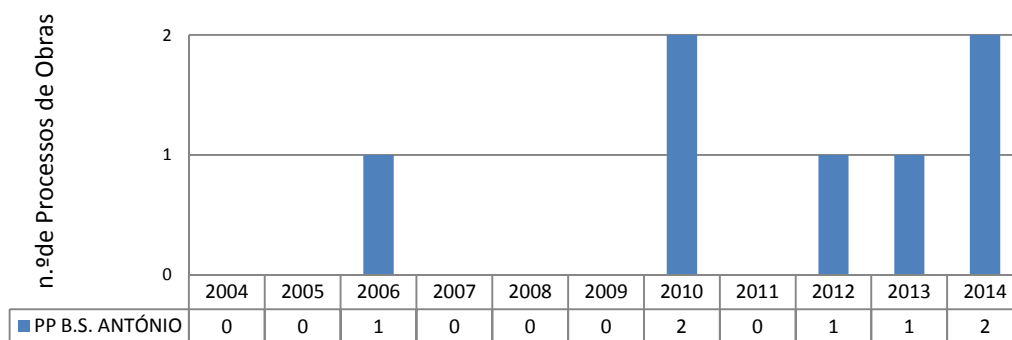


gráfico 27 - N.º de Processos novos na área do PP da Baixa de Santo António

5.2.8. Plano de Pormenor de Parte da Zona industrial de Cacia

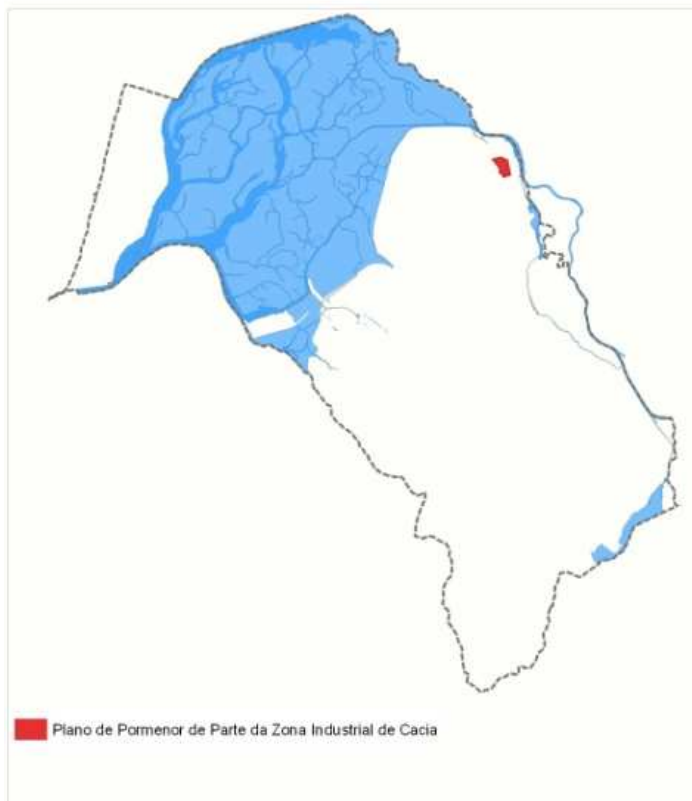


figura 43 - área de intervenção do Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia

A elaboração do Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia (PPPZIC) decorreu da necessidade de disciplinar o uso da área envolvente à unidade industrial da Portucel e de tirar partido da capacidade industrial existente oferecendo espaço para a instalação de novas unidades através da alteração da, então, área afeta ao uso industrial. Assim, foram definidos como objetivos do plano os seguintes:

- Responder às expectativas e necessidades emergentes, disponibilizando uma maior área dotada das condições necessárias à instalação de novas unidades industriais. Neste sentido, o plano propôs um aumento da área destinada à instalação de atividades industriais, perfazendo aproximadamente 21 ha.
- Integrar a expansão e desenvolvimento da área industrial no tecido urbano existente, programando com maior racionalidade e equilíbrio o seu crescimento.
- Articular e reforçar todas as redes de infraestruturas (viárias, ambientais e tecnológicas), garantindo um ambiente industrial qualificado que potencie o estabelecimento e investimento de novas unidades industriais.



- Controlar e reorganizar o tráfego e acessibilidade local, propondo a reestruturação viária existente da área abrangida pelo plano, sobretudo pela beneficiação da Rua 31 de Janeiro e requalificação do seu espaço público (criação de passeios, iluminação elétrica pública, etc.).

A manifestação da intenção de investimento e ampliação da unidade de Cacia pelo Grupo Portucel Soporcel, e o interesse do município no seu acolhimento, determinou a elaboração de um Plano de Pormenor que permitisse o enquadramento desse projeto. O “Plano de Pormenor de Parte da Zona industrial de Cacia foi, então, publicado em Diário da Republica a 20 de Agosto de 2013 pelo Aviso nº 10405/2013. Contudo deram-se alterações profundas nas dinâmicas dos mercados internacionais do setor do papel que conduziram a uma alteração nas opções da empresa. A nova unidade industrial prevista não conseguia ter enquadramento nas propostas e na disciplina de ocupação do território estabelecidas pelo Plano de Pormenor em vigor. Pela importância do investimento preconizado, nomeadamente, na criação de cerca de 300 novos postos de trabalho entendeu-se como necessário proceder à alteração do referido Plano de Pormenor de forma a poder acolher esta nova realidade.

Na proposta de alteração consubstanciam-se os objetivos iniciais do plano, reforçando, ainda, que as imprevisibilidades do mercado exigem, por vezes, mudanças das opções de investimento que se traduzem na forma como as indústrias se implantam no território. Assim, com a proposta de alteração procurou-se introduzir maior flexibilidade e capacidade de ajustamento e adequação às variações do mercado e conseqüente adaptação e concretização das propostas de ocupação, ao nível das implantações das edificações e da rede viária. Por outro lado, a proposta procurou, ainda, fazer uma ponderação integrada dos interesses ambientais, sociais e económicos e dos interesses subjacentes ao ordenamento do território.

A proposta de alteração baseou-se:

- Na reestruturação viária e respetivas ligações;
- Na reorganização e redimensionamento das parcelas;
- Na redefinição dos parâmetros urbanísticos;
- Na compatibilização e aferição ao contexto urbano existente;
- E no enquadramento do layout industrial.

O procedimento para a alteração do PPPZIC iniciou-se com a deliberação em Reunião de Câmara de 15 de Abril de 2015 e encontra-se em tramitação.

5.3 Planos em elaboração

5.3.1. Plano de Urbanização do Parque Desportivo de Aveiro

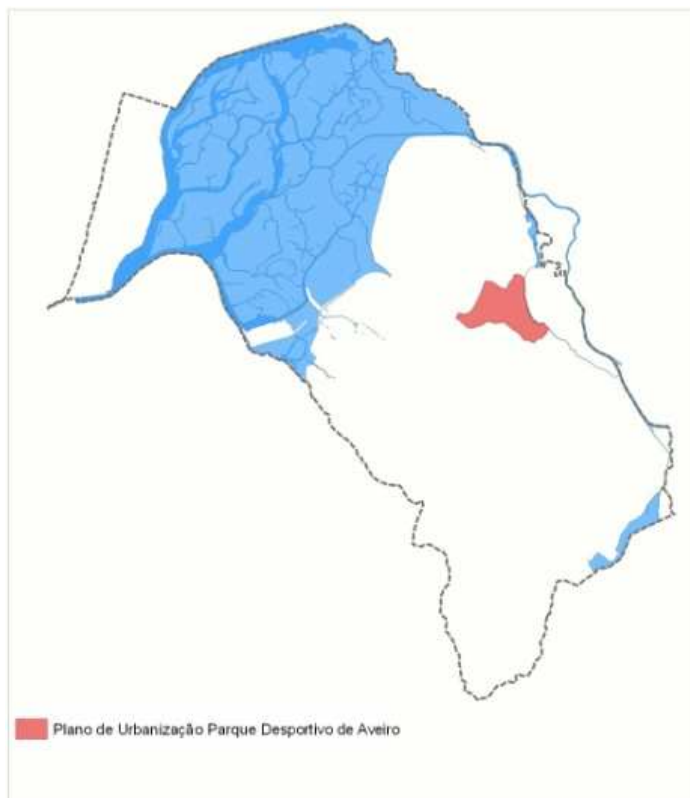


figura 44 - área de intervenção do Plano de Urbanização do Parque Desportivo de Aveiro

A área de intervenção do Plano de Urbanização do Parque Desportivo de Aveiro beneficia de fortes acessibilidades viárias e integra-se numa zona topograficamente diversificada e possuidora de um coberto vegetal denso e marcada pela presença de algumas linhas de água. Este enquadramento natural potencia o contacto com a natureza e favorece uma ocupação vocacionada para o desporto e o lazer. Assim, o plano contempla vários equipamentos desportivos, nomeadamente, o novo estádio municipal, um centro hípico e um campo de golfe. Em termos de lazer o plano propõe diversas oportunidades através de percursos pedonais, equestres e de ciclistas e de espaços dedicados à prática de desportos informais. Estes espaços preveem, ainda, as respetivas áreas de apoio e outras funções compatíveis associadas à dinamização dos espaços. O plano espera, ainda, potenciar a localização de atividades económicas específicas, como forma de reforço do empreendedorismo, inovação e serviços qualificados e deverá integrar uma componente residencial para garantir a multifuncionalidade e a instalação de um centro educativo. Para além destas funções prevê uma componente turística com a instalação de novos empreendimentos.



Estas propostas enquadram-se nos seguintes objetivos definidos no âmbito do Plano:

- a. “Dotar a cidade de Aveiro de uma área destinada ao desporto e ao lazer de âmbito local, regional e mesmo nacional, proporcionando a localização de equipamentos diversificados, mas complementares, destinados quer ao desporto de competição, quer ao desporto de manutenção, complementados com áreas de lazer e habitacionais;
- b. Criar condições para a localização de equipamentos desportivos destinados a modalidades já com grandes potencialidades, mas com carência de infraestruturas;
- c. Criar condições para a implantação de equipamentos desportivos atualmente inexistentes na região, mas com grandes potencialidades de fixação e de desenvolvimento;
- d. Localizar equipamentos "âncora", fundamentais numa perspetiva de desenvolvimento e reforço turístico da região;
- e. A Recuperação das zonas ambientalmente degradadas;
- f. Prever para o parque a localização de infraestruturas hoteleiras e de alojamento;
- g. A Recuperação da Quinta da Condessa;
- h. O reordenamento, requalificação e consolidação do tecido urbano existente;
- i. A criação de áreas públicas de lazer;
- j. Dotar a área de uma oferta residencial de qualidade e diferenciada;
- k. Ter em conta uma boa relação espacial peão/automóvel;
- l. Implementar uma rede de vias cicláveis em toda a área do parque.”²³

A elaboração deste plano foi decidida em Reunião de Câmara de 28 de Agosto de 2006. A 29 de Maio de 2013 decorreu uma reunião de conferência de serviços tendo ocorrido, posteriormente, diversas reuniões de concertação com as entidades para ultrapassar as objeções formuladas sobre a proposta final do Plano de Urbanização do Parque Desportivo de Aveiro nos respetivos pareceres.

²³ Relatório preliminar Plano de Urbanização do Parque desportivo de Aveiro

5.3.2 Plano de Pormenor a Poente da Estação

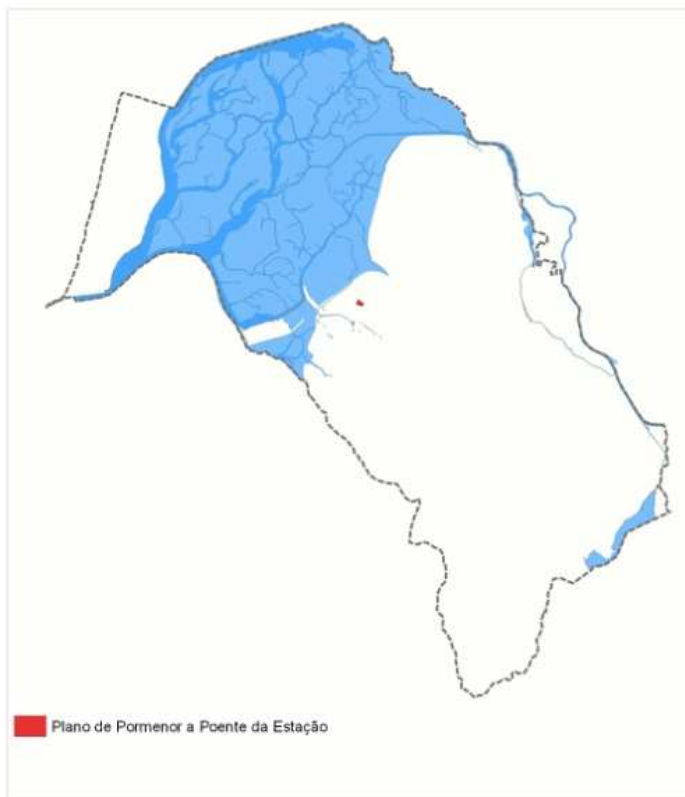


figura 45 - área de intervenção do Plano de Pormenor a Poente da Estação

A área proposta para Plano de Pormenor a Poente da Estação corresponde a 1,6 hectares e inscreve-se entre o Largo da Estação, a Rua Cândido dos Reis, a Rua Cidade de Viseu e a Rua Dr. João de Moura, completando um quarteirão existente, cujo desenvolvimento urbano se enquadrou nos objetivos e tipologias da unidade operativa nº 13 – PP de Sá – Barrocas.

Propõem-se como objetivos programáticos principais para a elaboração deste plano:

- A continuidade da Av. N. Sr.ª da Alegria (perfil viário) até ao Largo da Estação, reformulando a rotunda com a Rua Cidade de Viseu;
- A qualificação dos espaços públicos;
- Renovação do tecido urbano, permitindo novos usos e funções para além dos habitacionais
- Introdução de novas edificações que adotem princípios de composição arquitetónica e adequação morfológica.

Este Plano encontra-se em fase de elaboração.



5.4. Planos de cariz estratégico com incidência territorial

O **Plano Estratégico da Cidade de Aveiro**, foi elaborado em 1997 e decorreu da necessidade de melhorar a qualidade urbana e ambiental da cidade consolidada, salvaguardando a sua memória e singularidades. Nesta perspetiva, estabelecia diversos objetivos, nomeadamente:

- Consolidar a personalidade histórica e valorizar as singularidades de Aveiro como cidade da Ria;
- Reestruturar e revalorizar o centro da Cidade, adequando-o às exigências funcionais, sociais e culturais da nova dimensão de Aveiro, e ao reforço da sua centralidade regional;
- Ligar a cidade à Ria e revalorizar os canais e a água na imagem da cidade;
- Construir novos espaços centrais e reordenar e requalificar a área central de Aveiro

Este plano identificou, ainda, diversas ações e projetos conducentes à concretização destes, designadamente:

A recuperação e valorização dos canais das Pirâmides, Central, Alboi, Côjo, S. Roque, e Praça do Peixe e a requalificação das zonas urbanas ribeirinhas, Porta da Cidade no Canal das Pirâmides - IP5; Requalificação do espaço público central, reordenar a circulação, estacionamento e pedonalização do centro da cidade; requalificação da Avenida Dr. Lourenço Peixinho; Remodelação da Ponte Praça e reutilização do Mercado Manuel Firmino;

Alguns destes projetos e ações foram concretizados através dos financiamentos obtidos através do Programa Polis de Aveiro que se concentrou, sobretudo, no tratamento do espaço público das margens dos canais que estruturam o centro de Aveiro.

Em 2011 foi elaborado o **Plano Estratégico do Município de Aveiro**, que alargou a área de abrangência a todo o município. Neste documento foram revistas e atualizadas as estratégias de intervenção.

No essencial, constata que o grau de atração da Cidade como espaço de excelência para residir e visitar era um fator, ainda, pouco explorado na valorização e projeção de todo o território Municipal. Assim, com vista ao reforço de alguns dos objetivos já estabelecidos, identifica a importância, da criação de uma rede urbana qualificada, potenciada pelos seus elementos de identidade (Ria, arte nova, Universidade, cultura), em que a Ria tem papel estruturante e



diferenciador, dos recursos naturais fundamentais para o equilíbrio do desenvolvimento do território, com condições para se assumir como âncora de uma região alargada da qual é capital.

Nestes termos define como Visão para o Município de Aveiro:

“Aveiro, a Cidade e a Ria como fontes de inspiração para uma nova economia baseada no conhecimento e na criatividade. Esta visão pretende reforçar o posicionamento de Aveiro no horizonte 2020, tornando-se numa rede multifuncional sustentável, polarizadora de uma cultura urbana vibrante, baseada na capitalização dos seus elementos distintivos e dinamizadora da economia do conhecimento, vocacionada para a criação de produtos de elevado valor acrescentado.

A visão estratégica para o desenvolvimento do Município de Aveiro é estruturada em torno de quatro objetivos de desenvolvimento (OD) fundamentais:

- OD 1 |** Afirmar o espaço urbano, polarizado pela Cidade, como território inclusivo e agregador das múltiplas realidades socioeconómicas do Município.
- OD 2 |** Transformar Aveiro num innovation hub, através da aposta e capitalização do conhecimento no domínio das TICE, novos materiais e design.
- OD 3 |** Valorizar a educação e estimular o empreendedorismo e a criatividade da população.
- OD 4 |** Reinventar o turismo, apostando numa oferta diversificada e valorizadora das diversidades e identidade local.”^[1]

Em **2015**, fruto da oportunidade de candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro – Portugal 2020, foi desenvolvido um novo documento estratégico: o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro (PEDUCA)**, este plano define os seguintes objetivos estratégicos:

- Reforço da ESTRUTURA URBANA e da QUALIDADE DE VIDA das populações – aposta numa maior racionalidade de exploração dos recursos urbanos municipais, expectando-se daí incrementos nos padrões de vida, relevando nesta reestruturação uma maior equidade territorial na qualificação da componente ambiental urbana, devidamente ajustada às necessidades de diferentes públicos, com lógicas de proximidade e de valorização da integração do suporte físico urbano endógeno;
- Implementação eficaz de um DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL – implementação de um modelo de desenvolvimento territorial económico e

^[1] Plano Estratégico do Município de Aveiro: Volume II Estratégia e plano de Ação, março 2010



ambientalmente mais sustentável, centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes, potenciando os recursos endógenos e diferenciadores, contendo perímetros urbanos, promovendo a polinucleação territorial e escala económica para a cidade e região aveirense em alguns domínios (ambiente, mobilidade e emprego), que lhe garanta maior resiliência futura aos choques externos, decorrentes da crescente exposição às dinâmicas da globalização.

- INCLUSÃO e COESÃO SOCIAL – Combate à pobreza e aos fenómenos de exclusão social ou de segregação dos habitantes, segundo a origem, estrato social ou etnia, nomeadamente através de ações de promoção da educação, formação e geração de emprego dirigido, acesso à habitação, serviços e equipamentos, devidamente complementadas com ações de requalificação urbana de espaços urbanos degradados.
- Aumento do EMPREGO e da INOVAÇÃO – proporcionar condições de fomento de empreendimentos com forte componente de inovação e com forte potencial de repercussão na economia urbana, envolvendo o máximo número de agentes locais, incluindo a comunidade e o tecido empresarial e as instituições de ensino e investigação;
- Fortalecimento da ATRATIVIDADE da CIDADE – aposta na integração de Aveiro, nas redes de conectividade metropolitana e regional em contextos europeu e mundial, visando o fortalecimento da cooperação territorial, potenciando complementaridades funcionais e produtivas e favorecendo o acesso aos principais territórios e mercados internacionais nos mais variados domínios (investimento, negócio, produção industrial, investigação, turismo, etc.).
- Incremento da CIDADANIA ATIVA e GOVERNANCIA PARTILHADA – aposta numa governação mais transparente e participada, como fórmula de impregnar maior perfilhamento e responsabilização da população pelas políticas urbanas adotadas, e de incrementar sustentabilidade temporal, sentido de justiça e sentido de comunidade com identidade cultural própria, às iniciativas de governação urbana.

O PEDUCA será implementado através de três planos de ação que concretizam os objetivos definidos e focam três componentes diferentes, são estes:

- Plano de mobilidade urbana sustentável;
- Plano de ação de regeneração urbana;
- Plano de ação integrada para as comunidades desfavorecidas.



5.5. Intensidade de programação urbanística

Entende-se como intensidade de programação urbanística a percentagem de área abrangida por instrumento de programação urbanística em vigor, isto é, Planos de Urbanização, Planos de Pormenor Áreas de Reabilitação Urbana e Unidades de Execução. Uma vez que, no Município de Aveiro, alguns Planos de Pormenor se inserem dentro dos Planos de Urbanização elaborou-se uma tabela com valores agregados de forma a conseguir-se contabilizar a percentagem de solo que se encontra programado. Para estes cálculos foi, ainda, usada a área territorial 'corrigida' isto é, a área do Município excluindo a área alagada e, portanto, não passível de urbanização. Este conceito foi apresentado no capítulo referente à situação populacional, nomeadamente no que respeita à densidade populacional. Entende-se, pois, fundamental para a obtenção de dados fidedignos retirar a esta análise os cerca de 33% de área alagada do Município. Assim, de acordo com o modelo apresentado anteriormente consideram-se como áreas húmidas as que apresentam dimensão superior a 1 km²: a ria, entre a frente de S. Jacinto e a foz do rio Vouga com 63,67 Km² e a pateira em Requeixo com 1,18 Km².

	km ²	Plano	km ²	% área Município	% área Corrigida Município
Área territorial total	197,5	PUCA	25,200	37,806	25,200
Ria	63,67	POLIS	1,000	1,500	1,000
Pateira em Requeixo	1,18	PP Centro	0,120	0,181	0,120
Área total corrigida	132,65	PP B S António	0,030	0,038	0,030
		PP Parque (Estádio Mário Duarte)	0,030	0,038	0,030
		PP Rasos	0,010	0,008	0,010
		PP PZIC	0,100	0,158	0,100
		<i>total</i>	<i>52,7</i>	<i>26,49</i>	<i>39,73</i>

Quadro 26 - Área Município corrigida

Quadro 27 - área afeta aos planos

Com base no quadro em baixo pode verificar-se que, em termos de programação do solo cerca de 39,5% do território não alagado do Município encontra-se abrangido por instrumento de programação urbanística, representando o PUCA a maior parte, com cerca de 38% do território. Fora da área do PUCA encontra-se o PU Polis (cuja área de intervenção foi subtraída ao PUCA), o PP de Rasos e o PPPZIC.

	km ²	% área Município	% área Corrigida Município
Planos em vigor que não se encontram abrangidos pelo PUCA			
PUCA	50,15	25,200	37,806
POLIS	1,99	1,000	1,500
PP Rasos	0,01	0,010	0,008
PP PZIC	0,21	0,100	0,158
<i>Área programada total</i>	<i>52,36</i>	<i>26,310</i>	<i>39,472</i>

Quadro 28 - Programação Urbanística



6. OCUPAÇÃO DO SOLO E CONCRETIZAÇÃO URBANÍSTICA

A área do Município de Aveiro totaliza, atualmente, 197,50km², dos quais 64,85km² correspondem a área alagada, essencialmente, área de Ria. Este é o elemento mais marcante de toda a região do Baixo Vouga, quer como elemento físico, a nível de paisagem, quer ao nível identitário. A análise do quadro permite verificar que o PDM, através da respetiva planta de Ordenamento, previu a ocupação de 43,20 km² de espaços urbanos e urbanizáveis distribuídos por diversas categorias, correspondendo a 21,9 % do total da área do Município.

Área do Município km ²	197,5
Área não alagada km ²	132,65
Área alagada km ²	64,85
Área útil para construção km ² (segundo o PDM)	43.20

Quadro 29 - identificação de áreas do Município

Para se verificar a ocupação do solo por categorias de edificabilidade em 2005 contabilizou-se:

1. Na **Área Urbana** as categorias de espaços correspondentes no PDM a “Zona de Construção do Tipo I – Dominante”, “Zona de Construção do Tipo II – Central” e “Zona de Construção do Tipo III – Transição”, as quais correspondem a construção de habitação unifamiliar e multifamiliar;
2. Na **Área Industrial** as “Zona Industrial e de Armazenagem” e “Zona Predominantemente de Serviços e Armazenagem”;
3. Na **Área de Equipamento** a “Zona de Equipamento”;
4. A **Área Não Urbanizável** engloba a “Zona de Salvaguarda Estrita”, que integra a Reserva Agrícola Nacional (RAN), a Reserva Ecológica Nacional (REN) e a “Zona Agrícola e Florestal”.

	Área urbana	Área industrial	Área equipamento	Área não urbanizável	Totais
PDM1995 - área	28,56	6,27	8,27	156,79	199,89*
Construção com base em cartografia 10k: anos 2000-2003	5,3	1,02	0,48	1	7,799
% de área concretizada (2003)	18,56%	16,27%	5,79%	-	-

Quadro 30 - Áreas decorrentes do PDM análise ano 2005
Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro
*área do território Municipal segundo a CAOP em vigor em 2005



Analisados os valores do quadro verificava-se, em 2003, com o PDM que a estrutura espacial do território municipal apresentava as seguintes características:

- Cerca de dois terços da área total do Município incluía-se em “Área Não Urbanizável”, isto é, área não edificável por estar sujeita a condicionantes de ordem superior RAN e REN ou em “Zona Agrícola e Florestal”;
- Cerca de um terço da Área não Urbanizável era área alagada;
- Os coeficientes de afetação do solo apresentavam-se relativamente baixos em todas as categorias de espaços.
- Da área que se definiu anteriormente por Urbana estava concretizada construção em 18,56%.
- Da área prevista para Área Industrial estava concretizada a ocupação de 16,27%.
- Da área considerada para Equipamento pelo PDM estava concretizada 5,79%.

Com a entrada em vigor do PUCA e posteriores Instrumentos de gestão do território esta configuração alterou-se, tendo havido uma mudança na distribuição da área Municipal por categorias de espaços, partindo logo da evidência de que houve um alargamento do número de categorias identificadas. Assim, para a análise da situação atual, foram identificadas classes de espaço que decorrem da conjugação dos diversos instrumentos de gestão territorial em vigor e feita a quantificação solo urbano por estes previsto.

Composição das classes de estudo

1. **Habitação Unifamiliar:** Zona de Habitação Unifamiliar (PUCA); Zona de construção do Tipo I (PDM95); Zona de construção do Tipo III (PDM95).
2. **Habitação Multifamiliar:** Zona de Habitação Multifamiliar (Baixa densidade) (PUCA); Zona de construção do Tipo II (PDM95).
3. **Estrutura Ecológica:** Estrutura Verde Secundária (PUCA); Parques Urbanos (PUCA); Áreas Verdes Urbanas e Áreas Verdes de Continuidade na zona do PUPOLIS. Entendeu-se não incluir nesta classe a Estrutura Verde Principal definida no PUCA como construída “pelas áreas da RAN (Reserva Agrícola Nacional), REN (Reserva Ecológica Nacional) espaços agrícolas e florestais ou de mato não incluídos na RAN e REN e área de domínio público hídrico” uma vez que se entende que esta não é uma área ‘urbanizável’.
4. **Zona Equipamento:** Zona de equipamento (PUCA); Zona de equipamento (PDM95); Zona de Equipamento do PUPOLIS (excluindo parte da área da marina).



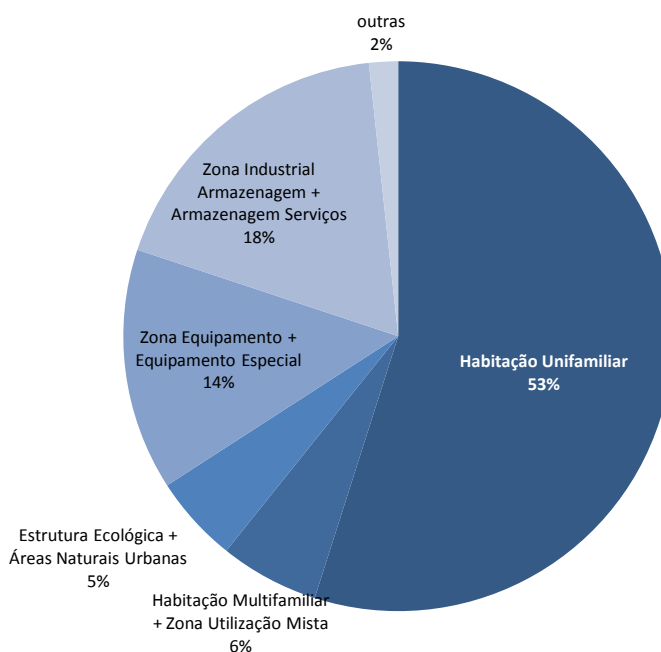
5. **Zona Industrial Armazenagem:** Zona Industrial, Armazenagem, Serviços e Comércio (PUCA); Zona Industrial e de Armazenagem (PDM95).
6. **Zona Armazenagem Serviços:** Zona de Armazenagem e Serviços (PUCA); Zona predominantemente de armazenagem e serviços (PDM95).
7. **Zona Equipamento Especial:** Zona de Equipamento Especial (PUCA).
8. **Centros Históricos:** Unidade I, Centros Históricos (PUCA) + Zona sujeita a planos especiais (centros históricos) (PDM95).
9. **Eixo Ligação entre Centros Históricos:** Unidade II - Eixo de ligação entre os Centros Históricos (PUCA).
10. **Área Av. Dr. Lourenço Peixinho:** Unidade III - Área da Avenida Dr. Lourenço Peixinho (PUCA).
11. **Zona Utilização Mista:** Zona de Utilização Mista (PUCA).
12. **Áreas Naturais Urbanas:** Canais Urbanos do PUPOLIS; parte da área de Equipamento da Marina.
13. **Atividades Económicas:** foi substituída por Atividades Turísticas – classe atribuída no PUPPolis (o perímetro definido apoiou-se na planta de apresentação pelo que se retirou Canal Urbano proposto que integrou as Áreas Naturais Urbanas).

	km2	%
Habituação Unifamiliar	27,23	53,29
Habituação Multifamiliar	2,90	5,68
Estrutura Ecológica	1,82	3,56
Zona Equipamento	6,46	12,65
Zona Industrial Armazenagem	8,51	16,66
Zona Armazenagem Serviços	0,51	0,99
Zona Equipamento Especial	0,59	1,16
Centros Históricos	0,55	1,07
Eixo Ligação entre Centros Históricos	0,07	0,14
Área Av Dr. Lourenço Peixinho	0,21	0,42
Zona Utilização Mista	1,50	2,94
Áreas Naturais Urbanas	0,72	1,41
Atividades Económicas	0,02	0,03
<i>total</i>	<i>51,10</i>	<i>100,00</i>

Quadro 31 - áreas por classes



Com o intuito de se perceber melhor a forma de distribuição das classes de solo urbano combinaram-se algumas, pela semelhança do objeto, e compôs-se um gráfico que permite visualizar a respetiva representatividade. Assim, verifica-se uma predominância de áreas destinadas a habitação unifamiliar com 53% do total. As áreas destinadas a indústria, armazenagem e serviços ocupam 18% do solo urbano e as de equipamento 14%. Já a habitação multifamiliar e as zonas de utilização mistas guardam 6% do território urbano, valor quase equivalente ao reservado para a estrutura ecológica em meio urbano (que exclui a estrutura verde principal).



Entendeu-se como pertinente comparar as áreas que resultavam exclusivamente do PDM com as áreas atuais, após a entrada em vigor de outros instrumentos de gestão territorial, nomeadamente do PUCA, que veio introduzir alterações para uma área significativa do Município. Assim, para desenvolver uma análise evolutiva foi necessário agrupar os dados de 2015 de forma a torna-los comparáveis com os do PDM apresentados anteriormente. Para tal, agregaram-se da seguinte forma as categorias definidas:

- **Em área urbana:**
 - Habitação Unifamiliar
 - Habitação Multifamiliar
 - Estrutura Ecológica
 - Centros Históricos
 - Eixo Ligação entre Centros Históricos



Área Av Dr. Lourenço Peixinho

Zona Utilização Mista

Áreas Naturais Urbanas

Atividades Económicas

– Em **área industrial:**

Zona Armazenagem Serviços

Zona Industrial Armazenagem

– Em **área de equipamento:**

Zona Equipamento

Zona Equipamento Especial

– Em **área não urbanizável:**

Estrutura verde principal (PUCA);

Zona Agrícola e Florestal (PDM);

Zona de Salvaguarda Estrita (PDM);

Numa primeira análise importa perceber qual foi a diferença de áreas afetas a cada classe entre o que se encontrava previsto no PDM e após a entrada de diversos PMOT do qual é mais representativo o PUCA.

	Área PDM1995 (KM ²)	Área PMOT (KM ²) out. 2015	Varição de áreas afetas por classes 1995 -2015	%
Área urbana	28,56	35,02	6,46	22,62
Área industrial	6,27	9,02	2,75	43,86
Área equipamento	8,27	7,055	-1,22	-14,69
Área não urbanizável	156,79	146,485	-10,31	-6,57
Totais	199,89	197,576	-2,31	-1,16

Quadro 32 - variação de áreas PMOT
Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro

Pela observação do quadro em cima verifica-se que com a entrada em vigor dos atuais Planos Municipais de Ordenamento do Território a área urbana aumentou cerca de 22 % e a área destinada a indústria cerca de 44%. Já a área prevista para equipamento diminuiu quase 15%. É de



destacar, ainda, que de 1995 para 2015 a área territorial do Município diminuiu ligeiramente devido a acertos das CAOP.

Desta forma, e, tendo como base os dados da cartografia 1:2k de 2012 apresenta-se seguidamente um quadro que procura identificar as variações sobre as áreas previstas e concretizadas nas diversas classes.

		Área urbana	Área industrial	Área equipamento	Área não urbanizável	Totais
PDM / Cartografia 2000 a 2003	Área PDM1995 (KM ²)	28,56	6,27	8,27	156,79	199,89
	Construção com base cartografia anos 2000-2003	5,30	1,02	0,48	1	7,80
	% de área concretizada	18,56%	16,27%	5,79%		
PMOT em Vigor / cartografia 2012	Área PMOT (KM ²) out. 2015	35,02	9,02	7,055	146,49	197,58
	Construção existente KM ² (Out. 2015) - 1:2k (2012)	6,48	1,38	0,54	0,958	9,353
	% de área concretizada	18,51%	15,27%	7,60%		

Quadro 33 - Concretização Urbanística / PMOT
Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro

Pela observação do quadro em cima pode perceber-se que o aumento de área urbana foi absorvido por nova construção já que dos 28,56 Km² previstos no PDM 18,56% foram ocupados e dos atuais 35 Km² encontram-se construídos 18,51%. O mesmo acaba por acontecer com as áreas industriais. Neste caso, embora haja uma diminuição de percentagem construída, a área prevista sobre a qual é feita esta percentagem aumentou. Por outro lado, quanto à área de equipamentos pode perceber-se um aumento na concretização já que nos PMOT atuais esta área diminuiu, contudo a percentagem de concretização aumentou.

Na imagem seguinte pode observar-se o resultado desta análise em termos territoriais, nomeadamente as áreas onde se está a concentrar a construção e as áreas previstas que não foram ocupadas.

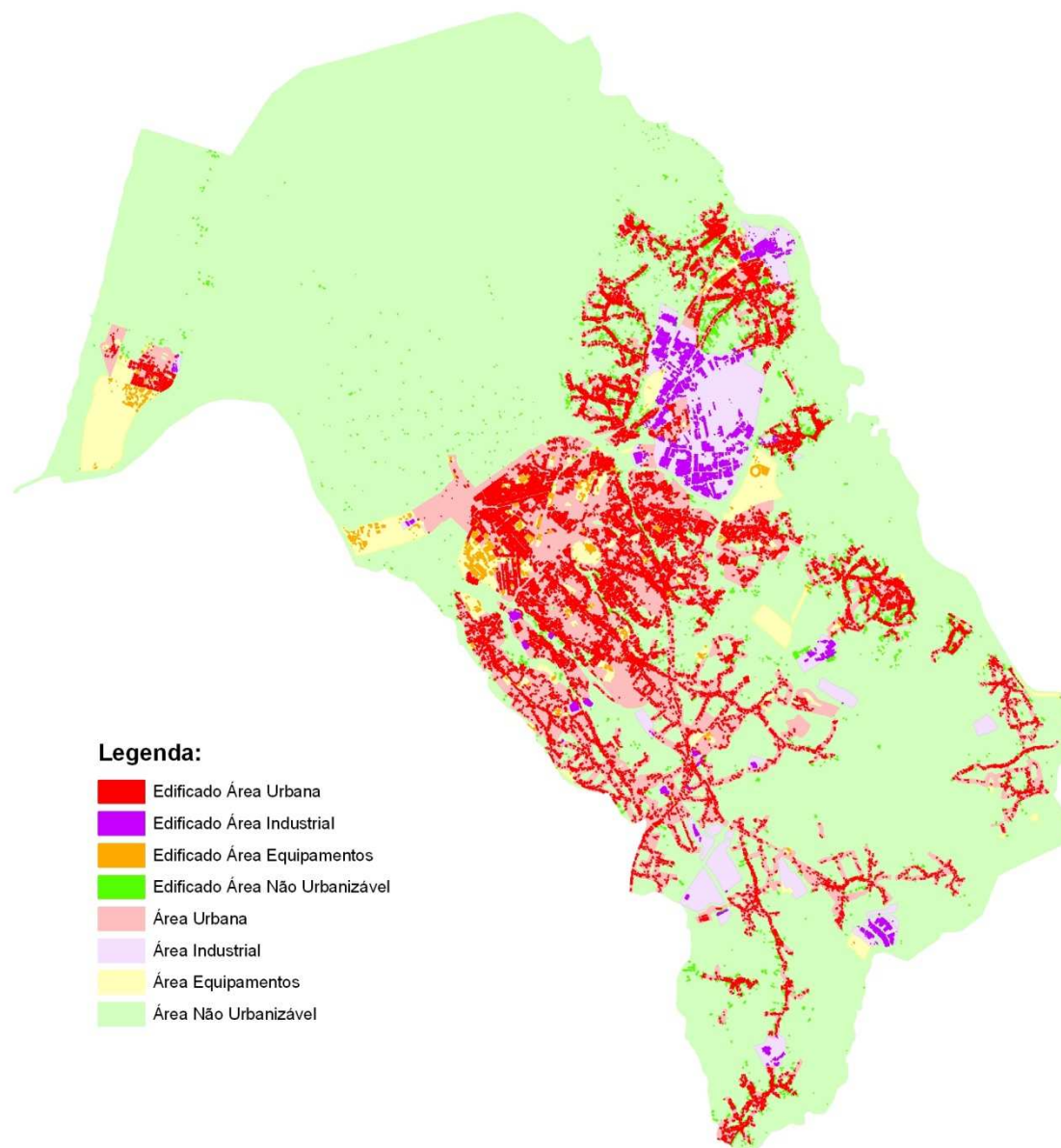


Figura 46 - Concretização urbanística por Classe de espaço 2012
Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro

Pela observação da imagem destacam-se áreas não concretizadas que deverão ser ponderadas não só no sentido de perceber as razões que conduziram à não ocupação como a necessidade de ponderar a extensão dos perímetros existentes. Assim, seguidamente, apresentam-se imagens parciais que demonstram situações, com maior expressão, relativas à não concretização e de



concretização parcial, nomeadamente, no que respeita às áreas Industriais, áreas previstas para Equipamento e áreas Urbanas.

– **Áreas Industriais**

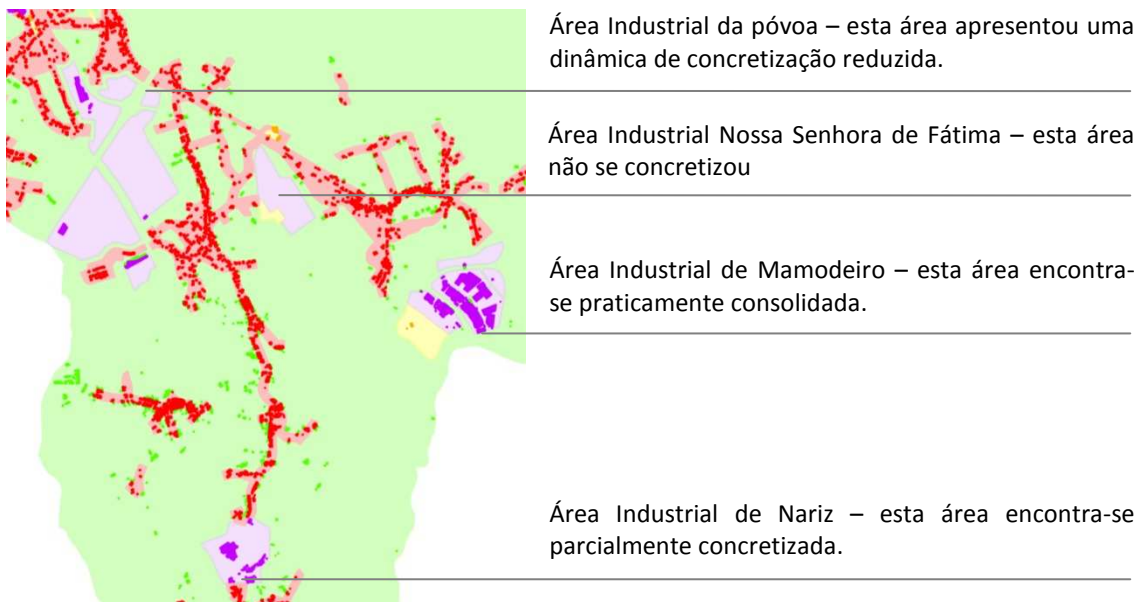
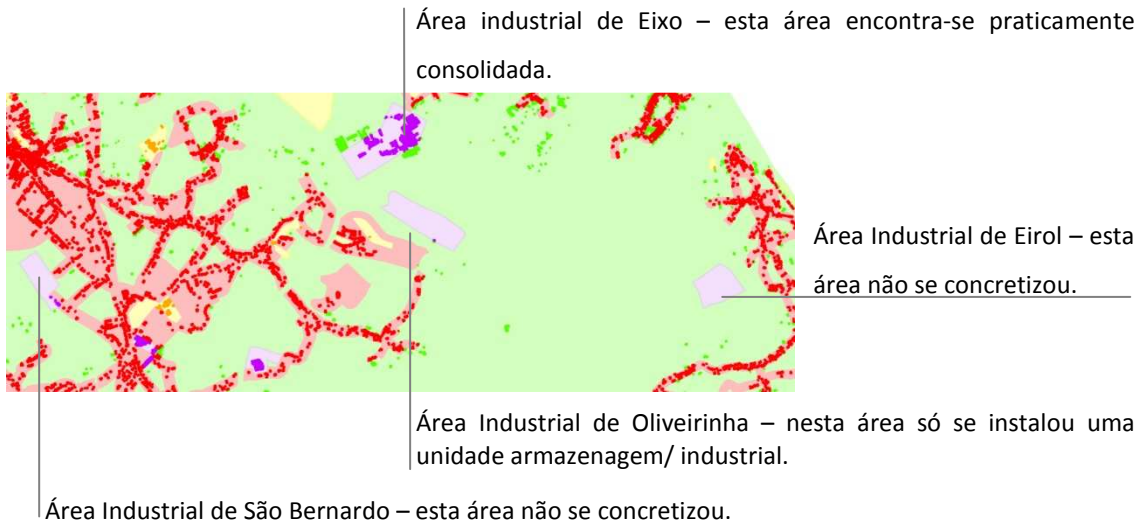


São Jacinto – a área ocupada pelos antigos estaleiros está incluída em área industrial, face à desativação desta unidade deverá ser repensada a vocação deste espaço.



Área industrial de Cacia – esta área encontra-se, praticamente, consolidada e apresenta forte dinâmica de concretização na área de expansão prevista no âmbito do PPPZIC.

Área industrial de Taboeira – Esta área está praticamente consolidada nas áreas que dispõem de infraestruturação, encontrando-se, ainda, expectante a área que não está fisicamente estruturada.

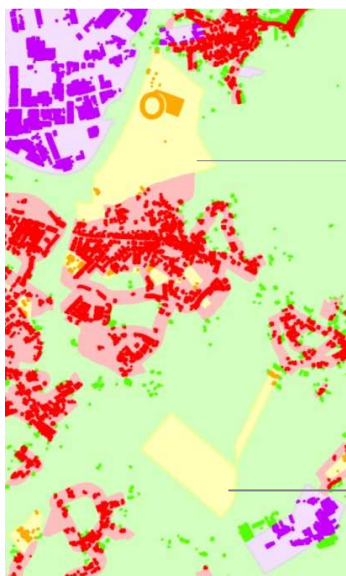




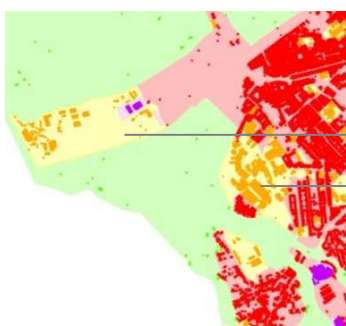
– **Áreas de Equipamentos**



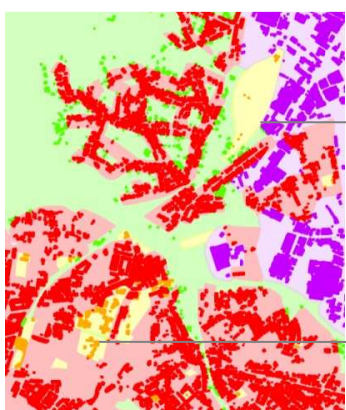
Área de Equipamento associada ao Parque de Feiras. Esta área encontra-se concretizada parcialmente pela construção do Parque de Feiras.



Área de Equipamento associada ao PU do Parque Desportivo de Aveiro, nesta área só está concretizado o novo Estádio de Aveiro.



Área de Equipamento reservada para a instalação do Centro Hospitalar Distrital, este projeto não se concretizou.



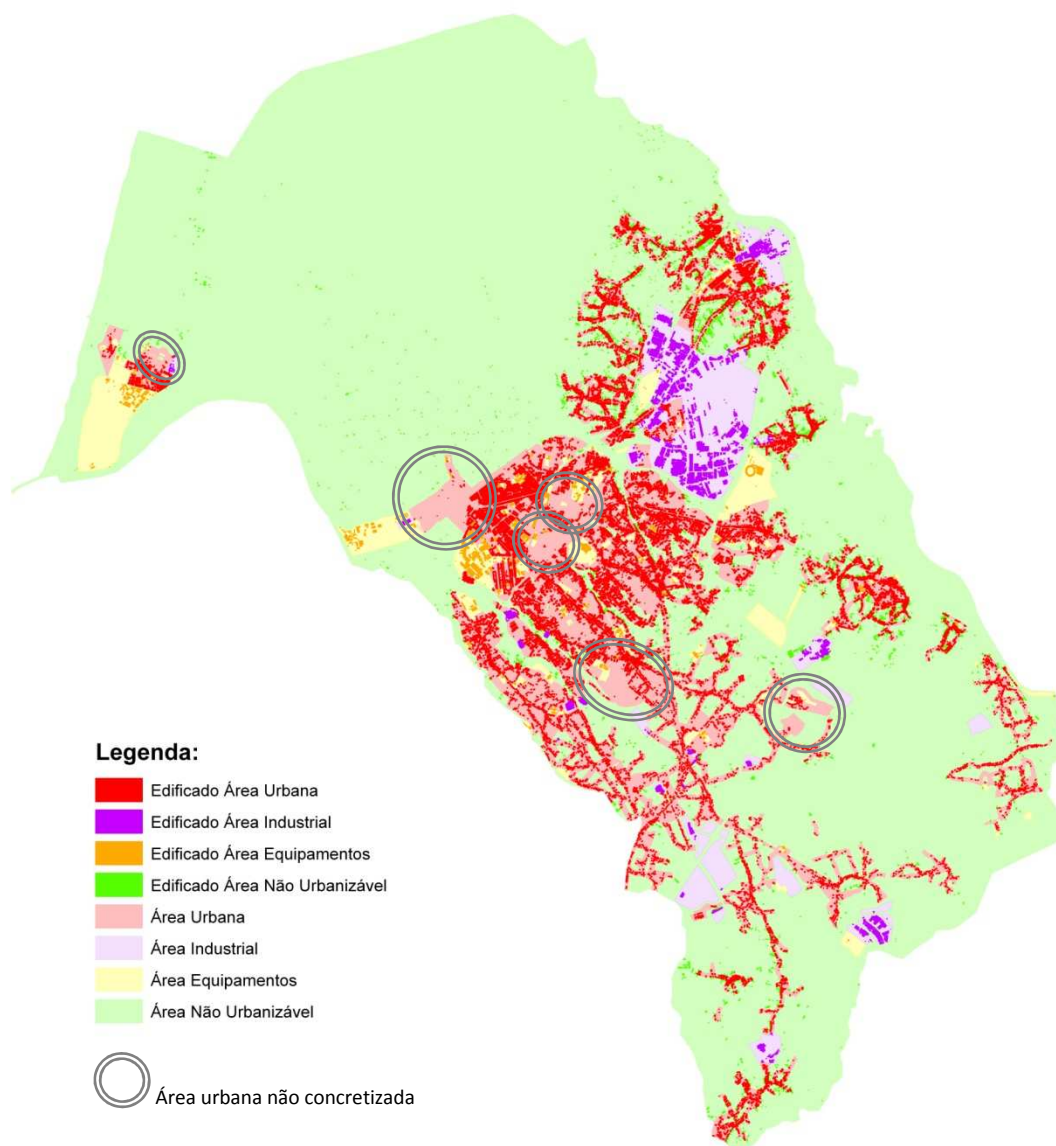
Área de Equipamento destinada à Plataforma Multimodal. Este projeto já foi concretizado.

Área de Equipamento a Sul de Esgueira. Engloba espaços ocupados por estabelecimentos de ensino. Encontra-se parcialmente concretizada



– Áreas Urbanas

No que respeita à área urbana encontram-se algumas bolsas por concretizar e que se destacam na imagem global. Na figura em baixo torna-se, ainda, perceptível a construção ao longo dos eixos viários existentes sendo que grande parte das áreas não ocupadas correspondem a situações não infraestruturadas. Existem, ainda, outras áreas que apesar de planeadas, por diversos motivos, não se concretizaram, são destas exemplos as áreas de construção do PUPolis, a área de parque urbano do mesmo plano, a envolvente à Avenida Dr. Vasco Branco e Alameda Silva Rocha.





7. DINÂMICA URBANÍSTICA

Ao analisar a problemática do ordenamento urbano, é fundamental compreender a importância das diversas ocupações humanas e dos aglomerados de forma a entender que fatores poderão influenciar a construção da urbe. A análise das dinâmicas de crescimento dos aglomerados associada à gestão dos recursos naturais e às atividades produtivas é fundamental para o conhecimento das ocupações humanas de cada local. Neste âmbito, considera-se fundamental avaliar e caracterizar os pedidos de operações urbanísticas tendo em consideração os vários tipos de operações.

A manipulação de dados recolhidos da gestão urbanística é uma questão sensível já que a seleção de informação não pode ser interpretada de forma linear, uma vez que, nem todos os pedidos aprovados chegam a ser concretizados no território e, por outro lado, alguns destes refletem alterações a situações existentes. Assim, perante esta dificuldade, tomou-se a opção de olhar para a emissão de licenças de construção como um indicador da dinâmica urbanística, tendo consciência que este procedimento engloba tanto novas construções como intervenções em situações existentes e, que algumas destas licenças podem não ter sido consequentes no território mas refletem intensões de intervenção e dinâmica urbanística.

A análise incidirá sobre quantitativos ano a ano e na, também, distribuição espacial dos referidos pedidos.

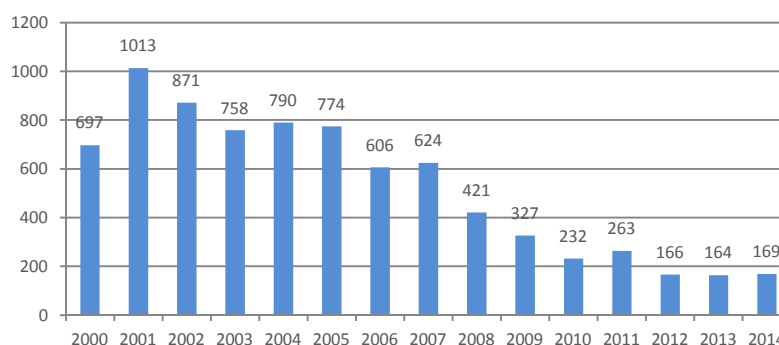


gráfico 28 - Evolução da emissão de Alvarás de construção por ano 2000 e 2014.

De acordo com o gráfico constata-se que a emissão de Alvarás de construção, nos últimos 10 anos, sofreu um decréscimo, especialmente, a partir de 2006, verificando-se, em 2013, o ano com o



menor número de licenças emitidas constituindo, estas, cerca de 1/6 do número de licenças de 2001.

Os pedidos de informação prévia refletem, na maioria das vezes, intenção de intervir no território. Esta pode ou não ser consequente o que se consegue observar por comparação com a emissão de Alvarás de construção. Conforme se pode observar no gráfico, os pedidos de informação prévia têm variado ao longo dos anos constatando-se, na globalidade uma diminuição, principalmente, desde 2008.

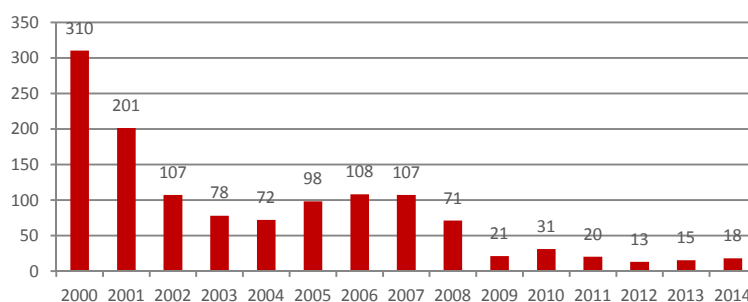


gráfico 29 - Pedidos de informação prévia

A comparação dos dados dos pedidos de informação prévia e dos alvarás de construção emitidos não evidênciam uma correlação direta entre ambos contudo verifica-se uma tendência comum de decréscimo.

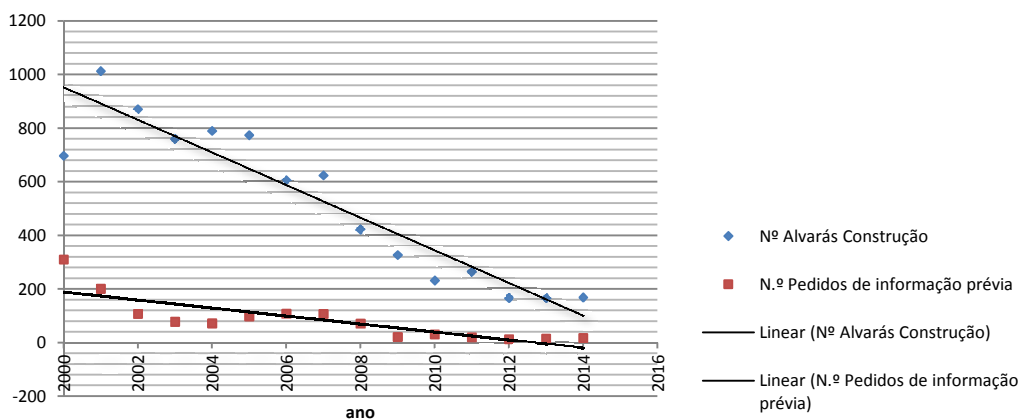


gráfico 30 - comparação alvarás de construção / pedidos de informação prévia

Quanto à emissão de alvarás de loteamento verificou-se, também, uma diminuição, embora menos acentuada, sendo que em 2007 foram emitidos 35 e em 2013 cerca de metade.

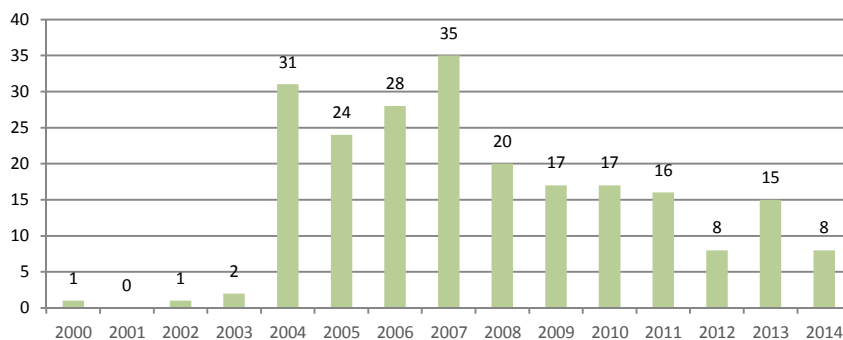
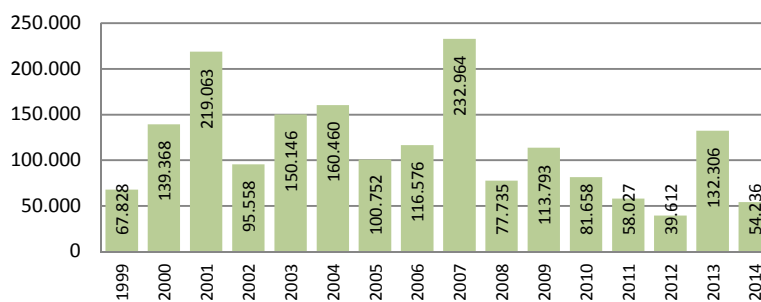


gráfico 31 - Alvarás de Loteamento emitidos

Para a análise da execução urbana entende-se como pertinente perceber o grau de cobertura de loteamentos entendendo-se, este parâmetro, como a percentagem do perímetro urbano coberto por operações de loteamento. Assim, em termos de área coberta por loteamentos verificou-se que de 1999 a 2014, cerca de 5% do total da Área Urbana (segundo os Instrumentos de Gestão territorial em vigor em Outubro de 2015) foi urbanizada e ocupada por estas operações.

	Área (KM ²)
Área urbana IGT em vigor Out. 2015 (KM ²)	35,02
Área total em loteamentos (1999-2014) (KM ²)	1,84

gráfico 32 - Área coberta por loteamentos por ano (m²)

A distribuição geográfica dos loteamentos pode constatar-se através da observação da imagem seguinte. Pela sua análise pode constatar-se uma maior concentração destas operações nas zonas periurbanas entre a antiga E.N. 109 e a A17. Ocorrendo estes, sobretudo, ao longo das vias.



figura 47 - alvarás de loteamento desde 1995 até 2015 (jun)

Para aferir a quantidade de operações urbanísticas na globalidade e a sua distribuição geográfica elaborou-se, também, uma imagem com a respetiva distribuição por tipos de processos. Esta imagem fornece uma panorâmica geral sobre as áreas do Município onde a pressão urbanística se tem exercido assim como permite perceber a influência que a rede viária tem no processo de ocupação do território. Na Imagem seguinte observa-se a distribuição de processos aprovados entre 1999 e Junho de 2015. Pela análise da mesma percebe-se uma maior concentração de novos processos ao longo das vias urbanas principais, participando, estes, na colmatação da malha urbana.

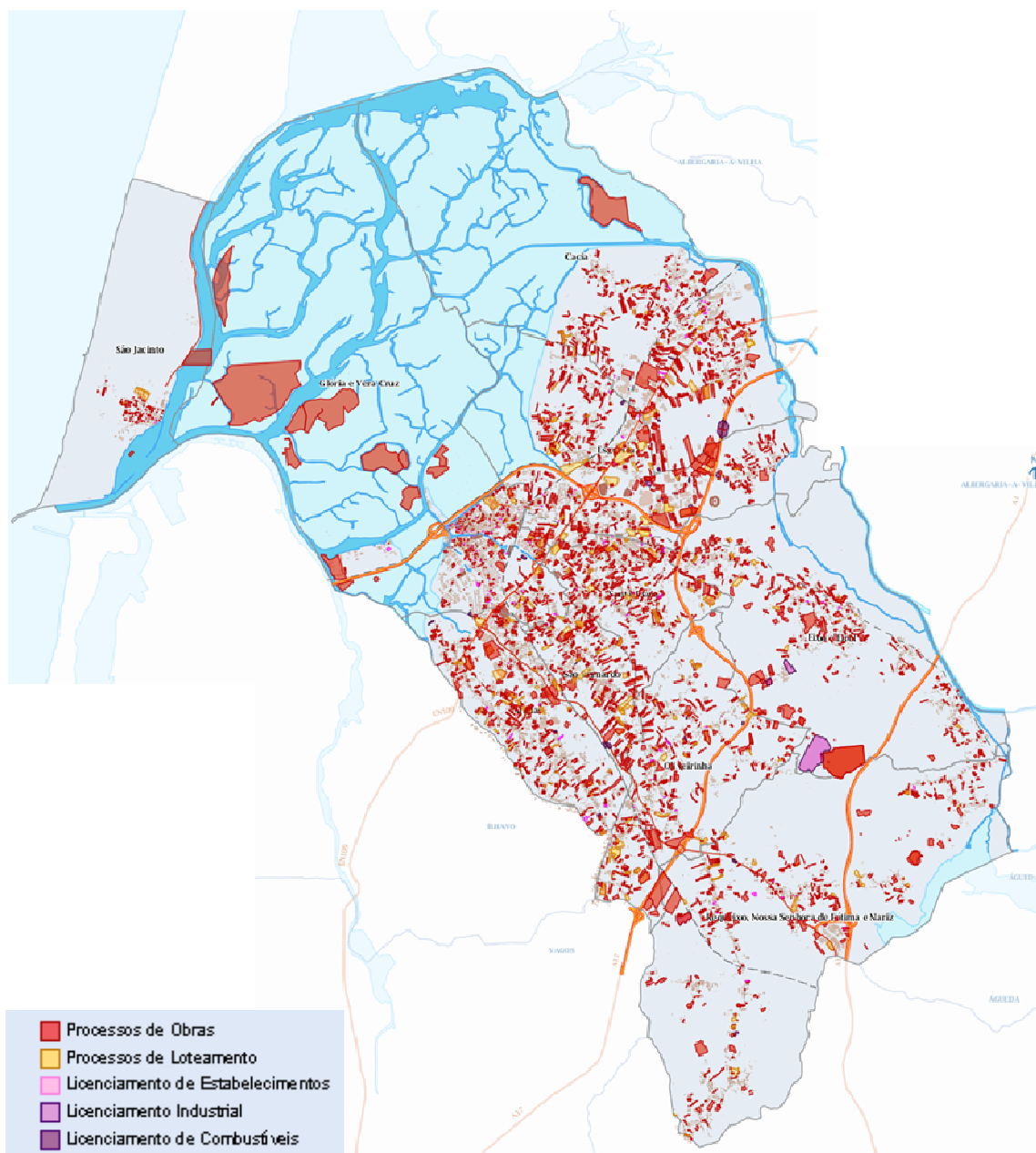


figura 48 - Processos aprovados desde 1999 a 2015 (jun)

A análise da distribuição espacial das operações urbanísticas, no Município, evidência que as áreas que sofreram maior pressão urbanística nos últimos anos são as confinantes com a antiga EN. 109, mais concretamente as que são limitadas a Norte por esta via e se desenvolvem radialmente e para Nascente até à A17. Ainda nestas povoações verifica-se que os pedidos se distribuem ao longo das



principais vias de acesso, anteriormente as estradas nacionais como sejam a antiga E.N.335, a antiga E.N. 235 e a E.N. 230.

Os aglomerados do Sul do Município são os que possuem características de menor urbanidade e como tal apresentam um menor número de pedidos de operações urbanísticas. Neste sentido, a A17 começa a revelar-se como um limite físico que separa duas realidades bastante distintas, a ocupação predominantemente Urbana e periurbana, em alguns casos de cariz disperso, e a ocupação com características mais rurais.

São Jacinto, pelas suas características intrínsecas, entre as quais o facto de estar separado fisicamente do resto do Município e de possuir frente marítimas e de ria apresenta alguma pressão urbanística sendo de destacar os projetos de loteamento urbano de dimensão significativa e que se referem a parcelas que se encontravam expectantes.

Na cidade consolidada verifica-se um número reduzido de operações de loteamento, concentrando-se estes essencialmente na Vera Cruz, correspondendo à colmatação de vazios urbanos existentes nomeadamente nos lugares das Agradas do Norte, área da Forca Vouga a Sul da estação de caminhos-de-ferro e ainda na área de Sá Barrocas. De resto a ocupação da cidade consolidada fez-se por processos de obras não precedidos de loteamento.



8. SÍNTESE

Terminada a análise da situação do Território Municipal nas suas várias vertentes, este capítulo procura sintetizar alguns dos aspetos mais marcantes que surgem da análise feita para o REOT identificando alguns aspetos a ter em conta na futura elaboração de PMOTs.

Aveiro apresenta-se como centro de uma Região alargada, com fortes relações de dependência e complementaridade a vários níveis, nomeadamente administrativo, socioeconómico e cultural, decorrentes, em grande medida, de uma vantagem oferecida pela posição geoestratégica de centralidade em relação ao país e de um enquadramento paisagístico e natural impar.

A Ria de Aveiro destaca-se como elemento natural notável e identitário sendo um fator transversal a toda a análise e, como tal, favorece a articulação entre os diversos níveis de intervenção no território.

O Município de Aveiro, com uma área total de 197,5km² possuía, em 2011, uma população residente de 78450 habitantes (censos 2011).

Consequência da capacidade de atração que foi exercendo enquanto cidade de referência, Aveiro apresentou, até 2011, uma tendência de crescimento populacional positivo, contudo, notou-se de 2001 para 2011 uma redução na intensidade deste crescimento.

Em 2011, a área da cidade 'tradicional' concentrava cerca de 41% da população do Município e a cidade alarga, compreendida entre a antiga EN109 e o limite físico definido pela A17 juntava 45%, pelo que se pode compreender que a cidade de Aveiro é, muito mais do que a cidade tradicional e se expande até à A17, embora, com um progressivo aumento da dispersão urbana.

Relativamente à estrutura etária da população do Município, em 2011, sobressai o significativo envelhecimento da população, tendo-se acentuado este fenómeno a partir de 1981.

Ao nível dos agregados familiares tem-se vindo a acentuar um padrão de famílias muito pequenas. Das 31010 famílias residentes no Município em 2011, 32% eram compostas por duas pessoas e 24% por três pessoas.



O número de habitantes por alojamento familiar no Município de Aveiro tem vindo a decrescer sendo em 2011 de 2,57 habitantes por alojamento.

No campo da habitação verifica-se uma forte presença do arrendamento devido à presença da universidade que impulsiona a dinamização deste setor.

Relativamente aos setores de atividade económica verificou-se uma queda acentuada, em 2011, do setor associado à construção, o qual em 2006 era o segundo setor com maior incidência em Aveiro passando, em 2011 para quinto.

Quanto à Agricultura e Pescas, atividades que integram o setor primário, é de salientar o seu peso pouco significativo no total das atividades, cerca de 4%, no entanto este valor é resultado de um aumento já que em 2006 representava 2%.

No que respeita à Indústria Transformadora, apesar de predominarem as indústrias mais tradicionais como a fabricação de produtos metálicos e as indústrias alimentares, na proporção de 32% e 21%, respetivamente, verifica-se a diversificação das restantes atividades industriais.

O tecido empresarial de Aveiro, de acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro de 2012 (INE, 2013) representava cerca de 5% do volume de negócios da região Centro e 24% da sub-região Baixo Vouga.

O Município de Aveiro apresentava, em 2011, um poder de compra per capita equivalente a 126,70, superior à média nacional e à média da região Centro e sub-região Baixo Vouga. Verifica-se, no entanto, que este indicador registou uma tendência de crescimento até 2009 tendo, após esse período, invertido essa tendência.

No que respeita ao ensino encontram-se, em Aveiro, todos os níveis de ensino e diversas possibilidades de formação, realçando-se a Universidade de Aveiro, como referência nacional e internacional.

Os indicadores de saúde para o Município apontam para um rácio de 5.2 médicos/1000 habitantes e 8,4 enfermeiros/1000 habitantes, valores que se pautam acima dos do Baixo Vouga, respetivamente, 2.8 e 4.4 (Anuário Estatístico da Região Centro (2013)).



Ao nível da estrutura urbana o Município deriva de um modelo de estrutura/hierarquia urbana caracterizado pela dependência e importância centralizadora da cidade de Aveiro e por um crescimento ao longo das vias, principalmente das estradas nacionais, e em mancha de óleo, que foi fomentado a dispersão e desqualificação urbana na periferia da cidade.

Embora o Município de Aveiro esteja bem servido de infraestruturas ao nível das acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas, pela sua importância, também, ao nível do desenvolvimento económico, é fundamental manter e reforçar a visão estratégica que faz desta região um nó “privilegiado” das acessibilidades.

As mudanças que ocorreram nos últimos 20 anos nomeadamente ao nível das ligações nacionais constantes do Plano Rodoviário Nacional, e, também das vias Municipais, obriga a que seja repensada a hierarquia viária Municipal.

Em termos de programação do solo verifica-se que cerca de 39,5% do território não alagado do Município encontra-se abrangido por instrumento de programação urbanística, representando o PUCA a maior percentagem, com cerca de 38% do território.

Na globalidade dos IGT em vigor no território Municipal verifica-se uma predominância de áreas destinadas a habitação unifamiliar representando cerca de 53% do solo urbano, as áreas destinadas a indústria, armazenagem e serviços ocupam 18% e as de equipamento 14%. No que se refere à habitação multifamiliar e às zonas de utilização mistas estão previstas em cerca de 6% do território urbano.

Tendo em conta os perímetros urbanos existentes e a profusão de infraestruturas no território verifica-se, através do registo dos processos de obras, que a ocupação do solo através da construção de edifícios aconteceu de forma dispersa por todo o Município, segundo um modelo de estruturação urbana caracterizado pela importância e efeito polarizador da cidade de Aveiro. Esta polarização transcende os limites Municipais e é acentuada pelo fenómeno de terciarização, pela instalação de serviços e equipamentos de âmbito supramunicipal assim como pelas potencialidades turísticas, ambientais e paisagísticas da ria e pela presença de fortes acessibilidades quer rodoviárias quer ferroviárias.



Os diferentes níveis de acessibilidade e respetivas infraestruturas condicionaram a expressão da ocupação urbana no território. O processo de crescimento urbano é identificável num quadro de situações urbanas distintas:

- A cidade tradicional onde se encontram os principais elementos marcantes da imagem da cidade como os canais da Ria e os edifícios mais emblemáticos, assim como, os elementos caraterísticos dos centros urbanos nomeadamente: habitação, serviços, equipamentos e comércio.
- A cidade alargada, correspondente às áreas confinantes com a cidade tradicional que sofreram nas duas últimas décadas processos de crescimento acentuado, para as quais se transferiram tipologias de intervenção características da cidade tradicional, por força de mecanismo especulativos, sem, contudo, serem acompanhadas pela qualificação dos espaços públicos ou a instalação dos necessários equipamentos. Nesta parte do território, acentuaram-se insuficiências no ordenamento dos lugares, ausência de espaços públicos e predomínio de mono funcionalismo.
- Uma situação em que as características rurais ainda prevalecem, tendo sido sujeitas a menos transformações devido, sobretudo, à maior distância à cidade polarizadora e a menores níveis de acessibilidade. Nestas áreas assiste-se a uma construção dispersa e desordenada promovendo gastos desnecessários com infraestruturização.

A qualidade urbana e ambiental é, simultaneamente, uma condição da melhoria da qualidade de vida da população e um fator de competitividade externa, a qual passa pelo aproveitamento da diversidade de recursos paisagísticos, ambientais e culturais de que a cidade e a região dispõem, bem como pelo aproveitamento e valorização das qualidades e singularidades de Aveiro e adoção de um modelo urbano que corrija assimetrias, disfuncionalidades e carências, e oriente o seu crescimento e renovação urbana tendo em conta as exigências e expectativas da sociedade.

De forma a colmatar as assimetrias decorrentes do carácter centralizador da cidade, será fundamental perceber qual o papel de cada aglomerado no desenvolvimento Municipal, valorizando os elementos distintivos de cada um e privilegiando a consolidação e densificação das polaridades urbanas existentes, visando o equilíbrio e a coesão territorial.



Ao nível do desenvolvimento económico, tendo em conta o atual contexto económico e pretendendo a promoção do desenvolvimento local com especial ênfase para os setores associados a um maior potencial competitivo, sejam eles setores já implantados ou sectores emergentes, alinhado com os desígnios nacionais, importará reinterpretar a estratégia de localização das atividades económicas estabelecidas pelos PMOT em vigor, integrada num modelo de desenvolvimento municipal global.

Nesta perspetiva tem-se, por um lado, situações emergentes determinadas pela criação de novas empresas e núcleos de inovação e produção como o Parque de Ciência e Inovação, que carecem de integração no tecido urbano. Por outro, as zonas industriais tradicionais consolidadas que exigem um esforço de integração de usos complementares e de requalificação das condições de urbanidade e mobilidade, ligando-as física e virtualmente ao conhecimento e à cidade. Esta requalificação passará pelo redesenho destas zonas, dotando-as de espaços verdes, serviços de suporte e estruturas de mobilidade que privilegiem a ligação às unidades de IDI, aos espaços de lazer e recreio do Município, aos espaços de residência e ao centro da Cidade.

No que respeita ao acompanhamento dos IGT, de acordo com a legislação em vigor, as entidades da administração devem promover a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos programas e planos territoriais, por si elaborados, suportada nos indicadores qualitativos e quantitativos neles previstos. Esta prática vai permitir a monitorização da evolução da execução dos instrumentos de gestão territorial, com o objetivo de:

- a. Assegurar a concretização dos fins do plano, tanto ao nível da execução como dos objetivos a médio e longo prazo;
- b. Garantir a criação ou alteração coordenada das infraestruturas e dos equipamentos;
- c. Corrigir distorções de oferta no mercado imobiliário;
- d. Garantir a oferta de terrenos e lotes destinados a edificações, com rendas ou a custos controlados;
- e. Promover a melhoria de qualidade de vida e a defesa dos valores ambientais e paisagísticos.

Desta forma, durante a elaboração dos IGT deverão ser definidos critérios de avaliação que permitam uma recolha de informação permanente, facilitando a monitorização dos mesmos.